



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_25-Outubro_2018

Revista de Imprensa

1. Marta Temido Médicos de família, Correio da Manhã, 25/10/2018	1
2. Falta de médicos leva a mudar Urgências, Correio da Manhã, 25/10/2018	2
3. Incentivos do Estado, Correio da Manhã, 25/10/2018	3
4. "Há pressão na relação entre doente e médico " - Entrevista a Miguel Guimarães, Correio da Manhã, 25/10/2018	4
5. Reformas antecipadas. Travão no acesso "acontecerá no futuro", i, 25/10/2018	5
6. Editorial - Cavaco disse de sua justiça e caiu o Largo do Rato, i, 25/10/2018	6
7. Comissão de inquérito sobre o caso de Tancos divide parlamento, i, 25/10/2018	7
8. Costa insiste na transferência para o Porto, i, 25/10/2018	8
9. Energia. Deputado do PS renuncia à nomeação para a ERSE, i, 25/10/2018	9
10. 44 candidaturas para centros de apoio à vida independente, Jornal de Notícias, 25/10/2018	11
11. Força Aérea recebe 49 milhões para fogos, Jornal de Notícias, 25/10/2018	12
12. Médicos para 94% até final do ano, Jornal de Notícias, 25/10/2018	13
13. Governo recua e já tem acordo para descentralizar, Jornal de Notícias, 25/10/2018	14
14. Ministro adia decisões sobre as reformas antecipadas, Jornal de Notícias, 25/10/2018	16
15. Costa anuncia concurso e ministra não avança datas, Jornal de Notícias, 25/10/2018	18
16. Após chumbo do Parlamento, vice socialista renuncia ir para a ERSE, Jornal de Notícias, 25/10/2018	19
17. Utentes da Transtejo exigem mais barcos, Jornal de Notícias, 25/10/2018	20
18. Costa "feliz" se ideia de transferir Infarmed não "morresse por si", Jornal de Notícias, 25/10/2018	21
19. Governo cria gestores liquidatários no Estado, Jornal de Notícias, 25/10/2018	22
20. Praça da Liberdade: No SNS... salve-se quem puder, Jornal de Notícias, 25/10/2018	23
21. Passeio Público - Habitação, Jornal de Notícias, 25/10/2018	24
22. Saúde - 94% terão médico de família este ano, Negócios, 25/10/2018	25
23. Novo Banco conta com BCE para aliviar esforço do Estado, Negócios, 25/10/2018	26
24. Vieira da Silva deixa cair travão às pensões antecipadas, Negócios, 25/10/2018	31
25. Bónus para emigrantes pode violar Constituição, Negócios, 25/10/2018	33
26. Centeno diz que não há mais verbas para hospital, Negócios, 25/10/2018	36
27. A cor do dinheiro, Negócios, 25/10/2018	37

28. Um marco histórico, Negócios - Negócios em Rede, 25/10/2018	38
29. Substituto de Roseta com interesses no alojamento local, Público, 25/10/2018	39
30. Mediadores para o sucesso escolar chegam ao pré-escolar e ao secundário, Público, 25/10/2018	41
31. "Entre Bolsonaro e Haddad, escolhia não votar" - Entrevista a Assunção Cristas, Público, 25/10/2018	42
32. Cavaco, o avaliador de caracteres políticos, Público, 25/10/2018	45
33. Chumbado pelo Parlamento, Carlos Pereira desiste da ERSE, Público, 25/10/2018	48
34. Editorial - Cavaco, o cavaleiro contra a troika, Público, 25/10/2018	49
35. Cultura e economia influenciam a decisão sobre quem morre, Público, 25/10/2018	50
36. Visto daqui, Público, 25/10/2018	52
37. Socialismo!, Público, 25/10/2018	53
38. 1973, o ano do último excedente, Sábado, 25/10/2018	54
39. Adalberto volta à actividade..., Sábado, 25/10/2018	58
40. Afinal, quem lucra com os sacos?, Sábado, 25/10/2018	59
41. O convite: A PJ esperou por ti, Sábado, 25/10/2018	62
42. A lagartixa e o jacaré, Sábado, 25/10/2018	63
43. Novela gráfica, Sábado, 25/10/2018	66
44. O período transitório, Visão, 25/10/2018	67
45. Reforço de 51 milhões para pessoal na Justiça, Correio da Manhã, 25/10/2018	68
46. Pingo Doce em Paços de Arcos - Aumentos salariais, Correio da Manhã, 25/10/2018	71
47. Cavaco ataca Portas e Costa, Correio da Manhã, 25/10/2018	72
48. Greve condiciona lixo em Lisboa, Correio da Manhã, 25/10/2018	75
49. Sobe e Desce, Correio da Manhã, 25/10/2018	76
50. Operários em greve, Correio da Manhã, 25/10/2018	77
51. Nova ministra, Correio da Manhã, 25/10/2018	78
52. Greves. Crowdfunding de enfermeiros já reuniu quase 30% do valor pedido, i, 25/10/2018	79
53. Falta de anestesistas no Amadora-Sintra, i, 25/10/2018	80
54. Ratos e pagamentos em atraso provocam greve nos monumentos, i, 25/10/2018	81
55. Forças de segurança saem hoje à rua unidas em manifestação nacional, i, 25/10/2018	83

56. Hospital acusado de desprezo pela vida, Jornal de Notícias, 25/10/2018	84
57. Operários da Bosch contra desigualdades, Jornal de Notícias, 25/10/2018	85
58. GNR vai recuperar algum tempo de serviço, Público, 25/10/2018	86
59. Travão nas reformas antecipadas sem data para avançar, Público, 25/10/2018	89
60. Funcionários dos Jerónimos, Torre de Belém e Arqueologia queixam-se de ratos nos serviços e atrasos nos pagamentos, Público, 25/10/2018	90
61. Concurso para alargamento de Leixões lançado até ao fim do ano, Público - Público Porto, 25/10/2018	91

**MARTA TEMIDO**
MÉDICOS DE FAMÍLIA

■ A ministra da Saúde assegurou que “no final do ano” 94% dos portugueses terão médico de família, um valor que fica abaixo da proposta do Orçamento que aponta para 96%. Há 580 mil pessoas sem acompanhamento.



REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Falta de médicos leva a mudar Urgências

MODELO ➔ Hospital de Santa Maria vai recrutar otorrinos a outras unidades do Serviço Nacional de Saúde **MÉTODO** ➔ Especialistas podem prestar serviço como horas extra ou com contrato

SÓNIA TRIGUEIRÃO

A falta de especialistas no Serviço Nacional de Saúde (SNS) para assegurar a Urgência Metropolitana de Lisboa (UML) obrigou à reorganização deste serviço. Ao que o CM apurou, a primeira especialidade a ser testada no novo modelo é a Otorrinolaringologia, que tem mais carência de recursos humanos e a qual se tem revelado mais difícil de assegurar na urgência metropolitana.

Segundo fonte da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), a UML tem como polos o Centro Hospitalar de Lisboa Central (CHLC), que integra o Hospital de São José e o Centro Hospitalar de Lisboa Norte (CHLN), que integra, por sua vez o Hospital

OS PROFISSIONAIS VÃO PODER RECEBER ATÉ 40 EUROS POR HORA

de Santa Maria, que alternavam entre si as semanas de serviço. Mas o objetivo agora é que a urgência da especialidade de Otorrinolaringologia funcione apenas num único polo, no Hospital de Santa Maria. Para assegurar a especialidade da UML, o Santa Maria pode recorrer a médicos que já trabalhem em unidades do SNS de toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo (que abrange concelhos dos distritos de Lisboa, Santarém, Leiria e Setúbal).

Os médicos vão poder efetuar este serviço de duas formas: ou como horas extra ou através de um contrato de prestação de serviços, que será pago a 40 euros/hora. ●



Hospital de Santa Maria vai assegurar a urgência de Otorrinolaringologia

Faltam anestesistas no Amadora-Sintra

❑ O Sindicato dos Médicos da Zona Sul denunciou a falta de anestesistas nas Urgências no Hospital Amadora-Sintra. Em vez de 24 médicos a fazer escalas de 24 horas, só existem 13, havendo quatro a fazer períodos de 12 horas diurnas. O CM questionou o hospital mas não obteve resposta. ●

SAIBA MAIS

2013

Ano em que entrou em vigor a Urgência Metropolitana de Lisboa (UML). O ministro da Saúde em exercício era Paulo Macedo, que implementou o modelo.

Período noturno

A Urgência Metropolitana de Lisboa é um atendimento urgente noturno em serviço de urgência polivalente que concentra recursos e especialidades médicas e cirúrgicas. Recebe todos os doentes urgentes da Região de Lisboa e Vale do Tejo, da Região do Alentejo e do Algarve.

Atual governante discordou do modelo

❑ Para assegurar otorrinolaringologistas para a Urgência Metropolitana de Lisboa, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo fez reuniões com administradores, diretores clínicos e de serviço dos hospitais. Nem

todos concordaram com o modelo. Francisco Ramos, atual secretário de Estado da Saúde, enquanto presidente do IPO, ter-se-á manifestado contra, referiu uma fonte ao CM. O novo modelo já entrou em vigor este mês. ●



Francisco Ramos liderou o IPO



DESENVOLVIMENTO DIGITAL

Incentivos do Estado

■ A maior parte das 135 candidaturas apresentadas ao programa de apoios do Estado aos órgãos de comunicação social locais e regionais tem por objetivo o desenvolvimento digital. Esta tipologia de incentivos recebeu 56 candidaturas. Seguem-se as candidaturas para a modernização tecnológica (39) e os projetos de literacia e educação (17). Recorde-se que o Governo ainda não publicou o despacho com o valor das verbas a atribuir este ano. ●



DISCURSO DIRETO

Miguel Guimarães, bastonário da Ordem dos Médicos, sobre o futuro da Medicina

“HÁ PRESSÃO NA RELAÇÃO ENTRE DOENTE E MÉDICO”

CM - O 21º Congresso Nacional da Ordem dos Médicos começa amanhã e tem como tema ‘O Futuro na Medicina’. O que destaca?



Miguel Guimarães - É muito importante percebermos o que pode acontecer, no futuro, mas também chamar à atenção para a importância da humanização dos cuidados de saúde e da relação entre o médico e o doente perante esta avalanche de tecnologia.

- **A tecnologia está a prejudicar essa relação entre o doente e o médico?**

- A relação não é posta em causa com a tecnologia, que

é muito importante na Medicina e permitiu encontrarmos tratamentos e curas para muitas doenças. Mas há alguma pressão e temos de

integrar a tecnologia, colocando-a a nosso favor.

- **Vai deixar algum recado para a nova ministra da Saúde, Marta Temido?**

- Vou fazer uma intervenção sobre vários pontos abordados no congresso e, certamente, vou também abordar questões relacionadas com política de saúde. Vou comentar e declarar qual é a posição da Ordem dos Médicos sobre vários temas que têm sido noticiados. ● C.M.



Vieira da Silva disse que atualizações das pensões no próximo ano vão custar 422 milhões

MAFALDA GOMES

Reformas antecipadas. Travão no acesso “acontecerá no futuro”

Vieira da Silva revelou ainda que mais de 16 mil pensionistas foram abrangidos pelo regime das longas carreiras que entrou em vigor há um ano

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

O limite no acesso às reformas antecipadas não consta no Orçamento do Estado para 2019 (OE 2019) e que a discussão da medida “acontecerá no futuro”. A garantia foi dada pelo ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social no parlamento. Em causa está a intenção do governo de limitar o acesso às reformas antecipadas a quem tem pelo menos 40 anos de descontos aos 60 anos de idade, que gerou dúvidas entre os partidos políticos.

No parlamento, durante o debate da proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano,

os partidos pediram explicações a Vieira da Silva sobre a medida, mas o governante disse apenas que “não há nenhum passo restritivo” no acesso às reformas antecipadas que esteja na proposta orçamental.

Recorde-se que a proposta prevê o fim do fator de sustentabilidade (que implica um corte de 14,5% nas pensões), em duas fases ao longo do próximo ano, para quem tem pelo menos 40 anos de descontos aos 60 anos de idade, e não restrições no acesso à reforma por antecipação, referiu o ministro.

“O que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido em outros quadros, com outras iniciativas legislativas”,

disse, acrescentando ainda que “há um novo regime de reformas antecipadas para aqueles pensionistas, não pondo em causa todos os outros regimes que já existem”.

Já em resposta ao novo limite às reformas antecipadas, comentou apenas que ele terá um período transitório, sem adiantar quando nem como será feito.

LONGAS CARREIRAS Em relação ao regime das carreiras contributivas muito longas, em vigor há um ano, o ministro do Trabalho esclareceu que ele abrangia mais de 16 mil pensionistas, que o valor da pensão média nestes casos é de 789,4 euros e

que a idade média de acesso é de 61 anos e 6 meses. “É um significativo alargamento deste tipo de acesso à proteção no âmbito das pensões”, defendeu Vieira da Silva.

Em causa está o novo regime das longas carreiras contributivas, que acabou com os cortes nas pensões a quem começou a trabalhar até aos 16 anos de idade.

Vieira da Silva afirmou que “2019 será o ano em que terá plena concretização a alteração legislativa que veio criar a figura de acesso à reforma para carreiras contributivas muito longas”, tal como previsto na proposta de OE 2019.

O governante destacou ainda que o acréscimo de despesa com as atualizações das pensões no próximo ano, de 422 milhões de euros, “é explicada principalmente pela atualização regular das pensões”.

E deixou uma garantia: “Podemos apenas estimar o seu impacto porque não é conhecido ainda o valor final da inflação que é utilizado” para calcular a atualização prevista na lei, mas o crescimento económico registado nos dois últimos anos garante que “haverá atualização real a 80% das pensões, 93% da Segurança Social”, acrescentou.



EDITORIAL

Cavaco disse de sua justiça e caiu o Largo do Rato



Vítor Rainho

Em que difere o livro de memórias políticas de Cavaco Silva do de Jorge Sampaio? Penso que o juízo de valores de alguns dos personagens retratados por Cavaco, em contraponto às observações factuais (ou não, de acordo com os visados) de Sampaio. Senão vejamos: Cavaco diz que António José Seguro “é inseguro, medroso e sem capacidade de liderança” e Sampaio alertava Santana Lopes para não convidar Fernando Negrão para ministro da Justiça: “Veja lá, é capaz de dar má visibilidade ao governo ter como ministro da Justiça uma pessoa que confessadamente violou o segredo de justiça”.

Cavaco diz que que Costa “é um artista de arte de nunca dizer não” e Sampaio revelou: “Fartei-me do Santana como primeiro-ministro, estava a deixar o país à deriva”.

Digamos que um faz observações pessoais e outro limita-se a relatar factos. Mas a grande questão é que Portugal não está habituado a ver biografias de políticos ou livros de memórias em que pessoas próximas desse mundo escrevem sobre os atores que ainda estão em atividade. Cavaco, convenhamos, demonstra falta de sentido de Estado, algo que lhe é tão caro, já que várias vezes acusou outras personagens, com Marcelo à cabeça, de não o terem. Se continuarmos nesta onda de confidências presidenciais, calculo que os primeiros-ministros e outros governantes ou políticos tenham bastante receio de falar à vontade nessas reuniões de Estado. Isso, parece-me óbvio. Já como leitor, confesso que acho bastante divertido saber o que pensa uma personagem sorumbática como Cavaco Silva dos seus adversários ou colegas de partido. Se é verdade que Cavaco atacou muito o PS, também não poupou personagens como Paulo Portas ou Miguel Relvas. O homem que mais tempo esteve à frente dos destinos do país, e aquele que mais pancada levou da oposição, teve a sua pequena vingança. Imagino como serão as próximas reuniões de Conselho de Estado, onde terá de enfrentar António Costa ou Carlos César, por exemplo. Deve ser um ambiente de cortar à faca.



Comissão de inquérito sobre o caso de Tancos divide parlamento

Esquerda defende que também deve ser investigado o que aconteceu antes do furto

A comissão de inquérito ao furto de material de guerra em Tancos – proposta pelo CDS – está a dividir o parlamento. À esquerda, PS, PCP e Os Verdes defenderam que também deve ser investigado o que aconteceu no passado, só que a direita não concorda.

Os centristas abriram o debate pela voz do líder parlamentar e insistiram na necessidade de ser criada uma comissão de inquérito ao caso de Tancos, apesar da demissão do ministro da Defesa, Azeredo Lopes, e do chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte. Nuno Magalhães defendeu que a comissão é “devida, exigível e inevitável” por se tratar do “maior assalto do século XXI” de material militar em Portugal, que afetou a credibilidade externa do país, perante a NATO e os parceiros europeus.

“Assistimos a erros atrás de erros” da parte do governo, afirmou Nuno Magalhães, acusando o executivo de António Costa de uma “gestão negligente, errante e errática” de um caso que “é grave e exigia outro sentido de Estado”.

À esquerda, o PCP e Os Verdes concordam com a gravidade do furto e afirmam que não irão inviabilizar a proposta do CDS de criar uma comissão de inquérito. Contudo, não deixaram de acusar os centristas de oportunismo e aproveitamento político neste caso.

Do lado do Bloco de Esquerda, João Vasconcelos afirmou que, “se o governo não tem andado bem, os partidos da direita também não”, acusando estes de oportunismo político. Para o deputado bloquista, a comissão de inquérito é “precipitada e extemporânea enquanto estão a decorrer investigações judiciais”.

O deputado do PCP Jorge Machado lançou o desafio ao CDS de alargar o âmbito da comissão de inquérito. A proposta do PCP teve o apoio do partido Os Verdes e do PS, pela voz de Ascenso Simões. O deputado socialista não disse abertamente ser favorável ao alargamento, mas recusou a visão do CDS de que “só há responsabilidade a partir desse dia”, 28 de junho de 2017, data em que foi detetado o furto, dando a ideia de que “não houve nada para trás”.

Nuno Magalhães respondeu com ironia à exigência dos partidos da esquerda, questionando se queriam alargar o âmbito da comissão “ao início da nacionalidade”.

No PSD, o deputado Carlos Peixoto atacou o governo pela forma como reagiu ao furto: “abandonou-se” e “fingiu que não era nada com ele”. O deputado socialdemocrata prometeu que irá trabalhar na comissão para “descobrir o que se passou, doa a quem doer”.

A votação da proposta de inquérito está agendada para sexta-feira e tem aprovação garantida com os votos do CDS, PS e PSD e a abstenção do PCP. Bloco de Esquerda e Os Verdes já disseram que não irão inviabilizar o inquérito.



Nuno Magalhães acusa governo de “gestão negligente”

*Infarmed*

Costa insiste na transferência para o Porto

COMISSÃO

O ex-ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, suspendeu em setembro a deslocalização do Infarmed de Lisboa para o Porto, que gerou forte polémica. Mas, ontem, o primeiro-ministro voltou a insistir na transferência da autoridade do medicamento para a Invicta assumindo que ficaria "feliz" se a comissão nomeada pelo parlamento não deixasse que a ideia "morresse por si" avisando que gosta "pouco de desistir" das suas ideias apesar de garantir não querer "interferir nos trabalhos da comissão".

CONCLUSÕES ATÉ 31 DE JULHO

A comissão técnica independente que vai acompanhar o processo de descentralização dos serviços públicos, onde está incluída a deslocalização do Infarmed, vai ser presidida pelo ex-ministro das Obras Públicas do governo de Guterres, João Gomes Cravinho. As conclusões deverão ser apresentadas até 31 de julho. Mas o governo já assumiu que na próxima legislatura a descentralização de serviços públicos pode ser concretizada.

POLÉMICA

A mudança do Infarmed para o Porto foi anunciada pelo ministro da Saúde em novembro de 2017, surpreendendo a presidente da entidade. A decisão do ex-ministro foi conhecida depois de o Porto ter sido afastado da corrida para acolher a Agência Europeia do Medicamento. A decisão suscitou críticas e a oposição dos funcionários e da presidente do Infarmed, Maria do Céu Machado.



A Radar //

Carlos Pereira foi o nome escolhido para substituir Alexandre Santos na liderança da ERSE mas acabou por renunciar

DIANA TINOCO



Energia. Deputado do PS renuncia à nomeação para a ERSE

Carlos Pereira tomou essa decisão depois de a comissão parlamentar de Economia ter votado desfavoravelmente a nomeação

BEATRIZ MARTINHO
beatriz.martinho@ionline.pt

O vice-presidente da bancada socialista Carlos Pereira renunciou à nomeação pelo governo para o cargo de vogal da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). A decisão foi tomada depois de a comissão parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas ter votado desfavoravelmente a nomeação. Mas, apesar de o

parecer não ser vinculativo, Carlos Pereira decidiu renunciar. "Quero aproveitar para agradecer ao governo pela confiança ao indigitar o meu nome para vogal da ERSE, mas não poderei aceitar a nomeação em causa", afirmou o socialista em comunicado.

Na nota, o deputado salientou que tomou esta decisão "depois de ter tomado conhecimento do relatório da responsabilidade do PCP". Carlos Pereira referia-

se à proposta de parecer desfavorável à nomeação elaborada pelo deputado comunista Bruno Dias. O documento recebeu os votos a favor de todos os partidos, à exceção do PS.

"Das opiniões e considerações dos partidos expressas durante as audições pode concluir-se que não reúne consenso a personalidade indicada pelo governo para o cargo de vogal do Conselho de Administração da ERSE, emitindo-se assim parecer des-

favorável à nomeação", pode ler-se no documento aprovado na terça-feira.

No parecer salienta-se também que "o perfil da personalidade indigitada deve adequar-se à função a desempenhar, ser-lhe reconhecida a idoneidade, competência técnica, experiência profissional e formação adequada ao exercício da função".

De acordo com a interpretação de Carlos Pereira, o parecer proposto pelo PCP é desfavorável "não porque tenham sido demonstradas incompatibilidades ou falta de perfil curricular", mas "porque, refere o relator, não se verificou consenso sobre o nome da personalidade indigitada".

"Do meu ponto de vista, esta conclusão é desadequada porque é baseada em pressupostos político-partidários e subverte o próprio princípio da lei-quadro das entidades reguladoras, pelo que não posso deixar de sublinhar o meu desacordo", alega o vice-presidente da bancada socialista.

Carlos Pereira acabou por renunciar à nomeação, mas António Costa já tinha sublinhado no debate quinzenal, a 10 de outubro, que, ainda que o parecer do parlamento não fosse vinculativo, "o governo não é autis-

ta", dando a entender que a opinião dos deputados poderia pesar na decisão do executivo.

ESCOLHA POLÉMICA Recorde-se que o governo anunciou a escolha de Carlos Pereira no dia 8 de outubro, tendo sido marcada para dois dias depois uma audição ao deputado socialista na Comissão de Economia. Mas a escolha gerou polémica e a audição de Carlos Pereira acabou por ser adiada. Em vez disso, foi ouvido o então ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, no âmbito de requerimentos apresentados pelo PCP e pelo CDS-PP contra a nomea-

Parecer desfavorável à nomeação recebeu votos a favor de todos menos do PS

Para Carlos Pereira, a decisão é "desadequada" e baseada em questões partidárias



25-10-2018

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 5,25 x 28,01 cm²

Corte: 2 de 2



ção de Carlos Pereira, que foram aprovados por unanimidade.

A audição a Caldeira Cabral aconteceu a 12 de outubro, com o ex-governante a afirmar “não perceber” como é que a escolha de um deputado socialista para vogal do regulador energético pode colocar em causa a sua “independência” no cargo, assegurando que a nomeação não foi “partidária”.

Já depois da remodelação governamental, Carlos Pereira foi ouvido na Comissão de Economia e garantiu aos deputados que, ao assumir o cargo de vogal da administração da ERSE, não seria “influenciado por opiniões ou indicações” do executivo, rejeitando críticas de falta de isenção.

A escolha de Carlos Pereira foi feita por Caldeira Cabral, mas acabou por ser depois confirmada pelo novo ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, que detém agora a pasta da Energia e pediu que o processo avançasse com a audição a Carlos Pereira.

A nomeação teve parecer favorável da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), que considerou o perfil de Carlos Pereira “adequado” às funções.



44 candidaturas para centros de apoio à vida independente

ORÇAMENTO O Governo está a analisar 29 candidaturas para a constituição de Centros de Apoio à Vida Independente nas zonas Centro, Norte e Alentejo, às quais se somam mais 15 entre Lisboa e Algarve, revelou ontem, no Parlamento, a secretária de Estado para a Inclusão.



Kamov do Estado, que estão envolvidos em polémica com privado, irão transitar para a Defesa

Força Aérea recebe 49 milhões para fogos

Ministério da Defesa tem, pela primeira vez, verba para gerir meios aéreos de combate a incêndios que estão nas mãos da Proteção Civil

Nuno Miguel Ropio
nuno.ropio@jn.pt

INCÊNDIOS A Força Aérea vai receber no próximo ano 49 milhões de euros do Orçamento do Estado (OE) para a estreia na gestão dos meios aéreos de combate a incêndios. O montante é semelhante ao que a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) gastou, em média, anualmente desde 2014, quando assumiu essa mesma competência das mãos da estatal Empresa de Meios Aéreos (EMA), extinta pelo Governo PSD/CDS.

Na proposta orçamental, que já está a ser discutida no Parlamento, refere-se no relatório que a acompanha que “foi inscrito no orçamento do Ramo da Força Aérea para 2019 a dotação de 49 milhões de euros para despesas com investimentos com os meios aéreos de combate a incêndios”.

Além dos encargos com a gestão das bases permanentes e dos centros de meios aéreos, em causa está a transição de nove helicópteros propriedade do Estado. Nesse lote contam-se os três AS B3, que estão a ser operados em diversas funções, entre as quais o combate a fogos, e os seis Kamov. Recorde-se que, no caso destas aeronaves pesadas russas, três estão inoperacionais há vá-

rios anos e outras três encontram-se seladas num hangar em Ponte de Sor, à espera da resolução de um diferendo entre a ANPC e a empresa Everjets, que os operava.

Nesta transição incluem-se ainda neste processo os 22 meios aéreos privados (contratados entre dezembro de 2017 e maio de 2018, por um prazo de dois anos) e que incluem tanto os aviões de coordenação,

pesados e médios anfíbios, como vários helicópteros ligeiros.

A Força Aérea terá ainda de lançar novos concursos de meios aéreos para os contratos que estão a terminar no final deste mês e outros que acabam no final do ano.

ANPC ESPERAVA PROCESSO EM 2020

A transferência dos meios aéreos – reivindicada desde 2014 por muitos setores da Proteção Civil e defendida pela comissão técnica que analisou os fogos de 2017 – foi publicada em Diário da República, anteontem. Numa resolução do Conselho de Ministros, em que se estabelece a transição da “operação, manutenção e gestão” dos meios do Estado, acrescentam-se as contratações aos privados, que eram uma competência da ANPC.

Nos concursos internacionais lançados em dezembro de 2017 e março de 2018, a ANPC garantiu aos privados que aquele ramo das Forças Armadas só assumiria as novas competências em 2020. Motivo pelo qual tais adjudicações apenas decorreriam por dois anos, para não representarem um encargo para a Força Aérea. Apesar da gestão passar para as mãos da Defesa, será a Proteção Civil a indicar quais os meios que irão integrar o dispositivo de combate. ●



2014

Proteção Civil assumiu do Estado a mesma função e o dispositivo aéreo que agora a Força Aérea irá receber, quando foi extinta a Empresa de Meios Aéreos pelo ex-ministro Miguel Macedo.

ACOMPANHAR

Grupo de trabalho

Um grupo de trabalho, com elementos da Defesa e da Administração Interna, vai acompanhar a reforma. Cada ministério indica quatro elementos até ao fim do ano.



Médicos para 94% até final do ano

PROMESSA Na primeira intervenção como ministra da Saúde, Marta Temido prometeu ontem, no Porto, que no final do ano 94% dos portugueses terão médico de família. Dados da tutela indicam que a cobertura chega a 93,01%. Ainda há mais de 709 mil utentes sem médico.



PONTO DA SITUAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES

ÁREAS SEM ACORDO

Jurisdição – áreas portuárias
Atividades náuticas e de recreio e instalações de apoio à pesca, entre outras: falta clarificar conceitos, decidir quem paga quais despesas e dar ao município iniciativa de pedir competências.

Competências de freguesias

Gestão de espaços verdes e feiras, limpeza urbana, reparações em mobiliário urbano e escolas, afixação de publicidade, autorização de máquinas de diversão, de espetáculos na rua e de lançamento de fogo de artifício, entre outros: a proposta transfere recursos e não competências, permite que a junta de freguesia negocie com a assembleia municipal (e não com a câmara) e diz que o acordo só pode ser desfeito se as duas partes concordarem.

Transporte fluvial

As autoridades municipais ou supramunicipais de transportes terão competências sobre o transporte fluvial. Não há acordo.

ÁREAS JÁ ACORDADAS

Área económica

As comunidades intermunicipais poderão elaborar estratégias de captação de investimento e de promoção turística. As câmaras terão a possibilidade de concessionar e gerir equipamentos, assegurar banhistas e licenciar apoios de praia, entre outros; controlo de passatempos, rifas, tómbolas ou sorteios.

Área social

Transferência da habitação social do Estado e gestão de programas de arrendamento e reabilitação urbana; acompanhamento de subsídios eventuais e articulação da rede de equipamentos com as prioridades nacionais; reinserção social e apoio a vítimas.

Outras competências

Foram ainda acordadas competências em áreas como as lojas do cidadão, a manutenção de estradas, a cobrança de multas de estacionamento, a valorização de património local ou a gestão de imóveis devolutos do Estado.

Governo recua nas propostas de Educação e Saúde

Duas semanas após um acordo na área da Educação, autarcas recusam nova versão de diploma

Incógnita sobre financiamento da Saúde mantém Executivo e municípios em campos opostos

Alexandra Figueira*
afigueira@jn.pt

DESCENTRALIZAÇÃO Está mais distante um acordo entre o Governo e a Associação de Municípios (ANMP) para a transferência de competências na Educação e Saúde, as áreas com mais peso de todo o pacote de descentralização. Depois de haver luz verde na Educação, e de um acordo na Saúde estar próximo, o Executivo enviou novos textos, recusados pelos autarcas. “A nova versão do diploma não está consensualizada”, escreve a associação nos dois pareceres aprovados na terça-feira.

Na área da Educação, que já tinha sido acordada, o Governo refez e reenviou a proposta de lei, eliminando um artigo que, para os autarcas, é essencial: o financiamento do apetrechamento das escolas. Na nova versão, lê-se no parecer da associação, caiu o artigo que responsabilizava o Ministério da Educação pelo equipamento das escolas do 2.º e do 3.º ciclos e do Secundário e das residências, até que a Comissão Técnica (ainda a

criar) calcule quanto dinheiro o Estado entregará aos autarcas.

Com a omissão, a fatura recairá sobre os municípios, que em 2019 terão 20 mil euros por escola. O valor, considera a ANMP, é “manifestamente insuficiente para assegurar as duas valências, manutenção e apetrechamento.” Pede, por isso, que o Governo retome a versão já acordada.

PROPOSTA INCOMPREENSÍVEL

“Incompreensão”. É o que a ANMP diz da proposta de sanções disciplinares a aplicar aos funcionários da Educação a transferir para as autarquias. A última versão prevê uma “inversão de responsabilidades” sancionatórias: agora, cabe aos diretores de escolas aplicar penas superiores a multa, restando ao presidente da câmara a “aplicação de penas inferiores a multa!!”, exclama o parecer.

Além disso, os diretores de escola passam a decidir sobre recursos hierárquicos apresentados pelos trabalhadores. Ou seja, poderão apreciar decisões do presidente de câmara. Crítico, o parecer pede

que seja retomada a “redação prevista na versão” anterior.

FINANCIAMENTO DA SAÚDE

Também na Saúde não há acordo. No financiamento, a proposta é vaga, referindo “programas de financiamento” sem os especificar. E associa esses programas às comunidades intermunicipais, o que poderá implicar que o dinheiro para investir virá de fundos europeus e poderá ser alocado pelo Governo a obras que deveriam ser pagas pelo Orçamento do Estado – como está agora a acontecer.

Além disso, esta versão deixou cair o artigo em que se especificam as competências de gestão de pessoal a atribuir ao presidente de câmara e que podem ser delegadas nos diretores dos centros de saúde. A ANMP quer que a norma volte a ser inscrita na proposta.

O JN falou com dois vice-presidentes da ANMP, que garantiram que o Governo não justificou as novas versões. Contactado, o Ministério da Administração Interna, que tutela a área, não prestou esclarecimentos. ■ COM CARLA SOFIA LUZ

EDUCAÇÃO

Parlamento discute

Hoje, depois do plenário na Assembleia da República, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação vai reunir. Serão ouvidos a secretária de Estado Adjunta e da Educação (Alexandra Leitão) e o secretário de Estado das Autarquias Locais (Carlos Miguel).

Justificar alterações

No grupo de trabalho, os governantes deverão ser confrontados com o recuo na proposta de descentralização.



Manuel Machado, presidente da ANMP, e Carlos Miguel, secretário de Estado das Autarquias Locais



PUBLICIDADE

euromilhões **ESTA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA** **71 milhões** **JOGOS SINTICAM**

jogosmfacoso.pt
Proibido jogar a menores de 18 anos

Jn.pt Diário. Ano 131. N.º 146. Preço: 1€ Quinta-feira 25 de outubro de 2018 Diretor: Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN **Jornal de Notícias**

Sporting Peseiro dá a bola ao Arsenal P. 46

Dérbi minhoto Unidos pelo amor mas separados pelo jogo

Rosário e António, dois clubes no mesmo teto P. 49

Autarca de Viseu investigado por ligações à corrupção no Turismo

PJ suspeita que empresário do negócio de lojas interativas é testa de ferro de Almeida Henriques. Presidente diz-se "estupefacto e indignado" **Páginas 18 e 19**

Hillary, Obama e CNN recebem bombas no correio P. 32

Governo recua e já não tem acordo para descentralizar

Municípios contestam marcha atrás na Educação e Saúde P. 6

Porto Quartéis e seminários vão ser casa de estudantes P. 29

Ministro adia decisões sobre as reformas antecipadas

Regime de 2019 coexistirá com atual para não defraudar expectativas P. 8

Guarda Médico só usa próteses da patente que vendeu P. 26

Lokomotiv 1-3 F. C. Porto

Lokomotiva azul e branca

Vitória em Moscovo e empate entre turcos e alemães atiram dragões para a liderança P. 4 e 5
Arnaldo Martins, enviado JN à Rússia

PUBLICIDADE

so food **so good**

portugal taste

27 > 30 OUT 2018

A Exponor volta a ser palco de um evento inovador **agroalimentar** e de serviços e equipamentos para o **horeca**

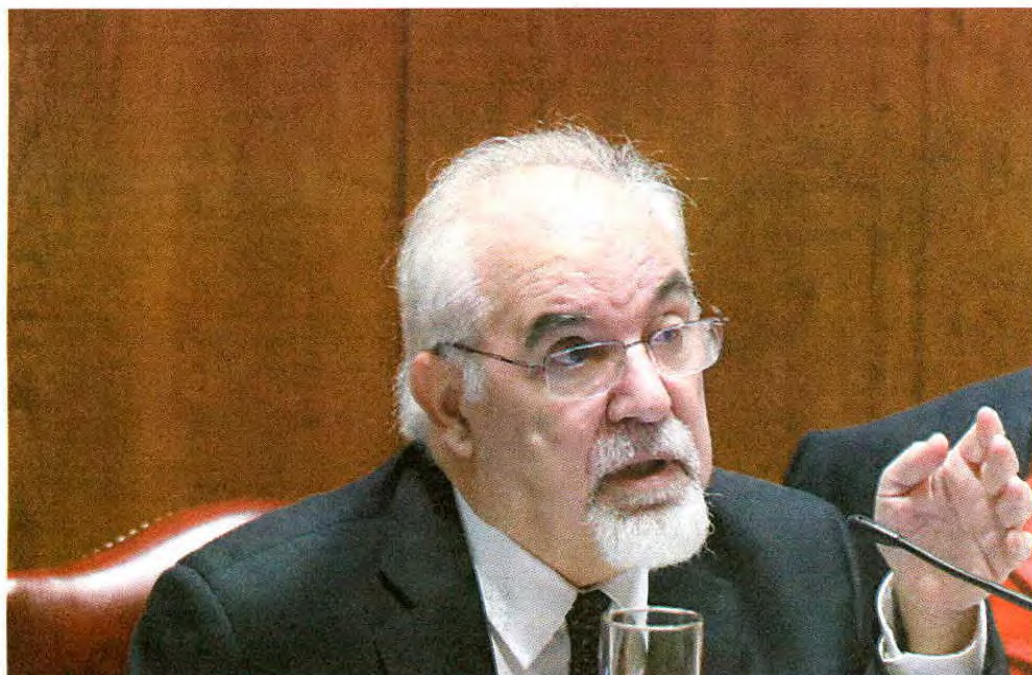
27 a 30 >> Exclusivo para Profissionais 27 >> Público e Profissionais **HORÁRIO >> 10h00 - 19h00** www.sofoodsgood.exponor.pt

Organizador: **EXPONOR** Apoio institucional: **AEP** Apoio institucional: **PRO VAS** Fornecedor Oficial: **makro** Apoio: **TURISMO DE PORTUGAL** Escola de Porto: **ESCOLA DE PORTO** **INTERNET** **ESTRELLA**



Atual e novo regimes de reforma antecipada vão coexistir

Ministro Vieira da Silva remete para outros “quadros” e “outras iniciativas legislativas” a discussão sobre a saída do mercado laboral para quem chega aos 60 anos de idade sem ter 40 de descontos



MANUEL DE ALMEIDA LIMA

ANTECIPAÇÃO

Que regimes existem?

Atualmente é permitido o acesso à reforma antecipada aos trabalhadores que têm pelo menos 60 anos de idade e 40 de descontos, sendo-lhes aplicada uma penalização mensal de 0,5% por cada mês antes da idade legal (66 anos e 4 meses) e o corte do fator de sustentabilidade (14,5%). Há ainda um regime para os desempregados de longa duração (idade “completa” é os 62 anos) e outro (sem qualquer corte) para quem tem 48 anos de descontos ou começou a trabalhar antes dos 16 e já tem 60 anos de idade.

Como será em 2019?

Em janeiro, as reformas antecipadas sem o corte do fator de sustentabilidade vão abranger quem tem 43 anos de descontos aos 63 anos de idade. Em outubro, incluirá quem tem 60 com 40 de descontos.

O regime atual acaba?

Essa foi a questão que levantou polémica e que não tem ainda resposta. Ou seja, há a promessa de que haverá um regime transitório em que ambos os regimes coexistirão, mas não se sabe por quanto tempo.

Como é no Estado?

Os funcionários públicos continuam a ter um regime em que a reforma antecipada é possível aos 55 anos de idade e 30 de descontos, mas quase não é usado face às penalizações que implica. O Governo já disse que pretende aplicar-lhe as regras que em 2019 chegam ao setor privado.

Vieira da Silva afirmou que não há nenhum passo restritivo para as reformas antecipadas escrito no OE 2019

Lucília Tiago
ltiago@dinheirovivo.pt

TRABALHO O acesso à reforma antecipada para as pessoas que apenas atingem 40 anos de descontos depois dos 60 anos de idade (que agora vigora) vai manter-se em 2019 e coexistirá com o novo regime que retira o corte pelo fator de sustentabilidade a quem aos 60 anos de idade tem 40 anos de carreira contributiva. Esta posição foi assumida ontem pelo ministro Vieira da Silva numa audição no Parlamento sobre o Orçamento da Segurança Social.

O tema das reformas antecipadas dominou as mais de quatro horas de audição. Das bancadas à Esquerda e à Direita do PS surgiram questões sobre o que vai passar-se em 2019, tendo o deputado do Bloco de Esquerda José Soeiro chegado a acusar do Governo de ter criado “uma enorme confusão” na opinião pública.

Atualmente, além do regime de reformas antecipadas

com penalização mensal e corte do fator de sustentabilidade, existe ainda o regime que permite o acesso à reforma antecipada aos desempregados de longa duração e o regime (criado em outubro de 2017 e ampliado em outubro deste ano) dirigido aos que têm mais de 48 anos de desconto ou que começaram a trabalhar antes dos 16 anos.

FALTA DE ADESAO

Segundo o ministro, estes dois últimos concentram “mais de 90% dos processos” de reforma antecipada, sendo que apenas “uma pequena parte permanece” com o sistema que exige pelo menos 60 anos de idade e 40 de descontos. A falta de adesão, precisou, terá a ver com o facto de se tratar de um sistema muito penalizador, que implica uma forte redução no valor da pensão (que nunca será revertida).

Vieira da Silva esclareceu que todos estes regimes se manterão. Ou seja, o que

QUANTOS

16 mil

Pedidos de quem tem carreiras longas

Desde outubro de 2017 foram feitos 16 mil pedidos de reforma antecipada por pessoas com carreiras contributivas longas. A média de idades ronda os 61 anos e 6 meses.

10%

Quem sai aos 60 anos com 40 de descontos

As reformas antecipadas ao abrigo das regras que permitem a saída a partir dos 60 anos de idade e 40 de descontos representam menos de 10% do total das saídas antecipadas.

chega em 2019 “coexistirá” com o regime atual, de forma “não defraudar expectativas das pessoas”. Resta saber durante quanto tempo se manterá a coexistência, mas essa é uma das questões que deverá ser discutida e tratada com os parceiros sociais e em sede legislativa.

No Orçamento do Estado para 2019, o Governo e os partidos de Esquerda acordaram a conclusão do regime de reformas antecipadas para carreiras contributivas longas, determinando que, em janeiro, podem reformar-se sem o corte do fator de sustentabilidade (que retira 14,5% às pensões) quem reúna a dupla condição de ter 63 anos de idade e 43 de serviço. Em outubro, o fim daquele corte estende-se aos que atinjam 60 anos de idade com pelo menos 40 de descontos.

No debate, Vieira da Silva referiu que “o que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido noutros quadros, com outras iniciativas legislativas”.



PUBLICIDADE

euromilhões **ESTA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA** **71 milhões** **JOGOS SINTICAM**

jogosmfacoso.pt **18** Proibido jogar a menores de 18 anos

Jn.pt Diário. Ano 131. N.º 146. Preço: 1€ Quinta-feira 25 de outubro de 2018 Diretor: Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN **Jornal de Notícias**

Sporting Peseiro dá a bola ao Arsenal P. 46

Dérbi minhoto Unidos pelo amor mas separados pelo jogo

Rosário e António, dois clubes no mesmo teto P. 49

Lokomotiv 1-3 F. C. Porto

Lokomotiva azul e branca

Vitória em Moscovo e empate entre turcos e alemães atiram dragões para a liderança P. 4 e 5
Arnaldo Martins, enviado JN à Rússia

Autarca de Viseu investigado por ligações à corrupção no Turismo

PJ suspeita que empresário do negócio de lojas interativas é testa de ferro de Almeida Henriques. Presidente diz-se "estupefacto e indignado" **Páginas 18 e 19**

Hillary, Obama e CNN recebem bombas no correio P. 32

Governo recua e já não tem acordo para descentralizar

Porto Quartéis e seminários vão ser casa de estudantes P. 29

Ministro adia decisões sobre as reformas antecipadas

Municípios contestam marcha atrás na Educação e Saúde P. 6

Guarda Médico só usa próteses da patente que vendeu P. 26

Regime de 2019 coexistirá com atual para não defraudar expectativas P. 8

PUBLICIDADE

so food **so good**

portugal taste

27 > 30 OUT 2018

A Exponor volta a ser palco de um evento inovador **agroalimentar** e de serviços e equipamentos para o **horeca**

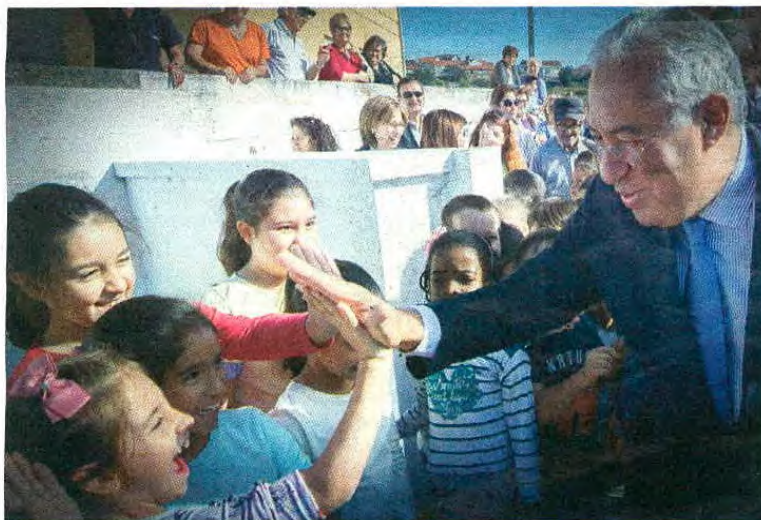
27 a 30 >> Exclusivo para Profissionais **27** >> Público e Profissionais **HORÁRIO** >> 10h00 - 19h00 www.sofoodsgood.exponor.pt

Organizador: **EXPONOR** Apoio institucional: **AEP** Apoio institucional: **PRO VAS** Fornecedor Oficial: **makro** Apoio: **TURISMO DE PORTUGAL** **escola de Porto** **INTERNOVA** **ESTRELLA**



Costa anuncia concurso e ministra não avança datas

PS tinha dito que obras na ala pediátrica arrancariam em janeiro, mas Marta Temido recusa dar previsões



António Costa inaugurou o centro de saúde de Baguim do Monte

Marisa Silva
marisa.silva@jn.pt

HOSPITAL S. JOÃO O primeiro-ministro afirmou que está para breve o lançamento do concurso público para a construção da ala pediátrica do Hospital de S. João, no Porto. Apesar do otimismo de António Costa, a ministra da Saúde, Marta Temido, recusou avançar qualquer data para o início da obra.

“Não avançarei com datas que não tenho a certeza que consigo cumprir e que não estão nas estritas mãos do Ministério da Saúde. Estão nas mãos de um conjunto de profissionais empenhados em responder o melhor e mais depressa possível às necessidades de longa data do S. João”, salvaguardou a governante, que esteve com António Costa na inauguração do Centro de Saúde de Baguim do Monte, em Gondomar, uma unidade que vai servir 18 mil utentes.

O primeiro-ministro afirmou que o concurso para o S. João surgirá “graças ao reforço” orçamental. De acordo com a ministra, neste

momento decorre a revisão e adaptação do projeto inicial para a Pediatria.

Contactado pelo JN, o deputado socialista Fernando Jesus, que no Parlamento tinha anunciado que havia a possibilidade das obras serem lançadas em janeiro, afirmou que o PS vai continuar a dialogar em sede orçamental para dar passos e ver se é possível continuar a empreitada sem ser aberto um concurso. Até porque, conforme foi dito no Parlamento, já há um parecer favorável ao ajuste direto.

“MÃO CHEIA DE NADA”

Jorge Pires, presidente da Associação Pediátrica Oncológica do Hospital de S. João, lamentou que o Governo esteja “a mentir com todos os dentes que tem na boca”, ao anunciar “tudo e não cumprir nada”. “Disseram que a obra iria avançar em janeiro e agora ouvimos a ministra do mesmo partido dizer que vão lançar o concurso, mas não sabe quando. Não há sintonia. É uma mão cheia de nada”, criticou. ●



Cronologia

19.09.08

DESPACHO

O Governo autorizou o S. João a lançar o concurso para a conceção de um novo projeto para a pediatria

10.10.08

PAIS NO PARLAMENTO

A Associação Pediátrica Oncológica foi ouvida no Parlamento e defendeu a criação de um regime de exceção para as obras arrancarem rapidamente

18.10.08

OBRAS EM JANEIRO

O deputado socialista Fernando Jesus anuncia que obras poderão ser lançadas em janeiro



Após chumbo do Parlamento, vice socialista renuncia ir para a ERSE

Nomeação para regulador energético sem aprovação. Apesar de parecer não ser vinculativo, Carlos Pereira diz que não podia aceitar

PARLAMENTO A comissão parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas votou ontem desfavoravelmente a nomeação, por parte do Governo, de Carlos Pereira para a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Após saber da decisão e apesar de não ser vinculativa, o deputado e vice-presidente da bancada socialista agradeceu ao Governo a confiança e anunciou que não poderá aceitar a nomeação, mesmo discordando do teor do relatório.

A proposta de parecer desfavorável foi elaborada pelo deputado do PCP Bruno Dias e mereceu o apoio

de todos os outros partidos, exceto o PS. “Das opiniões e considerações dos partidos expressas durante as audições, pode concluir-se que não reúne consenso a personalidade indicada pelo Governo para o cargo de vogal do Conselho de Administração da ERSE, emitindo-se assim parecer desfavorável à nomeação”, diz a proposta.

Em comunicado, Carlos Pereira lembrou que o relatório, “da responsabilidade do PCP”, contrariou o parecer favorável da CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública). Para o socialista, o parecer é

desfavorável “não porque tenham sido demonstradas incompatibilidades ou falta de perfil curricular, que nunca poderia objetivamente ser um dos fundamentos tendo em conta o parecer positivo da CRESAP, mas porque, refere o relator, não se verificou consenso sobre o nome da personalidade indigitada”.

Para Carlos Pereira, “a conclusão é desadequada porque é baseada em pressupostos político-partidários e subverte o próprio princípio da lei quadro das entidades reguladoras pelo que não posso deixar de sublinhar o meu desacordo”.



Utentes da Transtejo exigem mais barcos

Denunciam constante supressão de viagens

MARGEM SUL A Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul enviou para o Governo uma missiva exigindo “o reforço imediato dos meios da Transtejo”. “Estas últimas semanas têm sido críticas no serviço prestado pela Transtejo, com a sucessiva supressão de ligações entre Cacilhas e o Cais do Sodré, pelo que é urgente dotar esta empresa de mais barcos, manutenção de equipamentos e trabalhadores”, denunciou.

“Depois do anúncio da aquisição de 10 novos navios para a Transtejo e para a Soflusa e depois do anúncio do reforço de verbas para a manutenção da frota (que tinha sido rejeitado no orçamento para 2018), a proposta de Orçamento de Estado para 2019 prevê 875 mil euros para estas empresas, o que é manifestamente insuficiente”, sublinhou num comunicado.

PEDE APOIO À CÂMARA

A comissão exige o rápido alocação de mais funcionários e, sobretudo, de mais barcos. E nesse sentido quer agendar ainda uma reunião com a Câmara de Almada para solicitar uma posição sobre esta matéria e que exija o reforço imediato dos meios da Transtejo e a regularização do serviço público de transporte de passageiros entre as duas margens do rio Tejo.

No documento pode ler-se ainda que enviou para o Governo, para os Grupos Parlamentares e para a Área Metropolitana de Lisboa a denúncia do que se tem estado a passar com a Transtejo: a sucessiva supressão das ligações de Cacilhas ao Cais do Sodré. “Não se pode esperar que as pessoas prefiram o transporte público em detrimento do transporte individual, quando este não é minimamente fiável”, concluíram. ●

L.EONOR PAIVA WATSON



Costa “feliz” se ideia de transferir Infarmed não “morresse por si”

SAÚDE O primeiro-ministro, António Costa, disse, no Porto, que ficaria “feliz” se a comissão constituída para analisar a transferência do Infarmed para o Porto não deixasse que a ideia “morresse por si”. “Tendo em conta que toda a gente estava contra a posição do Governo e havendo agora essa comissão que tem um mandato muito preciso para apresentar um relatório até 31 de julho, eu, como gosto pouco de desistir das minhas ideias, gostaria que esta pudesse ser apreciada pela comissão”.



Governo cria gestores liquidatários no Estado

Objetivo é acelerar
encerramento de
empresas públicas

SETOR PÚBLICO 1407 dias. Ou três anos, 10 meses e 8 dias. Foi o tempo necessário entre a formalização do processo de dissolução e liquidação da Parque Expo 98 e a concretização do mesmo. E não está contabilizado o tempo do anúncio público feito em 2011. Na época, Assunção Cristas, atual líder do CDS e ex-ministra da Agricultura e Ordenamento do Território, foi a principal responsável pelo processo, que só acabaria em agosto deste ano.

Outro exemplo é o da liquidação da Empordef- Empresa Portuguesa de Defesa, cujo processo de dissolução foi iniciado também em 2014 e que ainda decorre.

MOTIVO DA MEDIDA

É para evitar o arrastamento no tempo que o Governo pretende criar gestores que terão por missão liquidar empresas públicas. “Para agilizar este processo, pretende-se criar um conjunto de gestores especializados na liquidação de empresas, atendendo à sua especificidade, em particular à longa duração dos processos de liquidação no Estado e à necessidade de não estarem sujeitas a regras que não podem cumprir por não se encontrarem em condições de desenvolver negócio”, lê-se no Relatório do Orçamento do Estado para 2019.

A eliminação de empresas que se tornaram supérfluas já vinha referida na proposta do Orçamento do ano passado com o intuito de reduzir a despesas do Setor Empresarial do Estado. A novidade para 2019 é mesmo a criação do tal grupo de gestores de liquidação. O JN/Dinheiro Vivo questionou o Ministério das Finanças sobre os ganhos de eficiência, as poupanças e o número de empresas liquidadas, mas até ao fecho desta edição não obteve respos-

tã. PAULO RIBEIRO PINTO



PRAÇA DA
LIBERDADE

No SNS... salve-se quem puder



PCB
António Araújo
Presidente da Secção
Regional do Norte da
Ordem dos Médicos

O SNS foi criado para cuidar da saúde dos cidadãos. Para além destes, que serve, o SNS está assente em três pilares fundamentais e estruturantes – as unidades de saúde, os equipamentos e os recursos humanos (RH). Todo este quadro é complementado por uma série de interesses, pessoais, profissionais e empresariais, e regulamentado ou regulado por um conjunto legislativo altamente complexo e evolutivo.

Por todos estes motivos, o ministro da Saúde tem que apresentar um caráter forte, com uma visão abrangente do SNS e com uma antecipada estratégia/política coerente e perceptível, que consiga dar resposta aos anseios dos cidadãos e dos profissionais de saúde, que saiba escolher os mais capazes para liderar as instituições, que consiga dotar o SNS com os meios financeiros e os equipamentos que necessita. Na prática quotidiana, para lá das palavras ocas dos políticos, o SNS tem sido subfinanciado cronicamente, o que resulta num parco investimento na reorganização e modernização das unidades de saúde, no apetrechamento e atualização dos equipamentos e, de uma forma mais preocupante,

na contratação dos RH necessários e adequados.

A questão dos RH no SNS é uma matéria fulcral pois, sendo um prestador de serviços, depende direta e quase exclusivamente da atividade destes. No entanto, sendo uma área altamente regulamentada em termos de contratações, de vencimentos e de regalias, é curioso verificar que, atualmente, pouco ou nada consegue oferecer aos seus profissionais, seja em termos de sentimentos de satisfação profissional ou de projetos profissionais, seja em reconhecimento moral.

Nesta área, o Ministério da Saúde (MS) tem tido uma ação consistentemente desastrosa. No que concerne aos jovens médicos especialistas, atrasou indefinidamente a abertura de concursos para o seu ingresso no SNS e quando os abriu não atendeu a nenhuma especificidade dos diversos serviços clínicos. Reduziu os horários de trabalho das 40 para as 35 horas e não acautelou, em devido tempo, o incremento de pessoal de enfermagem e de técnicos auxiliares de ação médica necessário para colmatar os horários em falta e levando ao encerramento de inúmeras

Alguém já equiparou o momento que se vive no SNS ao do incêndio de Pedrógão Grande, quer pelo nível de atabalhoamento que se vive, quer pelo número de vítimas (ainda silenciosas) a situação está a provocar

camas de internamento, facto que se fará notar mais no inverno que se aproxima. Não tem atendido às sucessivas reivindicações de melhores condições de trabalho, para prestação de cuidados médicos aos cidadãos doentes que ocorrem aos estabelecimentos de saúde. Este MS tem preferido contrapor, à evidência, números que nada dizem a quem está doente.

Mas a inação vai mais longe, estendendo-se às nomeações para os cargos de administração das unidades de saúde. É verdade que existem administrações competentes, mas tem-se verificado um número crescente de presidentes de conselhos de administração (CA) que não sabem, nem tentam, dialogar com os profissionais que gerem,

não conseguem interpretar os sentimentos de mal-estar e de falta de futuro reinantes e que não são capazes de delinear soluções que previnam os “gritos de revolta” a que temos assistido nas últimas semanas. Pautando-se pelo mesmo nível do MS, desvalorizam, atiram números ou remetem-se simplesmente ao silêncio. Como justificar CA em funções de gestão, por não estarem nomeados, há mais de um ano, como é o caso do IPO-Porto ou o do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga? Ou que não lutam por melhores condições para os utentes e para os profissionais de saúde que servem, completamente alheados dos anseios daqueles e apenas preocupados em seguir a voz do MS, como é o caso do Centro Hospitalar de Gaia?

Alguém já equiparou o momento que se vive no SNS ao do incêndio de Pedrógão Grande, quer pelo nível de atabalhoamento que se vive, quer pelo número de vítimas (ainda silenciosas) que a situação está a provocar. No fundo, atualmente, no SNS é um salve-se quem puder, para os utentes e para os profissionais de saúde. Esperemos que a nova ministra da Saúde tenha uma forma de atuação diferente.



Passeio Público

Habitação



POR *Gomes Fernandes*
Arquiteto e professor

A arquiteta Helena Roseta entrou em conflito com o PS no Parlamento por verificar que o partido do Governo anda a “enrolar” um debate sobre habitação que considerava e é essencial ao setor. No país e, sobretudo, nas principais cidades, marcadas pelo “boom turístico”, que é positivo mas conjuntural. Há cerca de 20 anos que o Estado não investe na produção ou apoio à habitação dita “social” e o “boom” de reabilitação urbana, que atravessa Lisboa e Porto, tem a ver com “turismo low-cost” e entrada de capital privado, sobretudo estrangeiro e não dura sempre. Mas o panorama físico e social destas cidades está em alteração profunda, com vantagens económicas, mas custos sociais também, sem que o Estado intervenha como “regulador de mercado”. Quer na produção de fogos, saudades do FFH ou INH na matéria, quer na regulação dos arrendamentos, gerando uma “lei da selva” que está a voltar-se contra a equilibrada transformação urbana. Para isto o Governo e o PS têm de encontrar, depressa, políticas alternativas ou complementares, incluindo incentivadoras da poupança sob forma cooperativa e outras, pois há risco de distorcer o equilíbrio social e económico do mercado e a estabilidade urbana. Não será só por isto que Helena Roseta se indignou, mas convém o PS e o Governo não esquecerem a longa experiência da presidente da Assembleia Municipal de Lisboa nesta matéria, porque o assunto é sério de mais para ser tratado por “amadores”. Não falamos de política de “navegação à vista”, ao gosto de quem só pensa nos seus interesses imediatos, mas de visão transformadora da urbe, quer dizer, de preparação do nosso futuro coletivo. É nisto que o Parlamento da nação deve pensar!

SAÚDE**94% TERÃO MÉDICO DE FAMÍLIA ESTE ANO**

A ministra da Saúde, Marta Temido, assegurou ontem que "no final do ano" 94% dos portugueses terão médico de família, sendo que ainda há 580 mil pessoas sem acompanhamento. "Temos prosseguido e vamos continuar a prosseguir a meta de garantir que todos os portugueses tenham um médico de família atribuído até ao final da legislatura", afirmou Marta Temido. ■



PRIMEIRA LINHA REESTRUTURAÇÃO DO NOVO BANCO

Novo Banco conta com BCE para limitar esforço do Estado

É na descida das exigências ao Novo Banco que reside a expectativa da gestão - e de Centeno - de que a injeção estatal possa, em 2019, ser limitada. Mas a venda de malparado e imóveis pode prejudicar.

DIOGO CAVALEIRO

diogocavaleiro@negocios.pt

O Novo Banco espera que a avaliação de supervisão feita pelo Banco Central Europeu venha a exigir um rácio menos elevado e que, por essa via, possa compensar o eventual impacto negativo das vendas de imobiliário e de crédito malparado, de acordo com informações obtidas pelo Negócios.

Como escreveu no seu relatório e contas, o banco "estima que os requisitos obrigatórios ao nível do capital no âmbito do SREP [processo de análise e avaliação para fins de supervisão] sejam reavaliados pelo BCE no segundo semestre de 2018". É nesta avaliação que o banco presidido por António Ramalho antecipa um alívio nas exigências.

O SREP é o processo que olha para as especificidades de cada instituição financeira e que define eventuais requisitos adicionais, para além dos rácios mínimos que são exigidos de uma forma transversal a todo o sector. Olha para o modelo de negócio, para a governação, para os fundos próprios e para liquidez.

Com base em argumentos

como a evolução da gestão do banco e os novos mecanismos de controlo, o Novo Banco espera poder vir a ter um rácio mais baixo para cumprir.

E isso terá implicações na activação do mecanismo de capitalização contingente criado aquando da venda de 75% do Novo Banco à Lone Star. O Fundo de Resolução é chamado quando os rácios de capital descem abaixo de um determinado patamar e se, ao mesmo tempo, houver perdas numa determinada carteira de activos. Nesse caso, o Fundo tem de pagar o correspondente "ao menor valor entre as perdas registadas e o montante necessário para repor os rácios de capital no patamar relevante". Rácios menores ditam um intervalo menor a

ser colmatado e, portanto, uma chamada menos significativa ao Fundo de Resolução e de um eventual empréstimo do Estado.

Com os dados existentes no final do semestre, o Novo Banco teria de convocar, em 2019, o Fundo de Resolução a colocar 726 milhões de euros ao abrigo do mecanismo de capitalização contingente.

Contudo, o valor pode variar no fecho do ano, que é a data de relevância para o apuramento da chamada àquele fundo financiado pela banca: "Depende, à data de cada balanço, das perdas ocorridas e dos rácios regulamentares em vigor no momento da sua determinação."

Em 2018, com base nas contas do ano anterior, o Fundo de Resolução teve de entrar com 792 milhões de euros, sendo que 430 milhões vieram de um empréstimo estatal, já que o Fundo não teve recursos próprios suficientes nem se financia no mercado.

Centeno partilha expectativa

No Orçamento do Estado para 2019 está inscrita a possibilidade de um empréstimo de 850 milhões de euros do Estado ao Fundo de Resolução (o valor máximo anual que pode ser exigido pelo banco). Este fundo está no perímetro orçamental, pelo que as movimentações entram nas contas públicas.

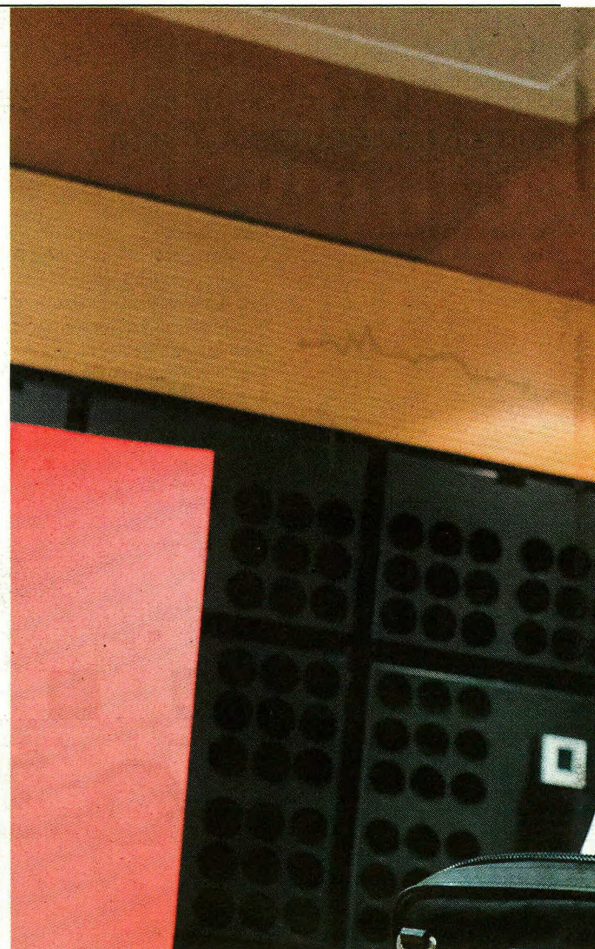
O ministro das Finanças, Mário



Há o segundo semestre em curso, há decisões, aliás, do ponto de vista regulatório que podem fazer reduzir esse valor.

MÁRIO CENTENO

Ministro das Finanças



O banco presidido por António Ramalho espera que a negociação com o BCE reduza as

Centeno, assumiu em entrevista ao Negócios que o défice orçamental inclui um encargo com 400 milhões de euros para a chamada do Fundo de Resolução, que vive de contribuições da banca, para proteger o Novo Banco. Abaixo do nível reportado no relatório e contas semestral.

No Ministério das Finanças há a expectativa de que decisões externas possam diminuir a exigência ao Novo Banco e, daí, ao Fundo de Resolução. O ministro, para isso, apontou na entrevista: "O cálculo do Novo Banco para o primeiro semestre é provisório. Há o segundo semestre em curso, há decisões, aliás, do ponto de vista regulatório que podem fazer reduzir esse valor."

A resposta de Frankfurt não se sabe. Mas o BCE tem sido exigente com o banco.

Compensar vendas

De qualquer forma, uma decisão de alívio nos rácios de capital exigidos ao banco herdeiro do BES pode tra-

zer folga e não baixar a ajuda estatal. Pode apenas acomodar um eventual impacto negativo de duas grandes operações que estão a ser empreendidas. O Novo Banco fechou a venda de uma carteira de imóveis com valor bruto de 716,7 milhões de euros, e está em processo de venda de 1,75 mil milhões em crédito malparado. E se alguns activos aí incluídos estiverem cobertos pelo mecanismo e registarem desvalorizações expressivas, e isso afectar os rácios do banco, então poderiam aumentar as necessidades da instituição.

Em Junho, o mecanismo tinha activos com um valor líquido de 4,9 mil milhões de euros, um recuo de 40% face ao que existia inicialmente. O sistema acordado entre o Fundo de Resolução e a Lone Star permite a colocação de até 3,89 mil milhões de euros pelo Fundo ao longo de oito anos, o período pelo qual o fundo americano não pode retirar dividendos do banco. ■



exigências de capital. E que possa limitar o impacto das vendas de malparado e de imóveis.

20% dos imóveis vendidos estão sob protecção da banca

O Novo Banco vendeu uma carteira de imóveis pelos quais espera receber 388,9 milhões de euros. Cerca de 20% destes activos podem levar à chamada do Fundo.

O Novo Banco vendeu uma carteira de mais de oito mil imóveis ao fundo Anchorage Capital. Esta é uma operação relevante para o mecanismo de capitalização contingente, acordado entre a Lone Star e o Fundo de Resolução, já que um quinto das propriedades pode vir a exigir a convocatória à instituição que entra para as contas públicas.

No início do mês, a instituição sob o comando de António Ramalho assinou o contrato-promessa de compra e venda de

um portefólio de 8.726 propriedades, com um valor bruto contabilístico de 716,7 milhões de euros. O banco não revelou o valor líquido destes activos, ou seja, qual o nível de imparidades a si associadas.

A única referência avançada pelo banco refere a expectativa de receber, com esta operação, 388,9 milhões de euros no fecho da venda. Mas não divulga o saldo efectivo da transacção.

Segundo apurou o Negócios, só cerca de 20% destes imóveis

estão incluídos no mecanismo de capitalização, pelo qual o Fundo de Resolução pode ser convocada a injectar dinheiro no banco.

Já a venda da carteira de crédito malparado de 1,75 mil milhões de euros está a avançar, com o intuito de ficar fechada ainda este ano. Não se sabe qual a dimensão desta carteira que está sob o mecanismo. Mas mais de metade do valor coberto pelo Fundo de Resolução – que vive de contribuições da banca – diz respeito a créditos. ■ DC

Banco ainda tem 69 milhões para fechar reestruturação

O Novo Banco constituiu, na venda, uma nova provisão para precaver custos com a reestruturação. Juntou-se a outras duas que ainda têm dinheiro por utilizar.

O Novo Banco começou o Verão com 69,1 milhões de euros disponíveis para gastar com o seu processo de reestruturação. Era este o valor remanescente das provisões constituídas pela instituição financeira para cumprir as exigências assumidas pelo Estado junto de Bruxelas.

Os últimos compromissos que o Novo Banco teve de aceitar foram assinados no âmbito da venda de 75% do capital à Lone Star, operação que prevê eventuais novos encargos para o Estado. Nesse sentido, ficou definida, em Outubro do ano passado, a constituição de uma provisão de 82,3 milhões de euros para a reestruturação do banco. No início deste ano, foram gastos 20,5 milhões. Ficaram 61,8 milhões de euros para a segunda metade do ano.

“Esta provisão contempla medidas de reestruturação que incluem a concentração da actividade bancária em Portugal e Espanha nas áreas de retalho e empresas, desinvestimento em activos não estratégicos, diminuição do número de colaboradores e o redimensionamento da rede de distribuição”, revela o relatório e contas do primeiro semestre do banco.

Esta provisão de 61,8 milhões para centrar o Novo Banco na ban-

ca tradicional na Península Ibérica junta-se a outras duas, uma de 3,4 milhões e outra de 3,9 milhões, que restam de provisões criadas no âmbito dos compromissos de reestruturação negociados com Bruxelas para 2016 e 2017, ainda antes da alienação. Daí a soma de 69,1 milhões por utilizar para cumprir os fins da reestruturação.

A constituição de provisões visa a colocação de dinheiro de lado quando o banco verifica uma probabilidade elevada da obrigação com determinado pagamento e quando pode estimar o custo.

No caso da reestruturação, há um plano formal em cima da mesa, com pormenores e objectivos, que permitem à instituição calcular as suas obrigações. O tema não é, contudo, o único que justifica provisões no Novo Banco, para além das que habitualmente já fazem parte de uma empresa (fiscais, judiciais e operacionais).

Provisão comercial

O Novo Banco tem também uma provisão para custos que pode ter com clientes seus obrigacionistas. Em causa está uma provisão, em Junho com um volume de 79 milhões de euros, para as negociações do banco com clientes de retalho que têm obrigações seniores nas suas mãos, por via de operações levadas a cabo pelo banco quando ainda era BES e se encontrava sob a presidência de Ricardo Salgado.

“O conselho de administração considera adequado o valor desta provisão tendo por base a experiência já obtida nas negociações realizadas e a expectativa de preços na venda das obrigações e instrumentos financeiros subscritos por clientes”, explica o relatório e contas.

No final de 2014, já existia a provisão, na altura integrando 334,2 milhões. Tem sido usada desde aí. ■

DIOGO CAVALHEIRO

79

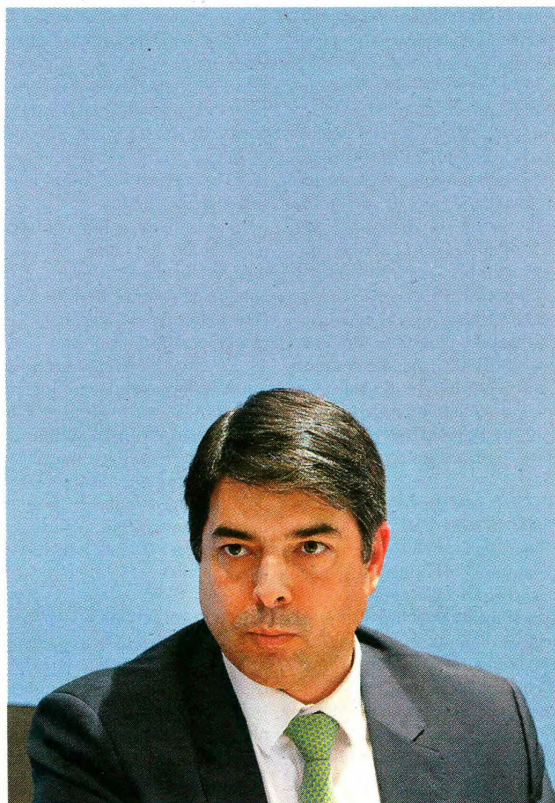
PROVISÃO COMERCIAL
Provisão, com 79 milhões de euros, que tem sido utilizada à medida que há acordo com clientes que têm obrigações seniores.



O banco com um CFO do passado e o CFO do futuro

Mark Bourke é o nome vindo da Irlanda que colocou parte do capital de um banco intervencionado em bolsa. Chega ao Novo Banco, no qual há dois accionistas com cariz vendedor. Mas há um passado ainda para desinvestir. Jorge Cardoso está aí.

David Martins



Jorge Freire Cardoso ficou responsável pelas finanças do Novo Banco em 2014.

JORGE CARDOSO

O banqueiro de investimento que vai desinvestir

Jorge Freire Cardoso foi para o Novo Banco em Setembro de 2014 com Eduardo Stock da Cunha, depois da saída da administração liderada por Vítor Bento, que estava contra uma venda rápida da instituição. Ficou, aí, com a responsabilidade das finanças. Permaneceu na equipa de António Ramalho e, agora, passará a debruçar-se sobre os activos a desinvestir. A área de investimento, de que o Novo Banco se está a afastar para se centrar na banca tradicional, é aquela em que tem mais experiência: esteve 14 anos na Caixa - Banco de Investimento.

DIOGO CAVALEIRO

diogocavaleiro@negocios.pt

“Portugal está a cometer os mesmos erros que a Irlanda.”

A afirmação partiu do ex-economista do Fundo Monetário Internacional, Ashoka Mody, e foi proferida dias depois da resolução do Banco Espírito Santo, em 2014. Mody, que tinha sido o responsável pelo programa de resgate irlandês, criticou o facto de os detentores de dívida sénior não terem sofrido perdas na intervenção do BES, e de a grande responsabilidade ter ficado no Estado. Em 2009, a Irlanda tinha intervencionado o Anglo Irish Bank, sem impor essas mesmas perdas. O economista considerava um erro.

O erro foi, em Portugal, corrigido um ano depois: em Dezembro de 2015, o Banco de Portugal decidiu aplicar perdas a obrigacionistas seniores do BES.

Em 2018, é da Irlanda que o Novo Banco, criado na resolução do BES, quer inspiração para o seu futuro. Sem erros. É de Dublin, que partilha com Lisboa o resgate financeiro nos anos da crise da dívida, que vem o novo administrador financeiro da instituição financeira.

Mark Bourke foi chamado pela Lone Star, um ano depois da compra de 75% do capital do Novo Banco, para dirigir as finanças do banco. “É desde 2014 ‘chief financial officer’ do Allied Irish Banks, um dos maiores bancos na Irlanda que em 2010 foi intervencionado pelo Estado irlandês, tendo em 2017 colocado no mercado parte das acções através de uma oferta pública ini-

cial”, justificou o banco quando anunciou a contratação, que ainda aguarda o fim do mandato e a autorização do Banco Central Europeu.

Bourke vem para um banco que tem apenas dois accionistas. Os dois com perfil vendedor. O Fundo de Resolução tem ainda 25% da instituição financeira e muito por recuperar, desde logo os 4,9 mil milhões que foram injectados em 2014. E a primeira parcela de 75% do capital foi vendida à Lone Star por zero. O fundo americano é de “private equity”: investe em entidades com dificuldades, com o objectivo de as reestruturar e

vender com mais-valias.

A reestruturação está em curso: o banco está a concentrar-se na actividade tradicional em Portugal, também com presença em Espanha. O foco nas empresas é para intensificar, sobretudo nas de pequena dimensão. Como ficou determinado pela Comissão Europeia, há agora um administrador especializado nas operações de retalho, Luís Ribeiro. As grandes exposições não são as desejadas: carecem de procedimentos internos especiais para serem autorizadas.

Outra obrigação do banco, assumida pelo Estado em Bruxelas aquando da venda, foi a digitalização e a melhoria da oferta. O futuro, antecipa o Novo Banco, vem pela mão da contratação feita na McKinsey, de João Dias, para responsável pela transformação digital.

Bourke deverá chegar no arranque de 2019, ainda com dois anos de plano de reestruturação por cumprir. Há pessoal a reduzir e agências a fechar, bem como há a necessidade de procurar rubricas na despesa e na receita que possam ser eliminadas ou dinamizadas, respectivamente.

Mas há um trabalho central que caberá a Jorge Cardoso. O ainda administrador financeiro vai ficar responsável pelas áreas de desinvestimento. Há duas operações da sua responsabilidade em curso, que podem retirar mais de 2,3 mil milhões de euros de activos não produtivos: a venda de malparado e de imóveis.

Há unidades a desinvestir: de Londres é para sair; o peso do Luxemburgo para diminuir. A banca privada é um negócio a descontinuar. E as vendas de GNB Vida e o BES Vénétie são para fechar.

O Novo Banco tem um passado para abandonar. E um futuro para construir. Para que as perdas a obrigacionistas e ao Estado não voltem a ser tema. ■

“

Esta transacção representa mais um importante passo no processo de desinvestimento de activos não estratégicos do Novo Banco, prosseguindo este a sua estratégia de foco no negócio bancário doméstico.

NOVO BANCO
Comunicados de venda de activos

[Mark Bourke colocou] no mercado parte das acções do [banco] AIB através de uma oferta pública inicial.

NOVO BANCO
Comunicado de nomeação do CFO

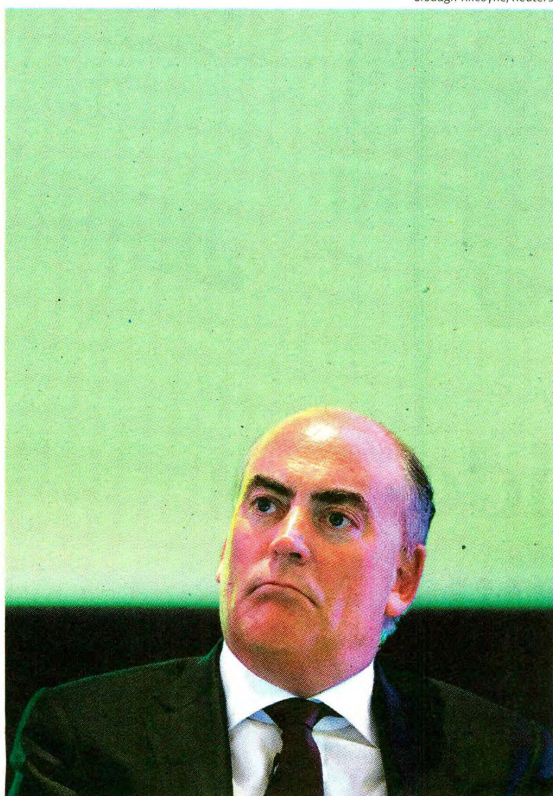
”



Os planos que tornam o Novo Banco diferente do BES

Desde 2014 que o Novo Banco tem compromissos de Bruxelas para cumprir. Há um ano, com a venda, vieram mais obrigações até 2021. E podem ser ainda mais, tendo em conta o grau de (in)cumprimento.

O QUE É PARA SER CUMPRIDO	O QUE ESTÁ CUMPRIDO	A EVOLUÇÃO
<p>REDUÇÃO DE TRABALHADORES O Novo Banco tem de chegar, até ao fim do plano de reestruturação, em 2021, com um quadro de pessoal que não poderá ser superior a 5.000 profissionais. O número será ainda mais baixo, mas sempre acima de 4.500, mas nunca foi divulgado publicamente.</p>	<p>REDUÇÃO DE TRABALHADORES O Novo Banco contava com 5.340 funcionários no final do semestre. Eram 5.706 um ano antes. Entretanto, aproveitou a venda de imobiliário para rescindir com alguns trabalhadores, que foram para a compradora. Mas há mais unidades a desinvestir - e onde reduzir.</p>	
<p>ENCERRAMENTO DE BALCÕES O plano de reestruturação assinado entre o Estado e a Comissão Europeia prevê um número entre 350 e 400 agências. Mas a exigência pode ser superior (como no quadro de pessoal) se não houver aumento de receita e descida de despesa noutras rubricas.</p>	<p>ENCERRAMENTO DE BALCÕES A rede de balcões do Novo Banco era constituída, em Junho, por 443 unidades. Menos 30 do que no final do ano passado. E menos que as 537 agências existentes em 2016. Mais fechos terão de ocorrer, mas há margem para o ritmo de fechos ser atenuado.</p>	
<p>REDUÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS O banco está obrigado a centrar a sua actividade no negócio tradicional, de empresas, e apenas de Portugal, com uma abertura para continuar em Espanha. Há áreas de actividade de onde a instituição financeira tem de sair, como a banca privada.</p>	<p>REDUÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS O ano tem sido rico em alienações. Venezuela e Cabo Verde foram os primeiros a ser vendidos e há já contratos assinados para transaccionar os mais relevantes: GNB Vida e BES Vénétie. A primeira trouxe perdas de quase 300 milhões: entraram nas contas de 2017.</p>	
<p>DIMINUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES O Novo Banco tem de se desfazer de activos não estratégicos, como participações financeiras desde que foi criado. Mas o seu número tem crescido com o passar do tempo, devido às novas obrigações, criadas pela medida de ajudas do Estado ao banco.</p>	<p>DIMINUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES O desinvestimento em activos não estratégicos visou a venda de posições accionistas, como a Empark. Foi a parte mais facilmente antecipada. Ainda há mais a fazer. Exemplo: a Herdade do Pinheiro, recebida em recuperação de crédito e que é para vender.</p>	
<p>RECUO DO MALPARADO O banco ficou obrigado a rever os modelos de "governance" e de gestão de risco e teve de desenhar uma estratégia de desinvestimento de crédito malparado. A venda é uma das opções, mas a sua concretização pode implicar perdas devido ao preço.</p>	<p>RECUO DO MALPARADO O rácio de malparado do banco estava, em Junho, nos 28,5%, situando-se perto dos 9 mil milhões de euros de crédito. O banco está a vender uma carteira de malparado de 1,75 mil milhões, o que deixa ainda um elevado leque por cortar.</p>	
<p>REDUÇÃO DE ACTIVOS TÓXICOS O mecanismo de capital contingente começou com activos com valor líquido de 79 mil milhões de euros, mas com um montante bruto, antes de imparidades, de 12,7 mil milhões. O Fundo de Resolução pode compensar até 3,89 mil milhões. Dura oito anos.</p>	<p>REDUÇÃO DE ACTIVOS TÓXICOS O mecanismo tinha, em Junho, um valor líquido de 4,9 mil milhões. O Fundo de Resolução já convocou 792 milhões face a 2017 e este ano (se o exercício estivesse fechado) teria colocado 726 milhões. Proporcionalmente, os 3,89 mil milhões podem ser esgotados.</p>	



Clodagh Kilcoyne/Reuters

Mark Bourke aguarda autorização do BCE para iniciar funções.

MARK BOURKE

O irlandês que é a esperança da reviravolta

Mark Bourke vem para o Novo Banco, criado em 2014 na resolução do Banco Espírito Santo, com uma missão: proporcionar uma reviravolta como aquela que levou a cabo no Allied Irish Banks (AIB), o banco irlandês resgatado pelo Estado em 2010. Foi sob a sua tutela financeira que o AIB foi para a bolsa em 2017, com a colocação de mais de 28% nas mãos de privados. O gestor, que entra no banco português pela mão da Lone Star, esteve durante mais de 13 anos num outro concorrente irlandês, o IFG, oito dos quais enquanto presidente executivo.

negócios

negócios.pt

Quinta-feira, 25 de Outubro de 2018 | Diário | Ano XVI | N.º 3859 | € 2.50
Director André Veríssimo | Director adjunto Celso Filipe

Bónus para emigrantes pode violar Constituição

Programa Regressar, que exclui de IRS metade dos rendimentos de ex-residentes, está a gerar dúvidas e pode mesmo ser inconstitucional à luz do princípio da igualdade.

ECONOMIA 10



Oferta
Com esta edição,
revista mensal
de tendências e lifestyle
52 páginas

Andre Weitz
O meu trabalho
é tornar os homens
fantásticos

Automóveis
Wheels in fashion.
Porque são
desejados?

Vieira da Silva deixa cair travão às pensões antecipadas

Ministro da Segurança Social atirou para "outras iniciativas legislativas" as restrições às reformas que tinha anunciado na semana passada.

ECONOMIA 11

Novo Banco conta com BCE para aliviar esforço do Estado

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

Inapa compra empresa que lhe vai dar liderança no mercado alemão

EMPRESAS 19

Fundição lança plano estratégico para atrair jovens para a indústria

EMPRESAS 15

Regulação

Bancos já têm 50 créditos ao consumo por via digital

Banco CTT lidera reclamações nas contas e na concessão de crédito à habitação.

MERCADOS 26 e 27

Concessão

Estado e bancos aprovam venda de 7,5% da Lusoponte à Mota-Engil e Vinci

HOME PAGE 4

ENTREVISTA
PEDRO REBELO DE SOUSA

"Populismo está a crescer pela via do mundo digital"



O jurista é presidente do 62.º Congresso da União Internacional dos Advogados.

LEX 20 e 21

Vieira da Silva atira para o “futuro” travão às pensões antecipadas

As restrições às pensões antecipadas, que Vieira da Silva anunciou há uma semana, serão afinal discutidas “no futuro”. O ministro da Segurança Social, que ontem foi ouvido no Parlamento âmbito da proposta do OE/2019, só não explicou é quando.

O ministro da Segurança Social, Vieira da Silva, garantiu esta quarta-feira no Parlamento que as polémicas restrições ao acesso às reformas antecipadas, que assumiu há uma semana, serão afinal discutidas “no futuro”, em iniciativas legislativas que não se enquadrem na lei do orçamento do Estado. Sem explicar quando.

Em causa está a intenção de só permitir o acesso à pensão antecipada a quem já tenha 40 anos de carreira aos 60 anos de idade, o que impediria o acesso à reforma a quem só completasse os 40 anos de carreira após os 60 anos, bem como a todos os que tenham começado a descontar depois dos vinte. A medida foi apresentada pelo Governo em concertação social em Maio de 2017 e confirmada e reiterada pelo ministro há uma semana, em conferência de imprensa.

Questionado pelo deputado do Bloco de Esquerda, José Soeiro, que lamentou que o Governo tenha feito declarações que lançaram “uma enorme confusão” na opinião pública, Vieira da Silva respondeu que o que está previsto no orçamento é apenas o alívio dos cortes para quem aos 60 anos já tenha 40 de descontos (através da eliminação do factor de sustentabilidade para as futuras pensões destas pessoas, em duas fases, no próximo ano). “É esse passo que está previsto no orçamento, não há nenhum passo restritivo que esteja escrito no orçamento. O que está escrito é um novo regime para aquelas pessoas. O que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido noutros quadros, com outras iniciativas legislativas”, respondeu o ministro.

Uma questão com pouco para discutir

Para Vieira da Silva, está em cau-

sa “uma questão que tem pouco para discutir”. “O que está na lei do orçamento é a criação de um regime de flexibilização da idade da reforma (...) que tem como contrapartida uma menor penalização”.

Ou seja, a eliminação do corte do factor de sustentabilidade (que já vai nos 14,5%) para quem cumpra ao critério de aos 60 anos ter 40 de descontos. A partir de Janeiro para quem tem 63 anos ou mais e a partir de Outubro para todos os outros.

E quem não cumpre este apertado critério?

A avaliar por uma das últimas respostas do ministro poderá reformar-se, para já, com dupla penalização (incluindo a do factor de sustentabilidade).

“Obviamente que esta norma não inclui nenhuma outra alteração aos regimes que hoje existem que, até serem alterados – se forem alterados – continuarão a funcionar com toda a regularidade”, disse.

Ora, quando há uma semana atrás, na conferência de imprensa de apresentação do orçamento da Segurança Social, o ministro foi questionado sobre a formulação que consta da proposta de orçamento, Vieira da Silva anunciou que “as condições de acesso mudam”.

“Pedi uma resposta clara e eu dei-lhe uma resposta absolutamente clara. O novo regime de reformas antecipadas por flexibilidade da idade da reforma (...) passará a ter uma exigência de estar disponível para as pessoas que aos 60 anos tenham 40 anos de carreira contributiva”, disse na altura o ministro, que foi repetidamente questionado sobre quando é que a restrição entra em vigor, mas que não respon-

deu de forma clara.

Numa das respostas que deu respondeu o seguinte: “O novo regime aplica-se em Janeiro às pessoas com 63 anos ou mais, não se aplica a mais ninguém. Em Outubro aplica-se a todos os outros”.

A intenção, que já tinha sido anunciada em concertação social, e abordada nas entrevistas realizadas desde então, foi mal recebida por PCP e Bloco de Esquerda, que se tinham empenhado em divulgar as boas notícias sobre a eliminação do duplo corte para algumas pensões.

Até o PS admitiu alterar a medida, o que levou o BE a considerar que não há uma maioria que apoie a medida.

“

O que acontecerá no futuro (...) será discutido noutros quadros, com outra iniciativas legislativas.

VIEIRA DA SILVA

A proposta de lei do orçamento do Estado, que autoriza o Governo a “criar” um “novo regime de flexibilização”, no seu artigo 90º, não é clara sobre margem de manobra que oferece ao Governo. Estas dúvidas sobre o que prevê o texto foram assumidas pelo líder parlamentar do Partido Socialista, Carlos César, quando admitiu que pode ser necessário “clarificar” a proposta de lei.

Quando o ministro Vieira da Silva revelou a sua intenção de travar o acesso às pensões antecipadas, os jornalistas não ficaram esclarecidos sobre se o travão teria plenos efeitos em Janeiro ou em Outubro.

Quando, no final do dia seguinte, que ficou marcado pelas reacções negativas à sua proposta, anunciou que a medida contempla um período transitório, o ministro não esclareceu quanto tempo duraria esse período transitório. Agora, o ministro da Segurança Social atira a medida para o “futuro” mas a um ano de eleições legislativas não explica quando é que essa discussão terá lugar. ■

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

Manuel de Almeida/Lusa



Vieira da Silva foi acusado de criar “uma enorme confusão”.

negócios

Quinta-feira, 25 de Outubro de 2018 | Diário | Ano XVI | N.º 3859 | € 2,50
 Director André Veríssimo | Director adjunto Celso Filipe

Bónus para emigrantes pode violar Constituição

Programa Regressar, que exclui de IRS metade dos rendimentos de ex-residentes, está a gerar dúvidas e pode mesmo ser inconstitucional à luz do princípio da igualdade.

ECONOMIA 10



Oferta
 Com esta edição, revista mensal de tendências e lifestyle
 52 páginas

Andre Weitz
 O meu trabalho é tornar os homens fantásticos

Automóveis
 Wheels in fashion. Porque são desejados?

Vieira da Silva deixa cair travão às pensões antecipadas

Ministro da Segurança Social atirou para "outras iniciativas legislativas" as restrições às reformas que tinha anunciado na semana passada.

ECONOMIA 11

Novo Banco conta com BCE para aliviar esforço do Estado

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

Inapa compra empresa que lhe vai dar liderança no mercado alemão

EMPRESAS 19

Fundição lança plano estratégico para atrair jovens para a indústria

EMPRESAS 15

Regulação

Bancos já têm 50 créditos ao consumo por via digital

Banco CTT lidera reclamações nas contas e na concessão de crédito à habitação.

MERCADOS 26 e 27

Concessão

Estado e bancos aprovam venda de 7,5% da Lusoponte à Mota-Engil e Vinci

HOME PAGE 4

ENTREVISTA
PEDRO REBELO DE SOUSA

"Populismo está a crescer pela via do mundo digital"



O jurista é presidente do 62.º Congresso da União Internacional dos Advogados.

LEX 20 e 21



ECONOMIA

António Pedro Santos/Lusa



A redução da taxa de IRS para os emigrantes que regressem a Portugal está prevista na proposta de Orçamento do Estado para 2019.

IMPOSTOS

Bónus para ex-residentes divide constitucionalistas

O tratamento diferente no IRS para quem volte ao país pode violar princípio da igualdade, admitem alguns constitucionalistas ao Negócios. Também há quem defenda que não. Governo quer atrair quem saiu durante a crise, mas justificação pode não chegar.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt

O Programa Regressar, que isenta de IRS metade dos rendimentos de ex-residentes que voltem a Portugal, está a levantar dúvidas sobre a sua constitucionalidade.

O novo regime, previsto na pro-

posta de Orçamento do Estado para 2019, exclui de tributação de IRS 50% dos rendimentos de todos os sujeitos passivos que se tornem fiscalmente residentes em Portugal em 2019 ou 2020, desde que não tenham sido residentes em território português nos três anos anteriores, mas que tenham vivido no país antes de 31 de Dezembro de 2015.

Em declarações ao Negócios, Maria d'Oliveira Martins, professora de Direito Constitucional na Universidade Católica, defende que este benefício fiscal possa violar o princípio da igualdade, quase não

exista um fundamento relevante para o justificar.

“O legislador devia ser prudente na fundamentação das medidas. Não se impede que haja discriminações. O que se exige é que haja fundamentação razoável, atendível, para eu dizer que essa [distinção] não é arbitrária. Neste caso não encontro razão suficiente e por isso só posso dizer que é arbitrária”, defende.

No relatório que acompanha a proposta do OE, o Governo defende a medida com a necessidade de promover o regresso dos que tive-

ram de sair do país em consequência da crise económica. Nesse sentido, defende Maria d'Oliveira Martins, o regime devia aplicar-se a quem não viveu no país entre 2011 e 2014 e não nos três anos anteriores ao regresso.

O constitucionalista Rodrigo Esteves de Oliveira também tem dúvidas sobre a constitucionalidade deste bónus fiscal. “A capacidade contributiva de residentes e ex-residentes, que é o critério nuclear da igualdade para efeitos fiscais, é igual num caso e noutro”, e por isso não devia existir diferença, considera o

professor da Universidade de Coimbra. Além disso, a isenção de 50% é uma diferença substancial entre contribuintes, o que também pode ser difícil de enquadrar a nível constitucional.

Para o constitucionalista Luis Pereira Coutinho, esta distinção entre cidadãos – os que permaneceram em Portugal nesse período e os que saíram – pode ser inconstitucional à luz do princípio da igualdade, que estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei.

“É certo que há uma série de distinções, como benefícios fiscais para



O que se exige é que haja fundamentação razoável. Neste caso não encontro razão suficiente e por isso só posso dizer que é arbitrária.

MARIA D'OLIVEIRA MARTINS
Professora de Direito Constitucional na Universidade Católica

A capacidade contributiva de residentes e ex-residentes, que é o critério nuclear da igualdade para efeitos fiscais, é igual num caso e noutro.

RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA
Professor de Direito Constitucional na Universidade de Coimbra.



“... pessoas portadoras de deficiência, mas aquelas que conhecemos atendem a necessidades especiais”, afirmou. O problema com o Programa Regressar, para o professor da Universidade de Lisboa, é que a diferenciação fiscal não é justificada com um “fundamento relevante”.

Já o constitucionalista Jorge Reis Novais diz não ver “grande fundamento para considerar a medida inconstitucional”. Para o professor da Universidade de Lisboa, “em termos do objectivo que o Estado tem em vista, é legítimo, compreensível e aceitável conceder este benefício fiscal, desde que aplicado a todas as pessoas que estejam na mesma situação”.

Embora destaque a “bondade da medida”, o deputado do PS Paulo Trigo Pereira (e professor do ISEG) também admite que possa haver inconstitucionalidade, devido à “disparidade de tratamento”. Já Fernando Rocha Andrade, também da bancada socialista (e professor de Coimbra), discorda. “Há obviamente interesse nacional relevante, que justifica” a diferença de tratamento. ■

negócios

Quinta-feira, 25 de Outubro de 2018 | Diário | Ano XVI | N.º 3859 | € 2.50
Director André Veríssimo | Director adjunto Celso Filipe

Bónus para emigrantes pode violar Constituição

Programa Regressar, que exclui de IRS metade dos rendimentos de ex-residentes, está a gerar dúvidas e pode mesmo ser inconstitucional à luz do princípio da igualdade.

ECONOMIA 10



Oferta
Com esta edição,
revista mensal
de tendências e lifestyle
52 páginas



Andre Weitz
O meu trabalho
é tornar os homens
fantásticos



Automóveis
Wheels in fashion.
Porque são
desejados?

Vieira da Silva deixa cair travão às pensões antecipadas

Ministro da Segurança Social atirou para “outras iniciativas legislativas” as restrições às reformas que tinha anunciado na semana passada.

ECONOMIA 11



Novo Banco conta com BCE para aliviar esforço do Estado

PRIMEIRA LINHA 6 a 9

Inapa compra empresa que lhe vai dar liderança no mercado alemão

EMPRESAS 19

Fundição lança plano estratégico para atrair jovens para a indústria

EMPRESAS 15

Regulação Bancos já têm 50 créditos ao consumo por via digital

Banco CTT lidera reclamações nas contas e na concessão de crédito à habitação.

MERCADOS 26 e 27

Concessão Estado e bancos aprovam venda de 7,5% da Lusoponte à Mota-Engil e Vinci

HOME PAGE 4

ENTREVISTA PEDRO REBELO DE SOUSA

“Populismo está a crescer pela via do mundo digital”



O jurista é presidente do 62.º Congresso da União Internacional dos Advogados.

LEX 20 e 21



MADEIRA

Centeno diz que não há mais verbas para hospital

O Estado está a financiar parte da construção do hospital, mas não mais do que isso, diz o ministro das Finanças. Também não há margem para baixar mais os juros do empréstimo da República.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

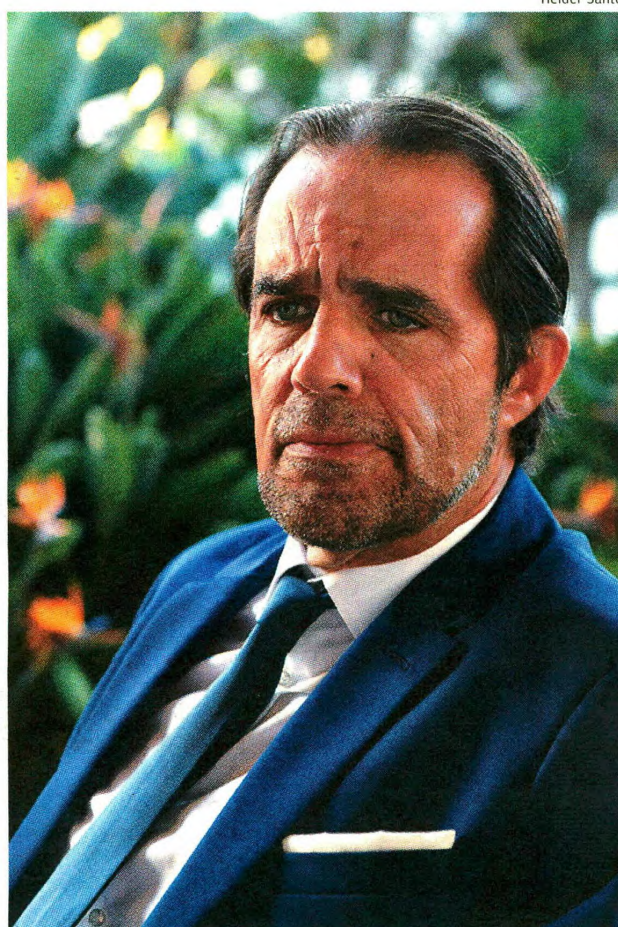
Não há mais verbas do que as já disponibilizadas para a construção do novo hospital central da Madeira. Nos termos em que foi aprovado pelo Conselho de Ministros, “o compromisso foi cumprido na íntegra” – foi esta a resposta que o ministro das Finanças, Mário Centeno, deixou esta terça-feira no Parlamento nacional à região autónoma liderada por Miguel Albuquerque.

“Estamos a financiar o novo hospital da Madeira e não outros estabelecimentos da Madeira”, frisou o ministro das Finanças, em resposta à deputada Sara Madrugada da Costa, que acusava o Executivo de faltar à promessa de financiar o novo hospital em 50%.

Em causa está o co-financiamento da construção e o equipamento do novo hospital central do Funchal. Esta unidade vem substituir duas outras instalações hospitalares consideradas já obsoletas – o Hospital Dr. Nélio Ferraz Mendonça e o Hospital dos Marmeleiros.

Como recorda a resolução aprovada em Conselho de Ministros, e publicada a 10 de Outubro em Diário da República, o Estado deve dar um apoio à região de “50% da despesa relativa à obra de construção do Hospital Central da Madeira, na sequência da decisão referente ao respectivo concurso público”.

Até aqui, Governo central e regional estão de acordo. Mas os problemas começam na hora de determinar o montante sobre o qual se calculam os 50%. O Executivo central toma como ponto de parti-



Hélder Santos

As reivindicações do presidente do Governo regional não tiveram acolhimento.

“

Estamos a financiar o novo hospital da Madeira e não outros estabelecimentos da Madeira.

MÁRIO CENTENO
Ministro das Finanças

da a avaliação apresentada pela própria região do custo máximo com construção, assessoria à fiscalização da empreitada, equipamento médico e hospitalar: 266 milhões de euros, sem IVA.

Depois, deduz os valores da avaliação dos dois hospitais envelhecidos: 63,4 milhões de euros pelo Hospital Nélio Mendonça e 9,6 milhões pelo Hospital dos Marmeleiros. Contas feitas, o Estado disponibiliza um apoio de 96,5 milhões de euros.

Ora, o Governo regional consi-

dera que o ponto de partida deve ser o custo, com IVA, e que Mário Centeno não tem o direito de deduzir os montantes correspondentes à avaliação dos dois hospitais obsoletos. A ideia da região passa por reverter pelo menos uma destas unidades hospitalares em serviços de cuidados continuados, possivelmente com a valência de lar. Por isso, as contas da região dão um total de cerca de 175 milhões de euros.

Miguel Albuquerque, presidente do Governo regional, disse em entrevista ao Negócios estar à espera de uma correcção da resolução do Conselho de Ministros. O Negócios sabe que tem havido contactos, mas a resposta de Centeno no Parlamento deixa pouca margem para dúvidas: o Governo da República não pensa ceder.

Juros não baixam mais

Também sobre os juros cobrados pela República no empréstimo que fez à Madeira – de valor inicial de 1,5 mil milhões de euros, no tempo da troika – Centeno recusou ontem abertura para ir mais além.

No OE para 2019, o Executivo central prevê fazer um ajustamento em baixa do valor do juro cobrado, dos actuais 3,375% para 2,8%, mantendo-se a aplicação de um “spread” de 0,15 pontos base.

Apesar da redução, a Madeira continua a considerar que tem direito a um juro mais baixo, de 2,5%. O argumento é que este é o custo de financiamento dos empréstimos da troika, aqueles que serviram para financiar a região autónoma. Mas confrontado com a questão, Centeno não mostrou abertura, frisando que a taxa que está a ser proposta é “idêntica à taxa média do custo de financiamento da República” e que essa é, aos olhos do Governo central, “a estratégia mais adequada.” ■

ID: 77373502

25-10-2018

A COR DO
DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Jornalista de economia
camilolourenco@gmail.com

Big Brother fiscal

Há entrevistas assassinas. A que Helena Borges, diretora-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, deu a este jornal esta quarta-feira é uma delas. Borges diz que a informação que as empresas vão passar a enviar com base nas IES (Informação Empresarial Simplificada) vai permitir ao Fisco ficar com “uma dose de informação brutal”. E, por essa via, “detetar padrões de incumprimento”.

Os empresários e/ou gestores que leram a entrevista (e foram muitos porque a notícia foi a mais lida no site do Negócios ontem) devem ter ficado com calafrios. O que

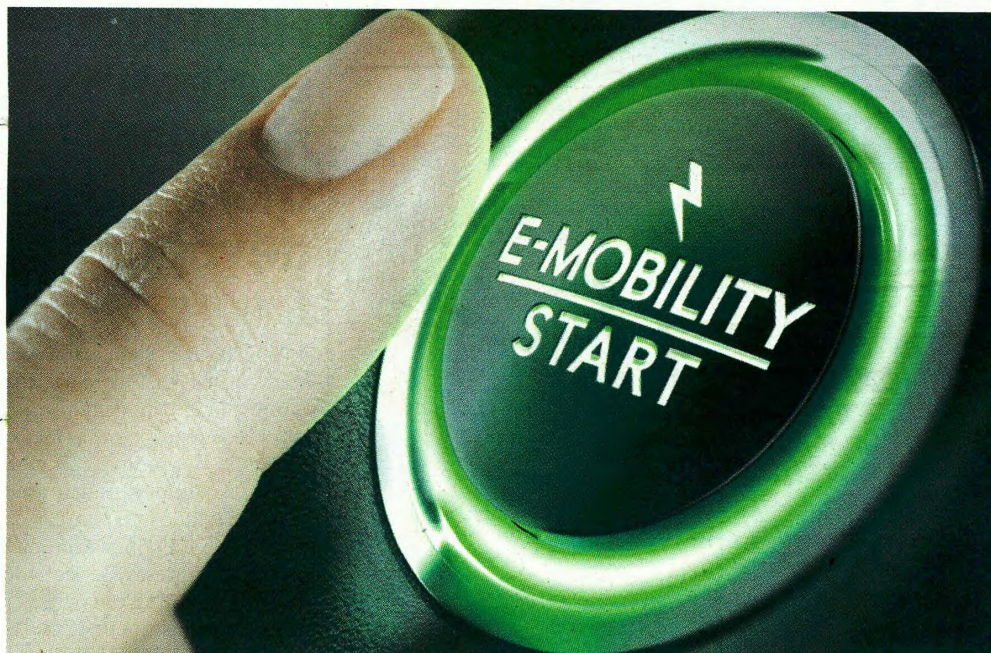
o Fisco está a dizer é que vai ficar a saber praticamente tudo sobre as empresas.

Daí ao raciocínio seguinte é um passo: para que serve essa informação? É a própria Helena Borges que responde: é “informação que tem de se saber transformar em conhecimento útil. Que induza receita, mas apenas a receita que o legislador quis”.

Moral da história: o Fisco vai ficar com elementos que lhe permitam fazer o que quer com a tributação. Qual vai ser o nível dessa tributação? Aquela que o Governo quiser. Agora raciocine: acha que o Estado lhe vai largar o pé (às empresas e às pessoas

singulares) na próxima década? Ok, você é um dos indefetíveis da “geringonça” e faz parte dos crentes; ou seja, dos que juram que o Governo acabou com a austeridade. “Not so fast”: o “enorme aumento de impostos” de Vítor Gaspar ainda só foi revertido a 50%. Pergunta: acha que um Estado tão sedento de impostos vai deixar de apertar o pescoço às empresas (e aos contribuintes individuais)? Só contaram para você...! ■

Artigo em conformidade com o novo Acordo Ortográfico



Um marco histórico

Veículos eléctricos em circulação atingem os quatro milhões.

A venda de veículos eléctricos está a aumentar a nível mundial. Em Setembro passado, atingiu-se o número de quatro milhões de veículos 100% eléctricos e híbridos plug-in a circular no planeta. A maioria são ligeiros de passageiros, mas também há centenas de milhares de autocarros eléctricos. Segundo adianta a agência Bloomberg, é expectável que em Março de 2019 se encontrem em circulação cinco milhões de veículos eléctricos e híbridos.

Portugal segue a tendência e – recuando uns meses – constata-se que a venda de veículos eléctricos quase triplicou entre Janeiro e Abril, crescendo 170,9% face a igual período de 2017, para um total 1.184 viaturas, de acordo com os dados que a Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) facultou recentemente à Lusa.

Neste período, a Renault destacou-se, vendendo 485 veículos ligeiros de passageiros, o que significa mais 131% em relação aos primeiros quatro meses de 2017. A segunda marca que vendeu mais foi a Nissan, com 230 unidades – um acréscimo homólogo de 81,1%. A Smart (com 160 unidades) e a Citroën (154) ficaram no terceiro e quarto postos no “ranking” da ACAP, respectiva-

Em Março de 2019, pode haver em circulação cinco milhões de veículos eléctricos e híbridos.

mente. A BMW, que vendeu 73 unidades, ficou em quinto.

Quanto aos modelos, o Renault Zoe, o Nissan Leaf, o Citroën C-Zero, o Smart Fortwo e o BMW Série 3 são os preferidos. Explique-se que o Governo manteve para este ano o incentivo de 2.250 euros na compra de carros 100% eléctricos. Quem compra veículos de duas rodas recebe 20% do valor de compra, até ao máximo de 400 euros. A dotação global para o apoio é de 2,65 milhões de euros.

Portugal, Europa e resto do mundo

A Associação Europeia de Fabricantes Automóveis (ACEA) assinalou, em Maio, que a escolha por energias alternativas na UE tinha aumentado no primeiro trimestre 26,9%, com o registo de carros com baterias eléctricas a crescer 34,3% e de híbridos plug-in a avançar 60,2%. Nos 28 Estados-membros foram vendidos quase 140 mil carros híbridos eléctricos, numa subida de 25,7%. Em Portugal, no primeiro trimestre, venderam-se 726 carros eléctricos (mais 96,7%), 794 híbridos plug-in (mais 104,1%) e 1.664 híbridos (mais 64,3%). O total de carros movidos a energias menos poluentes foi de 3.777 (mais 75,2%).

A nível mundial, a China destaca-se dos demais países, sendo responsável por cerca de 37% dos carros eléctricos vendidos em todo o mundo. Há fabricantes chineses que se evidenciam como a Build Your Dreams (BYD) e a BAIC Motor. Nota também para a californiana Tesla, que não só fabrica para o mercado norte-americano como também o faz para o resto do planeta. Refira-se, a propósito, que se antevê que o Model 3 da Tesla vá fazer disparar ainda mais a venda de veículos eléctricos.



Novo coordenador do PS no grupo de trabalho sobre habitação tem interesses no alojamento local

Parlamento

Helena Roseta demitiu-se após o adiamento das votações. Alegre estranha falta de acordo entre PS, PCP e BE

Hugo Pires, que o PS escolheu para substituir Helena Roseta na coordenação do grupo de trabalho parlamentar sobre a habitação, reabilitação urbana e políticas de cidades, tem interesses no alojamento local, numa altura em que a compatibilização dos negócios ligados ao turismo e a habitação está na ordem do dia.

Membro do secretariado nacional do PS com o pelouro da Organização e vereador na Câmara de Braga, o deputado Hugo Pires detém 100% do capital de uma empresa que se apresenta como promotora da “conversão de imóveis devolutos em alojamentos turísticos”.

Ouvido pelo *Diário de Notícias*, Hugo Pires garantiu que, apesar de estar registada como tendo também por objecto “o arrendamento de bens imobiliários e o alojamento mobilado para turistas”, o facto é que a empresa nunca se dedicou ao arrendamento nem ao alojamento turístico. De qualquer forma, o deputado disse ao *DN* que vai pedir um parecer para confirmar que não está abrangido por qualquer incompatibilidade. “Não quero que haja aqui alguma confusão”, vinçou.

Hugo Pires, que o PÚBLICO tentou ouvir, substituiu Helena Roseta, que se demitiu na terça-feira por discordar da posição do PS, que, pela terceira vez, pediu o adiamento das votações indiciárias. Os socialistas alegaram que se trata de uma matéria muito complexa, parte da qual já tem implicações na proposta de Orçamento do Estado apresentado pelo Governo, e propõe que as votações sejam retomadas na primeira semana de Dezembro, a tempo de entrarem em vigor no início do próximo ano como previsto.

Depois de se ter demitido da coordenação do grupo, a deputada independente eleita pelas listas do PS, Helena Roseta, acabou por ser retirada do grupo, como a própria confirmou ao PÚBLICO.

“Recebi um email da direcção da

bancada socialista que, no âmbito das suas competências e funções, faz a distribuição dos deputados pelos grupos de trabalho. Eu posso já não fazer parte do grupo de trabalho, mas não vou deixar de dar os meus contributos e opiniões nesta matéria”, explicou Roseta ao PÚBLICO.

Roseta confirmou que tinha expectativas de continuar a pertencer a este grupo e não quis fazer nenhuma leitura da comunicação que recebeu acerca da sua retirada. E garantiu que pode continuar a pedir para assistir aos trabalhos e contribuir para eles. “Não vou poder votar, nem ajudar a tomar decisões, mas estarei presente para discutir todos os assuntos”, retorquiu. E não resistiu a acrescentar a “satisfação” que lhe dava que o grupo de trabalho continuasse a ser coordenado por um arquitecto de formação, como é Hugo Pires.

Quem não gostou da saída de Helena Roseta do grupo de trabalho da Habitação foi o dirigente “histórico”



Hugo Pires vai pedir parecer para se certificar de que não está abrangido por qualquer incompatibilidade

socialista Manuel Alegre, que ontem se manifestou “solidário” com os motivos invocados pela deputada Helena Roseta e criticou a falta de negociação à esquerda.

“Penso que Helena Roseta adoptou uma atitude decente e quero manifestar-lhe a minha solidariedade”, declarou à Lusa Manuel Alegre, elogiando o trabalho que tem sido desenvolvido pela deputada independente socialista e arquitecta no sector da habitação.

Manuel Alegre afirmou também encarar com “estranheza” não ter existido neste grupo de trabalho “suficiente negociação”, sobretudo entre o PS, o BE e o PCP. “Numa questão tão importante como a habitação, principalmente para os mais jovens, era essencial que os partidos à esquerda fizessem uma negociação mais aprofundada”, salientou o ex-conselheiro de Estado, para quem “seria importante uma intervenção directa do primeiro-ministro” na negociação.

PÚBLICO



Edição Lisboa • Ano XXIX • n.º 10.414 • 1,20€ • Quinta-feira, 25 de Outubro de 2018 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Público

Futebol
FC Porto
a todo o
vapor na
Liga dos
Campeões

Desporto, 46



Terrorismo
Bombas enviadas a Barack
Obama e Hillary Clinton
assustam América

Destaque, 2/3

Arte
Mirós em Serralves por
25 anos, nova exposição
possível em 2019

Cultura, 32/33

Ex-chefe de gabinete diz que informou Azeredo da encenação

Tancos Martins Pereira, agora testemunha do processo, afirmou à justiça que comunicou ao então ministro da Defesa o conteúdo do memorando que recebeu da Polícia Judiciária Militar **Sociedade, 16**



ADRIANO MACHADO/REUTERS

Brasil
Os miúdos que se fartaram de Dilma e semearam a nova direita
Reportagem do nosso enviado João Ruela Ribeiro
p24 a 26

Assunção Cristas
"Entre Bolsonaro e Haddad, escolhia não votar"
p4/5

Casas Preços
arrefecem no centro histórico de Lisboa

Depois de subidas galopantes, o custo da habitação no centro da capital está a travar **p20/21**


GNR vai recuperar algum tempo de serviço

MAI está a discutir com o Ministério das Finanças a revisão das carreiras congeladas **p14/15**

Substituto de Roseta com interesses no alojamento local

O novo coordenador do PS no grupo de trabalho sobre habitação está ligado ao sector **p8**

PUBLICIDADE



euromilhões
jogosantacasas.pt
18 Proibido jogar a menores de 18 anos

ESTA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA

71 milhões



JOGOS SANTA CASA

ISSN-0872-1548



Mediadores para o sucesso escolar chegam ao pré-escolar e ao secundário

Educação
Natália Faria

O maior parceiro privado do Governo no combate ao insucesso escolar, a EPIS, chega este ano a oito mil alunos

Poder-se-ia aplicar como uma luva o ditado “de pequenino se torce o pepino” à decisão da EPIS – Empresários para a Inclusão Social de alargar agora ao pré-escolar a sua intervenção junto dos alunos de risco. “Quanto mais cedo conseguirmos intervir junto das crianças menos desenvolvidas e menos potenciadas, melhor. Se dermos as ferramentas certas a crianças dos três aos cinco anos, será depois mais fácil garantir um percurso escolar de sucesso”, justifica Diogo Simões Pereira, o director-geral daquele que é o maior parceiro privado do Ministério da Educação no combate ao insucesso que conduz ao abandono escolar.

Mas a chegada do programa Mediadores para o Sucesso Escolar aos meninos do pré-escolar não será a única novidade neste ano lectivo. Pela primeira vez nos 12 anos que soma de intervenção nas escolas, a EPIS vai também começar a intervir junto de alunos do secundário. “Começámos no ano lectivo passado com um projecto-piloto em Mafra. Temos já 150 alunos do secundário a serem acompanhados e esperamos estabelecer mais parcerias ao longo do ano lectivo”, acrescenta Diogo Simões Pereira.

A EPIS foi criada em 2006 por empresários e gestores portugueses que escolheram a educação como forma de promover a inclusão social. Neste momento, a presença dos mediadores da EPIS nas escolas portuguesas descreve-se do seguinte modo: “Estamos em 44 concelhos do continente, que é um recorde, e vamos chegar a um total de 258 escolas, com um total de 156 mediadores a acompanharem cerca de oito mil alunos, distribuídos por todo o ciclo da escolaridade obrigatória.”

Mais complexo será descrever como é que se consegue recuperar alunos que muitas vezes as escolas já deram como perdidos. A intervenção dos mediadores, que tanto podem ser professores como psicó-



SÉRGIO AZENHA

A intervenção no pré-escolar passa por “sinalizar factores de risco”

logos ou assistentes sociais, é feita sempre fora da sala de aula e incide sobretudo no reforço das competências não cognitivas.

“Ajudamos os jovens a serem organizados, responsáveis, a terem sentido de esforço e de ambição, a serem colaborativos, a saberem interagir com os professores e com

os colegas”, precisa o director-geral da EPIS. “São miúdos que estão desmotivados e que perderam o comboio da aprendizagem. Não damos explicações, o objectivo é ajudá-los do ponto de vista da organização social, ajudando-os a criar métodos de estudo, muitas vezes em articulação com os professores das disciplinas em que eles estão mais fracos, mas a ideia é sempre que sejam eles próprios a fazerem o seu processo de recuperação”, acrescenta.

Como muitas vezes os problemas destes alunos de risco vêm de casa, o processo pode implicar intervir junto da família e, nos casos mais extremos, envolvendo outras entidades, “do sistema de saúde ao judicial”. “A nossa abordagem é de 360 graus a volta dos alunos”, resume Diogo Simões Pereira, para lembrar que nada disto é conseguido se o mediador não conseguir criar no aluno “uma espécie de ambição ou projecto de vida”. No fundo, é pô-lo a responder de uma forma positiva à pergunta: “O que queres ser quando fores grande? Para onde é que queres ir?”

Nas contas da própria EPIS, mais de 25 mil alunos foram acompanhados nos últimos dez anos. Nos úl-

timos dois anos lectivos, o sucesso dos alunos acompanhados no 2.º e 3.º ciclo atingiu os 86%, mais 7,4 pontos percentuais do que em 2016. Já no 1.º ciclo, a aprovação dos alunos atingiu os 98,7%, porque, como sublinha Diogo Simões Pereira, “à medida que descemos na idade é mais fácil recuperar os alunos”.

Daí a decisão de alargar a intervenção às crianças do pré-escolar, numa intervenção que procurará “sinalizar antecipadamente factores de risco” e preparar as crianças entre os três e os cinco anos para o início da escolarização aos seis anos.

A decisão de alargar a intervenção ao secundário, por seu lado, resulta de uma constatação mais ou menos óbvia: “Com o prolongamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, transferiu-se para o secundário o problema que víamos no 3.º ciclo dos alunos que estavam desmotivados, tinham insucesso, e que só estavam à espera de fazer 15 anos para poderem entrar no mercado de trabalho. Esse paradigma transferiu-se hoje para os 18 anos e é aí que procuraremos intervir.”

“**São miúdos que perderam o comboio da aprendizagem. O objectivo é ajudá-los a criar métodos de estudo**”

Diogo Simões Pereira
Director da
Empresários para
a Inclusão Social





“Nestas eleições eu não votaria no Brasil”

Assunção Cristas Num momento de grande agitação na Europa e fora dela, a presidente do CDS e deputada assume-se preocupada com o populismo e diz que o “grande desafio” do CDS é ajudar a travá-lo em Portugal

Hora da Verdade
Sónia Sapaço PUBLICO
e Graça Franco Renascença

Desde que, em Março de 2016, sucedeu a Paulo Portas, um dos líderes mais populares que o CDS-PP já teve, Assunção Cristas conseguiu deixar a sua marca no partido, ao colocá-lo em segundo lugar em Lisboa nas eleições autárquicas de 2017. Mas quer mais. “Sinto-me muito uma empreendedora da política. E quero acrescentar mais ao CDS porque acho que o CDS pode ser muito mais para o país. Quero encontrar as políticas certas e as pessoas certas para um dia podermos merecer ser a primeira escolha”, diz a presidente do partido à direita do PSD, que assume o papel de travar o populismo no nosso país. Se votasse no Brasil, assume, nem Haddad nem Bolsonaro. Abstinha-se. A entrevista à centrista é hoje emitida, às 12h, pela Rádio Renascença.

Ontem reuniu-se com os vários grupos de polícias que hoje se manifestam. O que os preocupa? Dá-lhes razão?

Confirmámos aquilo que o CDS tem dito em relação a muitos pontos que este é um orçamento enganador, por ter proclamações que depois não correspondem à realidade dos números. Aquilo que tivemos oportunidade de verificar com os sindicatos, da PJ, da PSP, é que de facto há promessas que foram feitas pelo Governo que não são cumpridas, há redução das verbas orçamentadas para muitos pontos que não permitem saber que aquilo que o Governo tem vindo a anunciar vai ser concretizado.

Exemplos...

No caso da PJ há uma redução do orçamento pelo quarto ano consecutivo e há um número que

eu partilho convosco porque me impressionou muito: há dez anos havia 300 inspectores dedicados à corrupção, neste momento há 70. Como é que podemos querer um Estado de Direito a funcionar melhor, com instituições fortes, com a capacidade de escrutinar aquilo que está mal na área da corrupção quando não há meios e não vai haver previsivelmente? **O PSD apresentou uma reforma da Justiça. Partilha as preocupações de Rui Rio?** O CDS tem há seis meses no Parlamento várias propostas na área da Justiça, algumas das quais são coincidentes com as que o PSD pretende propor e têm a ver com a questão muito prática da celeridade. Gostaria que essas propostas pudessem ser confrontadas, debatidas e decididas e aprovadas e temos toda a disponibilidade para isso. Temos também outro processo em marcha que já foi devidamente anunciado, com o dr. Rui Medeiros, que é uma reforma para a justiça, em questões que eventualmente possam implicar uma revisão constitucional. Também aí, as ideias que temos estão em linha



No caso da PJ há uma redução do orçamento pelo quarto ano consecutivo (...) Há dez anos havia 300 inspectores dedicados à corrupção, neste momento há 70

com algumas das propostas do dr. Rui Rio. Do nosso lado há toda a disponibilidade.

Contudo, os dois partidos não estão a comunicar sobre o assunto...

Nós temos comunicado sobre o assunto, mas sobre esse ponto a melhor pessoa a quem perguntar é o dr. Rui Rio. Porque ele é que defendia um método que neste momento está inviabilizado. Pressupunha um modelo de trabalho que, no momento em que a comunicação social publica aquilo que está nesse trabalho preparatório do PSD, é muito difícil de seguir. Do nosso lado há sempre abertura, com propostas concretas.

A relação no Parlamento entre PSD e CDS mudou bastante nos últimos três anos. Reconhece?

Não concordo. Ainda agora nós entendemos que as alterações feitas no Código Civil na área do direito de preferência violam a Constituição. Não temos o número suficiente de deputados (23) para pedir uma fiscalização sucessiva da constitucionalidade, mas estamos em diálogo ao nível do Parlamento com o PSD para perceber se eles concordam connosco e se querem juntar-se. É um exemplo de diálogo que existe nas várias áreas.

Preferia um Governo Cristas-Santana Lopes se o PSD descer nas sondagens e for substituído pela Aliança ou preferia Rio-Cristas?

Quero um Governo de centro-direita. Um Governo que tenha 116 deputados de partidos que se revejam nesse espaço político. Não me conformo com a posição tradicional do CDS, que é sempre estar em segundo plano. Ontem, na 13.ª sessão do nosso ciclo de conferências *Ouvir Portugal*, ouvi empreendedores. Uma das coisas que disseram é que não se contentam com sermos pequeninos. Nesse



sentido, sinto-me muito uma empreendedora da política. E quero acrescentar mais ao CDS porque acho que o CDS pode ser muito mais para o país.

Dê-nos três razões para um indeciso votar no CDS e não no PSD.

Ponto um: rejeitamos o socialismo, não queremos ter nenhum acordo com os socialistas e, portanto, um voto no CDS não irá para a viabilização de um Governo do António Costa. Ponto dois: temos uma estratégia muito clara do ponto de vista das prioridades políticas: a questão demográfica, a questão da coesão territorial e a questão da nova economia. Por fim,

acreditamos num Estado social de parcerias, o que significa que o Estado não deve querer fazer tudo, deve procurar a conjugação certa para que os serviços públicos de qualidade sejam prestados da melhor forma às pessoas, seja pela área pública, social ou privada.

Com a excepção de nunca apoiar o PS, no resto, não há uma grande diferença...

Há algumas diferenças. Já ouvi o dr. Rui Rio dizer várias vezes que se sente como um homem à esquerda. Isso não ouvirá dizer de mim.

Tem dito que vê o CDS como uma espécie de travão ao populismo da direita. Sente



Há muitas situações em que hoje se culpa uma lei que não tem nada a ver com o que está a acontecer



DANIEL ROCHA

assumimos como um partido de direita radical. O grande desafio é saber como é que nós, não declinando o nosso espaço de direita, mas de direita democrática, conseguimos travar eventuais populismos. O CDS até agora fê-lo. Havia uma máxima do dr. Paulo Portas que era: “À nossa direita só a parede”.

Se tivesse o dilema dos brasileiros, votaria Haddad ou Bolsonaro?

Eu não votaria no Brasil.

Abstinha-se?

Nestas eleições eu não votaria no Brasil.

Abstendo-se, não estaria a dar a vitória a Bolsonaro?

Não sei. Dependeria de todos os que votassem do outro lado. Eu certamente não seria capaz de votar num partido que destruiu o sistema democrático brasileiro, que é responsável pelo outro extremismo que está a crescer. Como também, apesar de ser do espaço político de centro direita, não me revejo nos extremismos de Bolsonaro e não seria capaz de votar nele.

Entre a corrupção e a ditadura o que é que preferia?

Nenhuma... é por isso que é tão desafiante. A corrupção leva à ditadura. Destroí, mina a democracia e leva à ditadura. Não se pode prolongar a corrupção. Por isso dizia que essa é a minha grande preocupação: como é que o CDS encontra para Portugal o caminho que nos impede de ter derivas extremistas. Os extremismos são maus, à direita e à esquerda.

Tem estado a ouvir Portugal, o que é que tem ouvido? E o que tem aproveitado?

A cada reunião, temos ideias novas. Acrescentámos para o Orçamento do Estado uma proposta que ouvimos na Guarda que tinha a ver com a isenção de TSU da parte das empresas para os trabalhadores que vêm em substituição de pessoas que estão em baixa por gravidez ou nas licenças de maternidade e de paternidade. É mais uma medida que vamos juntar ao nosso pacote já vasto das medidas para o apoio à natalidade e à demografia.

sonia.sapage@publico.pt

“Aprovar logo o subsídio de renda teria sido irresponsável”

Já disse que o CDS vota conta o Orçamento. A revisão da lei das rendas do PS também nunca terá o seu apoio?

O CDS apresentou propostas na área da habitação e do arrendamento. O que vimos foi, inexplicavelmente, o PS não querer continuar a discutir um conjunto de matérias. Queremos incentivar o arrendamento de longa duração. Entendemos que contratos de arrendamento acima de oito anos devem ter [pagar] uma taxa de 12%, entre 5 e 8 anos uma taxa de 15% e entre 1 e 5 anos uma taxa de 23%.

Não difere muito da ideia do PS.

É mais ambiciosa porque não só achamos que temos de dar um sinal claro ao mercado de que vale a pena colocar os imóveis no mercado de arrendamento de duração mais longa, como percebemos que as pessoas não vão rapidamente tirar de um arrendamento de muito curta duração para outro de muito longa duração. Por isso, achamos que deve haver incentivos em vários escalões.

No último livro, Cavaco Silva dedica um capítulo à Lei do Arrendamento e diz que alertou o Governo de Passos Coelho para o facto de os idosos, sobretudo os mais pobres, não terem os direitos acautelados. “O Governo falhou ao não aprovar logo as condições de acesso ao subsídio de renda”, escreve. Calculou quanto custaria esse apoio?

Não foi logo aprovado em 2013 como desejaríamos porque não tínhamos condições para fazer essas contas. Havia uma questão muito relevante para nós: proteger os mais idosos, proteger as situações de carência económica e separar o trigo do joio, sabendo quem é que de facto tinha possibilidade de pagar rendas mais elevadas. Era preciso que as pessoas fossem pedir às Finanças a sua declaração do

rendimento anual bruto corrigido para percebermos se estavam numa situação em que deviam ser protegidas. Gostava muito de ter aprovado logo o subsídio, mas teria sido irresponsável, porque não sabia de quanto estaríamos a falar. No final, sim. Já tínhamos separado o que eram os contratos actualizados sem qualquer problema, sabíamos qual era o universo que precisava de protecção, sabíamos que isso custava 250 milhões de euros por ano e estava previsto no orçamento. Este Governo entendeu alterar tudo e foi uma das razões pelas quais o mercado de arrendamento se viu afectado.

Reconhece que estes idosos não ficaram suficientemente protegidos? Assistimos a despejos quase desumanos...

Não é verdade. Podemos estar a assistir a casos pontuais de abusos que uma lei não consegue proteger, mas o sistema judicial consegue. Se eu estivesse no Governo já teria feito mais trabalho no sentido de apoiar as pessoas, nomeadamente a nível jurídico. Mas há muitas situações em que hoje se culpa uma lei que não tem nada a ver com o que está a acontecer.

Foi eleita há um ano para a Câmara de Lisboa. Em que é que fez a diferença?

Somos líderes da oposição em Lisboa e apresentamos muitas propostas alternativas. Desde logo na área da habitação, em que defendemos um princípio para que todo o património municipal e de entidades públicas seja afecto à habitação a preços moderados. Fomos a única força que chumbou a operação de Entrecampos porque prevê escritórios e habitação de luxo para os terrenos da antiga Feira Popular quando o papel de um regulador público, que pode ser a câmara, seria ter ali um empreendimento para arrendamentos a preços moderados, por exemplo.

esse dever?

Sinto e posso dizer-lhes que é talvez a minha maior preocupação neste momento. Olho para o mundo, para Europa e não só, e pergunto-me sempre como é que nós no CDS conseguimos ao mesmo tempo ter um discurso moderado e democrático assente nos valores em que nós acreditamos, e não fazendo nenhuma concessão desse ponto de vista, mas ao mesmo tempo mostrar que há aqui um caminho de futuro de confiança, de rasgo e de esperança para todos nós. **Isso não vai colocar o CDS ainda mais à direita?**

Não, porque nós não nos



Acrescentámos a isenção de TSU para os trabalhadores em substituição de pessoas em baixa por gravidez ou em licença de maternidade ou paternidade



Edição Lisboa • Ano XXIX • n.º 10.414 • 1,20€ • Quinta-feira, 25 de Outubro de 2018 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Público

Futebol
FC Porto
a todo o
vapor na
Liga dos
Campeões

Desporto, 46



Terrorismo
Bombas enviadas a Barack
Obama e Hillary Clinton
assustam América

Destaque, 2/3

Arte
Mirós em Serralves por
25 anos, nova exposição
possível em 2019

Cultura, 32/33

Ex-chefe de gabinete diz que informou Azeredo da encenação

Tancos Martins Pereira, agora testemunha do processo, afirmou à justiça que comunicou ao então ministro da Defesa o conteúdo do memorando que recebeu da Polícia Judiciária Militar **Sociedade, 16**

Brasil
Os miúdos que se fartaram de Dilma e semearam a nova direita
Reportagem do nosso enviado João Ruela Ribeiro
p24 a 26

Assunção Cristas
"Entre Bolsonaro e Haddad, escolhia não votar"
p4/5



ADRIANO MACHADO/REUTERS

Casas Preços arrefecem no centro histórico de Lisboa

Depois de subidas galopantes, o custo da habitação no centro da capital está a travar **p20/21**

GNR vai recuperar algum tempo de serviço

MAI está a discutir com o Ministério das Finanças a revisão das carreiras congeladas **p14/15**

Substituto de Roseta com interesses no alojamento local

O novo coordenador do PS no grupo de trabalho sobre habitação está ligado ao sector **p8**

PUBLICIDADE



euromilhões
jogosantacasa.pt
18 Proibido jogar a menores de 18 anos

**ESTA SEXTA-FEIRA
NÃO DESÇA À TERRA**

71
milhões





**JOGOS
SANTA CASA**

ISSN-0872-1548



Cavaco, o avaliador d

São mais de quinhentas páginas sobre o seu segundo mandato como Presidente da República, em que Cavaco faz revelações surpreendentes sobre questões de Estado. Mas muito do que é escrito passa pela tentativa de retratar o carácter político dos principais líderes partidários com quem se cruzou em Belém

Memórias São José Almeida

Se dúvidas houvesse, o segundo volume de *Quinta-Feira e Outros Dias* desfá-las. Cavaco Silva não concordou mesmo com a aliança político-parlamentar que suporta o Governo de António Costa e foi contrariado que deu posse ao Governo. Mais: faz hoje uma apreciação negativa da atitude e do carácter político do primeiro-ministro, num livro de memórias, escrito em estilo de relatório, em que retrata também o ex-primeiro-ministro Passos Coelho, a quem elogia mas também aponta defeitos.

O ex-Presidente da República revela que Passos quis demitir-se aquando da crise da TSU em 2012, que Paulo Portas recusou que o CDS ocupasse o Ministério das Finanças, pois não tinha “um bom nome” para a pasta, em Maio de 2013, aquando da demissão de Vítor Gaspar, e que o PCP estava disponível para integrar o Governo de Costa em Outubro de 2015 – diz mesmo que Costa lhe disse, a 12 de Outubro, que Jerónimo de Sousa se manifestara “disponível para um acordo de incidência parlamentar com o PS e, inclusivamente, para assumir responsabilidades governativas”.

A defesa do papel central na democracia do Tribunal Constitucional (TC) e da própria Constituição é uma das surpresas do livro. Cavaco chega mesmo a dizer sobre o que considera “obsessão” de Passos contra o Tribunal Constitucional: “Se desistisse, significava que o PSD e o CDS-PP não eram capazes de governar numa democracia constitucional. Não havia precedentes de uma tal atitude da parte de um Governo (...). ‘O Governo não pode encarar uma decisão do TC como a aprovação de uma moção de censura. Seria coisa nunca vista’, disse.”

Destaca-se ainda o reafirmar da defesa da equidade fiscal, que o levou a recorrer ao TC para a fiscalização de Orçamentos do Estado. E a ati-

tude crítica perante a actuação da *troika*, que avaliou o cumprimento das regras do ajustamento das contas públicas entre 2011 e 2014, considerando que esta era de “um absurdo e uma prepotência inaceitável”, tratava “Portugal como se fosse um protectorado”, classificando como “inconcebível a [sua] atitude de inflexibilidade e de insensibilidade política e social”.

Condena ainda a “atitude impositiva, inflexível e por vezes arrogante da *troika*”, mas também a atitude do então ministro das Finanças Vítor Gaspar, na quinta avaliação que levou à crise da TSU em 2012: “O seu compromisso político era para com o país, não para com a *troika*. O que os portugueses esperavam era que ele enfrentasse a *troika* e a convencesse a recuar. E não me parecia que fosse impossível convencer os nossos parceiros europeus do absurdo da posição irredutível da *troika*, pondo em causa os esforços que os portugueses tinham vindo a fazer.” Saliente-se também a crítica à decisão das agências de *rating* de continuarem a penalizar Portugal já depois do acordo de ajustamento: “Para mim, era uma decisão que fazia pouco sentido.”

Fel por Costa

O único elogio a Costa surge logo no início em relação à reforma do Código Laboral feita por Passos. “O sucesso da reforma laboral é atestado pelo facto de, no essencial, não ter sido ainda alterada pelo XXI Governo Constitucional”, mas não deixa de perguntar: “Até quando resistirá o primeiro-ministro, António Costa, às pressões desencadeadas em 2018 pelo PCP e pelo BE no sentido da reversão de algumas normas da reforma laboral é uma importante questão que subsiste.”

As primeiras apreciações negativas de Costa surgem ainda sobre o período em que Seguro era líder. “Sobre a crise interna no PS que se desenrolou ao longo do mês de Fevereiro [de 2013] em que elementos próximos do antigo primeiro-minis-

tro José Sócrates – a ‘tralha sócrática’ na terminologia do comentador Luís Marques Mendes – tinham lançado o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, para afastar António José Seguro da liderança do partido, o primeiro-ministro considerava que este último saíra reforçado do ataque a que fora sujeito”, afirma, considerando que Costa “não se tinha saído bem, revelando calculismo e espírito fértil em manobras de bastidores, incapaz de uma actuação frontal. Ficava, sobretudo, a sensação de falta de coragem por parte do então presidente da Câmara de Lisboa para assumir um desafio claro ao líder do seu partido”.

Ainda que salientando que Costa sempre foi “correctíssimo, até mesmo cordial”, nas conversas que consigo manteve, Cavaco avança que, no encontro de 12 de Outubro de 2015, para a formação do Governo, Costa afirmou: “Compete-me salvar o PS.” E acrescenta: “Ocorreu-me dizer-lhe que ser primeiro-ministro era uma condição necessária para se salvar a si próprio como líder do PS, mas, como é óbvio, não o fiz.” Desse mesmo encontro, confessa ter ficado com “a ideia de que António Costa era um político profissional

de pendor taticista que, para ser nomeado primeiro-ministro, estava determinado a estabelecer um compromisso de tipo frente popular com a extrema-esquerda”.

O ex-Presidente critica também as cerimónias de assinatura de acordos do PS com o BE, PCP e PEV. “Foram cerimónias algo clandestinas, envergonhadas, sem a presença da comunicação social e sem dignidade.” E assume sobre esta aliança parlamentar: “Era uma solução governativa que não podia deixar de me suscitar desconfiança e preocupação quanto ao evoluir da situação económica e financeira.”

Já sobre o Governo de Costa sublinha que “só se falava de reversão de decisões do Governo anterior, algo anormal numa democracia madura e inusitado para um país membro da União Europeia havia já três décadas”. E garante que “não tinha dúvidas de que, se o BE e o PCP conseguissem impor a sua agenda económica, as consequências para o país seriam pesadas”, acusando que, “em poucos meses, o Governo foi ao encontro dos interesses das clientelas do PCP e da Intersindical: o respectivo apoio ao executivo de António Costa revelava-se um bom negócio”.

Já sobre Mário Centeno, Cavaco diz: “O comportamento do Governo em matéria orçamental apresentava-se claramente desafiante e pouco prudente. O ministro das Finanças, Mário Centeno, enfiara de tal modo o chapéu de político que isso lhe tolhera o seu acervo de conhecimentos de macroeconomia.”

Defende que “a austeridade foi mantida através do aumento de impostos de distribuição difusa, que têm a característica de anestesiar aqueles que os pagam. O Governo foi hábil, por outro lado, em conseguir que a atenção mediática se concentrasse nas benesses atribuídas a funcionários da administração pública e das empresas públicas e a pensionistas, propiciadas pela melhoria da situação económica e financeira



Em registo de relatório, as memórias d

herdada do anterior executivo”.

Assumindo que se opôs à baixa do IVA, cuja receita diz poder ter ajudado a financiar a saúde e afirma: “O primeiro ano do Governo do PS presidido por António Costa não foi, de facto, bom para o país.” E conclui: “No princípio de 2017, já muitos tinham percebido que, virada a página apenas para alguns, a austeridade continuava patente na ausência de investimento público, nas cativações, na deterioração da qualidade dos serviços públicos e nos impostos, com a carga fiscal a crescer a níveis nunca vistos.”

Seguro, o inseguro

Sobre a sua relação institucional com Costa, sublinha: “Retive a ideia de que era um homem pessoalmente

“Ocorreu-me dizer-lhe que ser primeiro-ministro era uma condição necessária para se salvar a si próprio como líder do PS, mas, como é óbvio, não o fiz”

e caracteres políticos



lão também voz a um Presidente desagradado com momentos que considerou de subserviência face à troika

simpático e bem-disposto, de sorriso fácil. Um hábil profissional da política, um artista da arte de nunca dizer não aos pedidos que lhe eram apresentados. Uma habilidade patente na sua política de equilíbrio entre a satisfação dos interesses do PCP e do BE e das exigências de disciplina orçamental da Comissão Europeia.

Sustenta ainda que Costa “mantinha uma atitude descontrada, sem revelar grande preocupação, como se tudo fossem meras trivialidades. Os problemas acabariam por se resolver com o passar do tempo e não perturbavam o gosto que sentia em ser primeiro-ministro”, concluindo: “Percebera com Passos que, em política, uma excessiva preocupação em falar verdade não era caminho para o sucesso.”

Quem não escapa a um retrato cruel feito pelo antigo Presidente é o ex-líder do PS António José Seguro (A.J.S.). “Apesar dos problemas que enfrentava no interior do partido, sendo alvo de uma intriga permanente da parte do seu antecessor [José Sócrates], A.J.S. mantinha um sentido de responsabilidade que o Governo deveria valorizar”, começa por referir sobre os primeiros tempos de relação institucional, para mais à frente sustentar: “A.J.S. oscilava entre a oposição responsável (...) e o discurso demagógico de oposição a todas as medidas de austeridade, procurando capitalizar o descontentamento da população e manter o controlo do partido.”

Frisando que tentou ao limite que o Governo de Passos se entendesse

“

Não conhecia outro político que fizesse tanta questão de anunciar medidas impopulares como Pedro Passos Coelho. Ninguém poderia acusá-lo de demagogia ou eleitoralismo

com o PS, sublinha: “Acrescia o facto de o líder do PS recusar qualquer entendimento com o Governo sobre o período pós-troika. O primeiro-ministro reunira-se com A.J.S. dois dias antes. Não fora fácil conversar com uma pessoa desconfiada, muito sensível e com uma fraca noção das realidades europeias.”

O tom crítico dispara quando Cavaco refere o rompimento pelo líder do PS das negociações do acordo tripartido com o CDS e o PSD que procurou patrocinar em Junho de 2013. “A declaração de Seguro ultrapassou, pela negativa, tudo o que eu podia imaginar. As impressões que registei por escrito depois de desligar a televisão, sob impulso do que ouvira, são disso reflexo”, começa por dizer, para se citar a si mesmo na apreciação que então fez: “Uma demagogia politicamente pouco honesta, contrária ao espírito construtivo em que tinham decorrido as negociações, e um total irrealismo quanto às relações com as instituições credoras; anunciou a ruptura das negociações quando se tinha comprometido a tentar uma nova reunião das delegações; um líder partidário simpático e correcto nas conversas, mas que, perante os problemas, se revela inseguro, medroso e sem capacidade de liderança; se ganhar as eleições, do que começo a duvidar, será um primeiro-ministro fraco.”

Passos, o irredutível

Passos é das pessoas mais bem tratadas por Cavaco no seu livro. Ainda assim, ao logo das páginas vão surgindo críticas ao ex-primeiro-ministro. Relata que logo na constituição do Governo lhe fez uma sugestão que ele não aceitou, e confessa: “Emergiu, no entanto, a sua tendência para a teimosia, apoiada numa sincera e irredutível convicção de que estava certo, tendência de que me fui apercebendo ao longo da legislatura.” Apesar disso, garante que, “nas reuniões de quinta-feira, mesmo nas situações mais difíceis, apresentava sempre uma grande calma e nunca subia o tom de voz – uma virtude assinalável”.

Passos tem direito a vários elogios pela sua prestação como primeiro-ministro. “Empenhou-se corajosamente – e com sucesso – em resgatar o país da situação de quase bancarrota a que Portugal tinha chegado em reconquistar a credibilidade exter-

na, criando condições para que fosse reencontrada uma trajectória de crescimento económico e de criação de emprego. É, por isso, credor do apreço dos portugueses”, sublinha, mas não deixa, mesmo assim, de se demarcar: “No entanto, em minha opinião, cometeu o erro de não cuidar adequadamente da equidade na repartição dos sacrifícios que foram exigidos aos cidadãos.”

As críticas a Passos surgem também a propósito da proeminência que o ministro das Finanças Vítor Gaspar adquirira. “Voltei a ficar com a impressão [de] que o primeiro-ministro confiava demasiado nas projecções que o ministro das Finanças lhe apresentava”, refere Cavaco, revelando outra conversa: “Disse-lhe mesmo que me parecia errado da sua parte considerar que todos aqueles que discordavam das medidas defendidas pelo ministro das Finanças eram ignorantes. Em economia não havia soluções únicas.”

A estratégia de comunicação de Passos também não sai sem reparo. “O certo é que eu não conhecia outro político que fizesse tanta questão de anunciar medidas impopulares como Pedro Passos Coelho. Ninguém poderia acusá-lo de demagogia ou eleitoralismo”, diz Cavaco, acrescentando noutra passagem: “Érame difícil entender este tipo de masoquismo político do Ministério das Finanças, que era aceite pela equipa do primeiro-ministro. Tal como era difícil aceitar a desastrosa estratégia de comunicação do Governo, incapaz de apontar uma centelha de luz ao fundo do túnel e fazendo questão de acentuar a dureza dos sacrifícios exigidos aos portugueses e a evolução negativa da economia.”

Fora do olhar crítico de Cavaco não fica a forma como Passos geria o Governo. “Tinha deixado de discutir questões delicadas em Conselho de Ministros, confrontando-o apenas com as decisões finais, o que interpretei como mais um sinal de fragilidade da coligação e de falta de autoridade dos líderes dos dois partidos”, revela o ex-Presidente.

Portas, o infantil

Nas memórias de Cavaco surge relatada pormenorizadamente a turbulência nas relações entre Passos e Portas. “Entendi que servia melhor o país sendo claro e franco com o primeiro-ministro. Apesar de →



Cavaco justificou o livro com o “imperativo” de “prestar contas”. De manhã, o primeiro-ministro, António Costa, jurara jamais revelar uma conversa com um Presidente

A reserva face à “geringonça” e o elogio à outra coligação

Luciano Alvarez

Cavaco Silva voltou ontem a sublinhar as “dúvidas” que sempre teve em relação à “geringonça”, durante a apresentação do segundo volume do livro *Quinta-Feira e Outros Dias*, “uma prestação de contas” do seus dois mandatos como Presidente da República. Presente esteve Pedro Passos Coelho, que também vai escrever as suas memórias políticas, e viu o seu Governo com o CDS elogiado, por ser a primeira coligação “a cumprir uma legislatura até ao fim”.

Na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, Cavaco Silva referiu-se sempre à coligação de apoio ao Governo entre o PS, BE, PCP e Os Verdes como a “geringonça”, ou “a chamada geringonça”. Acentuou as dúvidas que teve na altura, mas nada referiu sobre o facto de esta coligação parlamentar se preparar para cumprir a legislatura.

Lembrou que essas dúvidas se deviam especialmente por a “geringonça” integrar partidos que, “nessa altura”, não defendiam os interesses do Estado. E acrescentou que foi por isso que pediu por escrito ao líder do PS, António Costa, os objectivos e compromissos do seu Governo.

Cavaco nada disse sobre o facto de a “geringonça” se preparar para cumprir a legislatura, mas elogiou a coligação entre o PSD e CDS, que formou o anterior Governo, por ser “a primeira coligação a cumprir uma legislatura até ao fim”.

Já em jeito de recado aos que criticam a publicação das suas memórias (o socialista Carlos César, por exemplo, classificou-o como uma “delacção” e “depressa”), Cavaco Silva disse que sempre viu na prestação de contas “um imperativo de quem ocupa altos cargos públicos” e lembrou que, enquanto primeiro-ministro e Presidente, fez 23 publicações a “prestar contas”. “Nunca receei ser submetido ao exame de consistência das posições assumidas.”

Já no final da apresentação, Passos Coelho, em declarações aos jornalistas,

saudou a “contribuição muitíssimo relevante” para o entendimento dos tempos da *troika* que as memórias de Cavaco apresentam, mas prometeu “dizer e juntar” muitas coisas no livro que está a escrever. Ou seja, as suas memórias sobre esses tempos.

“Terei muito para dizer e para juntar, em complemento do que agora fica conhecido, julgo que pode dar um contexto mais alargado também, de entendimento sobre aquilo que se passou no país nesses anos”, afirmou. “[O livro de Cavaco] não diz tudo, mas tudo o que diz é importante para que se perceba o que se passou”, acrescentou o antigo primeiro-ministro.

Passos afirmou ainda que “é hoje patente que, além da excelente co-opeção institucional” que manteve com Cavaco Silva, houve “discordâncias sensíveis sobre assuntos que eram relevantes”, mas que isso “não impediu que o país não tivesse beneficiado do relacionamento” que disse ter sido “impecável”.

Sobre o livro que está a escrever, adiantou que ainda não está terminado. “Não tenho pressa (...). Nada corre atrás de mim, não tenho uma data fixada, mas posso dizer que ainda não acabei de o escrever.” E assegurou que está “fora da actividade política e partidária” e que assim continuará. Questionado se, como alguns afirmam, que está a preparar uma eventual tentativa de regressar à presidência do PSD, limitou-se a afirmar: “Nada, nada, nada.”

No lançamento de *Quinta-Feira e Outros Dias: da Coligação à Geringonça*, estiveram também presentes Ramalho Eanes, antigo Presidente da República, a ex-ministra das Finanças de Passos, Maria Luís Albuquerque, e vários deputados do PSD. Leonor Belezza, que apresentou o livro, Manuela Ferreira Leite e Nunes Liberato, antigo chefe da Casa Civil durante a presidência de Cavaco Silva, também compareceram. De actual direcção do PSD esteve presente David Justino.

lalvarez@publico.pt



Passos Coelho afirmou que está também escrever as memórias e negou querer voltar à liderança do PSD

o considerar uma pessoa confiável, séria nos seus propósitos, defensor da transparência na vida pública, empenhado na realização do interesse nacional e em falar verdade aos portugueses – qualidades que muito apreciava num político –, concluiu que lhe faltava paciência e flexibilidade para lidar com as permanentes angústias e humores de Paulo Portas. Por sua vez, este tinha alguma razão quando afirmava que o primeiro-ministro tinha pouca autonomia em relação ao ministro das Finanças, e não me era difícil entender os que sublinhavam a sua teimosia.”

A propósito da quinta avaliação da *troika* e da opção de baixar a TSU para as empresas, revela que recebeu “a seu pedido e confidencialmente” o líder do CDS a 14 de Setembro de 2012, e conta: “[Portas] Concluiu afirmando que, em relação à TSU, não podia oferecer solidariedade ao primeiro-ministro, o que me deixou estupefacto.”

Revela igualmente o que percepcionava das conversas com Passos sobre o que o ex-primeiro-ministro pensava de Portas. “Percebi que a sua desconfiança em relação ao líder do CDS-PP não se tinha esbatido. Sabia que Portas não gostava do ministro Vítor Gaspar e não me podia garantir que não surgiriam outras ameaças de crise política.” Uma relação difícil en-

tre Gaspar e Portas que surge noutra passagem: “Ouvi as suas [de Portas] queixas relativamente ao ministro das Finanças.”

E não poupa as críticas ao ex-líder do CDS-PP sobre a sua demissão de ministro dos Negócios Estrangeiros, em Junho de 2013. “Manifestei a minha total estupefação perante o que acabava de ouvir. Paulo Portas não me dera qualquer palavra, uma atitude inaceitável. Terá dito, no dia seguinte, na reunião da Comissão Executiva do CDS-PP, que não o fizera porque queria que a sua demissão fosse ‘irrevogável’.”

Uma demissão que Cavaco comenta: “A decisão de Paulo Portas era completo absurdo. Fazer um comunicado anunciando a demissão em cima da posse da nova ministra das Finanças, que teria lugar uma hora depois, parecia-me uma infantilidade pouco patriótica. Visava, propositalmente, destruir a credibilidade da nova titular da pasta, quer no plano interno, quer no plano externo. Absolutamente inaceitável.”

Com a remodelação que se seguiu a turbulência sossegou, afirma o ex-Presidente. Numa reunião, “Passos Coelho afirmou que, da sua parte, garantia a coesão e a solidez da coligação e a governabilidade até ao fim da legislatura. Acreditava que, depois de tudo o que se passara, pe-

sava sobre Paulo Portas um ónus que o forçava a uma atitude de lucidez e realismo e a procurar relacionar-se correctamente com a ministra das Finanças”.

Uma melhoria que se deveu ao facto de Portas ter ficado responsável pelas relações com a *troika*. “Até então, Paulo Portas pensava sempre que o primeiro-ministro e o ministro das Finanças não enfrentavam os técnicos da *troika*. Com o seu envolvimento nas negociações, começara a sentir as dificuldades, o que o levava a ganhar mais racionalidade nos seus argumentos e mais realismo nas suas propostas”, diz Cavaco, concluindo: “Fiquei com a ideia de que o primeiro-ministro tinha passado a cuidar melhor do seu diálogo com o líder do CDS-PP, envolvendo-o mais profundamente nos assuntos da governação.”

Cavaco não hesita mesmo em comparar o Governo de coligação entre o PSD e o CDS liderado por Passos com aquele que de que ele próprio foi ministro das Finanças: “Na AD havia uma liderança inequívoca, diálogo fácil entre Francisco Sá Carneiro e Freitas do Amaral, espírito de coesão e consistência nas políticas. O Governo era uma equipa, todos remavam no mesmo sentido, o que não acontecia agora.”

sao.jose.almeida@publico.pt



Chumbado pelo Parlamento, Carlos Pereira desiste da ERSE

Energia
Maria Lopes

Deputado do PS acusa os restantes partidos de o recusarem com base em “pressupostos político-partidários”

Depois de a maioria dos deputados da comissão de economia ter aprovado o parecer desfavorável à nomeação do socialista Carlos Pereira para vogal da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, foi o próprio parlamentar que veio acabar com dúvidas e mostrar-se indisponível para aceitar a nomeação. O socialista discorda do parecer do Parlamento cuja conclusão, diz, se baseia em “pressupostos político-partidários”.

O Ministério do Ambiente e da Transição Energética, que herdou da Economia a competência para a nomeação – por continuarem a pairar incompatibilidades de Pedro Siza Vieira sobre o sector da energia –, anunciou, entretanto, que irá anunciar “em breve” a sua proposta para o cargo.

Em comunicado, Carlos Pereira lembra que o parecer da autoria do deputado Bruno Dias, do PCP, desfavorável à sua nomeação, contraria o parecer da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), que há duas semanas o considerou “adequado” para o cargo. Aquela entidade citava a sua “longa experiência profissional como docente universitário, vereador, gestor e administrador em diversas empresas e deputado na Assembleia da República” – e era aqui, aliás, que o seu currículo tinha ligação ao sector da energia, por ter coordenado a “elaboração e discussão de diversos diplomas sobre o sector da energia”.

Carlos Pereira recorre aos mesmos argumentos usados pelo deputado socialista Luís Moreira Testa de manhã na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, para criticar as conclusões do parecer aprovado por todos os partidos à excepção do PS.

“O parecer proposto pelo PCP é desfavorável não porque tenham sido demonstradas incompatibilidades ou falta de perfil curricular, que nunca poderia objectivamente



TIAGO PETINGA/LUSA

Com Carlos Pereira de fora, Governo proporá novo nome “em breve”

“
As entidades reguladoras têm de ter pessoas com formação técnica apurada. [Carlos Pereira] tinha perfil muito político e muito partidário

Rui Rio
Líder do PSD

ser um dos fundamentos tendo em conta o parecer positivo da CReSAP, mas porque, refere o relator, não se verificou consenso sobre o nome da personalidade”, descreve Carlos Pereira. Que a considera “desadequada”, porque se baseia em “pressupostos político-partidários e subverte o próprio princípio da lei-quadro das entidades reguladoras”.

Porém, depois de o primeiro-ministro ter garantido no debate quinzenal de há duas semanas que o Governo não seria “autista” perante o parecer (de carácter meramente consultivo) do Parlamento e de a direita ter avisado que António Costa não devia esquecer-se desse seu compromisso, o deputado agradeceu a confiança do executivo, mas preferiu desistir da corrida.

O deputado socialista Luís Testa argumentara que a lei-quadro dos reguladores estipula que o parecer da comissão parlamentar tem de ser “fundamentado”, pelo que afirmar que o nome de Carlos Pereira “não reúne consenso” entre os partidos não é uma justificação válida. Os restantes partidos vieram em socorro do comunista Bruno Dias, que chegou a essa conclusão depois de relatar as audições do ministro e de Carlos Pereira e de enumerar todas as questões e respostas – assim como todas as matérias em que o deputado não foi capaz de dar uma argumentação satisfatória.

O parecer aponta os sinais de falta de competência técnica e de experiência de Carlos Pereira resultantes do seu currículo e sobretudo das respostas que deu (e que não deu) na comissão aos deputados. Que também insistiram nos receios da possível falta de falta de isenção, imparcialidade e independência do socialista. O bloquista Heitor de Sousa aproveitou para defender a necessidade de mudar o regime das entidades reguladoras para evitar nomeações que possam indiciar “governamentalização” das funções e prometeu que o partido “fará a sua parte”.

O presidente do PSD aplaudiu o chumbo do deputado socialista alegando que as entidades reguladoras “têm de ter pessoas com formação técnica apurada sobre as matérias em causa – neste caso a energia”. E “não era o caso” do socialista, venceu Rui Rio, que tinha antes um “perfil muito político e muito partidário”.



Cavaco, o cavaleiro contra a *troika*



Ana Sã Lopes
Editorial

Cavaco esteve contra a *troika* e ninguém se lembra.

A coisa mais curta que há em política é a memória e a coisa mais comprida é o narcisismo de alguns dos seus agentes. Cavaco Silva, um exemplo acabado de político aut centrado, narcisista e auto-suficiente, vem agora expor na praça pública as conversas privadas que teve em nome do Estado português. O método é

deontologicamente discutível: que confiança é que os primeiros-ministros e outros membros do Governo podem ter, depois do exemplo de Cavaco, no cargo mais alto do Estado? Não se trata aqui de um caso de um cidadão comum a contar as histórias que ouviu.

O homem foi Presidente da República e houve quem confiasse nele.

A parte boa é Cavaco lembrar aos portugueses que porventura não registaram o acontecimento que esteve contra a *troika*. Por exemplo, a páginas tantas, o ex-Presidente diz que a *troika* era de “um absurdo e uma prepotência inaceitável”. Como escreve a São José Almeida

nesta edição, Cavaco achava que a *troika* tratava “Portugal como se fosse um protectorado” e que era “inconcebível a atitude de inflexibilidade e de insensibilidade política e social”. O ex-Presidente da República fala ainda da “atitude impositiva, inflexível e por vezes arrogante da *troika*”.

E ficamos a saber, com eventual gáudio para uns e desgosto para outros, que achava que o ex-ministro das Finanças Vítor Gaspar esquecia os seus deveres de ministro da República: “O seu compromisso era com o país, não para com a *troika*. O que os portugueses esperavam era que ele enfrentasse a *troika* e a convencesse a recuar. E não

me parecia que fosse impossível convencer os nossos parceiros europeus do absurdo da posição irredutível da *troika*.” Foi pena que Cavaco Silva não tivesse dito alto o que pensava na altura, tendo ficado para a História – agora recontada – como um grande apoiante do Governo de Passos Coelho. Aliás, o próprio Passos Coelho esteve ontem na apresentação do livro do Presidente que lhe reconhece a “teimosia” mas também os bons esforços na condução do país. É extraordinário que ao fim de tantas décadas de “político profissional” Cavaco Silva ainda consiga surpreender alguém.

ana.sa.lopes@publico.pt



Cultura e economia influenciam a decisão sobre quem morre

Investigação analisou 40 milhões de decisões para tentar perceber quem é que o mundo prefere salvar em caso de acidentes com carros autónomos

Inteligência artificial João Pedro Pereira

Em caso de acidente, devem os mais velhos ser atropelados para salvar a vida de crianças? A profissão ou estatuto social devem ser tidos em conta? A vida de uma mulher grávida é mais importante do que a de um sem-abrigo? Os carros autónomos não terão apenas de saber andar por estradas com outros carros, peões e obstáculos. Também terão de se orientar pelos labirintos da ética quando tiverem de decidir que vidas poupar num acidente e que pessoas (ou animais) se arriscar a matar. São decisões que têm sido tomadas exclusivamente por humanos e que nem sempre são fáceis de explicar – muito menos de transformar em regras para serem executadas por máquinas.

A *Experiência da Máquina Moral* é um estudo de enorme dimensão que tenta responder a algumas destas questões. Analisou quase 40 milhões de decisões tomadas numa plataforma *online* por pessoas de 233 países e territórios, que foram confrontadas com cenários de acidentes. O resultado, publicado agora na revista *Nature*, procura traçar um esboço dos padrões morais que regem o funcionamento das sociedades em várias partes do planeta.

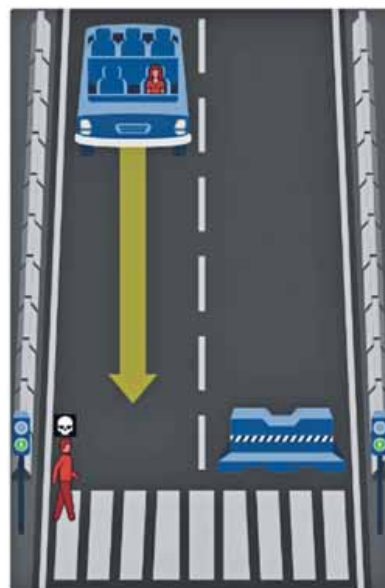
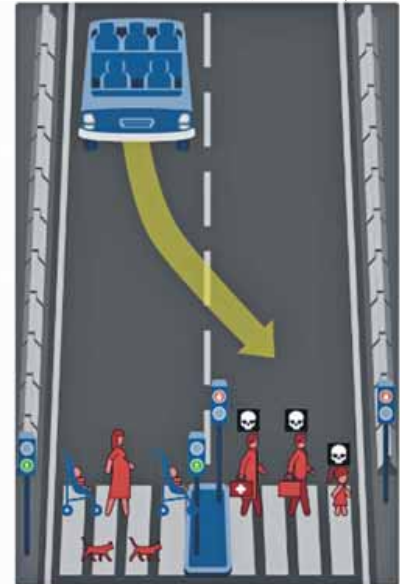
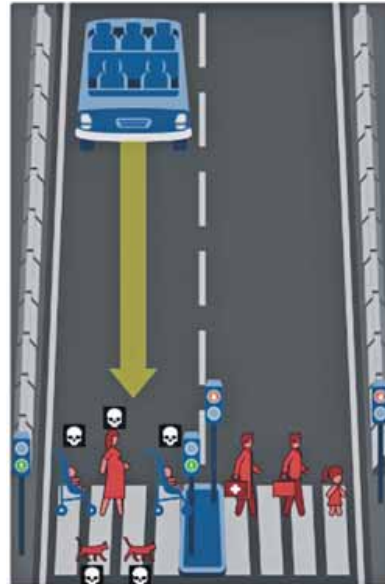
A investigação revelou três preferências mais pronunciadas: poupar vidas humanas em detrimento dos animais; poupar o maior número de vidas possível; e privilegiar os mais novos. De forma menos acentuada, quase todos os países mostraram também uma tendência para poupar a vida de mulheres em vez da dos homens. Mas uma análise mais fina revelou diferenças nas decisões tomadas nos vários países, com opções sobre quem morre e quem vive que parecem seguir as linhas da desigualdade económica, do funcionamento das instituições e das tradições culturais – e que mostram que há divi-

sões que tornam difícil a criação de regras globais.

“Nunca na história da humanidade permitimos que uma máquina decidisse autonomamente quem deve viver e quem deve morrer, numa fracção de segundo, sem supervisão em tempo real. Vamos atravessar essa fronteira a qualquer momento, e não vai acontecer num cenário distante de operações militares”, escreveram os oito autores do artigo, que são investigadores do MIT e da Universidade de Harvard, nos EUA, da Universidade da Colúmbia Britânica, no Canadá, e da Universidade de Toulouse Capitole, em França. “Precisamos de ter uma conversa global para transmitirmos as nossas preferências às empresas que vão conceber algoritmos morais e aos legisladores que os vão regular”, argumentaram.

Os dados foram recolhidos através da *Moral Machine*, um site criado pelo MIT em 2016. De acesso livre, mostra aos utilizadores cenários de acidentes, com diferentes tipos de pessoas e diferentes desfechos. O utilizador tem de indicar qual a opção que prefere: por exemplo, deixar seguir o carro em frente e matar um peão, ou desviar o carro para uma barreira e matar os três ocupantes. O teste completo mostra aos utilizadores 13 cenários de decisão. No final, são pedidas informações como o género, idade, ideologia política e religião (perto de meio milhão responderam a este inquérito). A plataforma teve nestes dois anos grande atenção mediática, ajudando os investigadores a conseguirem os 40 milhões de respostas.

O site, no entanto, não abarca a complexidade dos acidentes reais, reconhecem os investigadores: os cenários mostrados na *Moral Machine* têm sempre desfechos de vida ou de morte certa (não há feridos, nem é indicada uma probabilidade de morte) e também não estão contempladas questões como a relação entre os indivíduos (por exemplo, se são casados).



Exemplos de cenários em que as pessoas podiam decidir o que o carro devia fazer. As decisões tomadas por utilizadores em Portugal estão, no geral, alinhadas com a média mundial

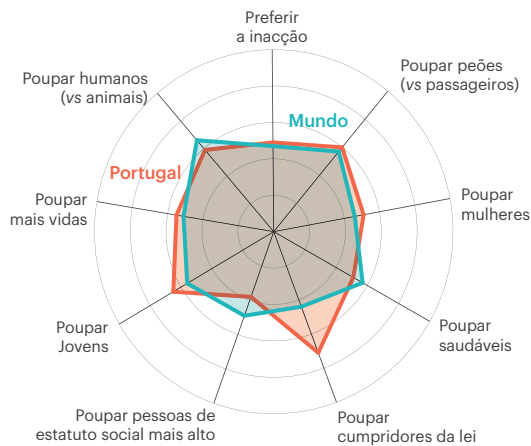
A equipa ressalva ainda que as preferências morais das pessoas não têm necessariamente de se transformar em leis. Como o artigo refere, a ideia de proteger as crianças é contrária ao que foi decidido na Alemanha,

um país com uma forte indústria automóvel e que já estabeleceu regras para o comportamento ético de carros autónomos. A Alemanha determinou que não pode haver discriminação das vítimas com base

3,8

milhões de euros é o dinheiro atribuído aos 15 novos projectos financiados este ano para empregar mais inteligência artificial nos serviços públicos portugueses

Decisões tomadas em Portugal e no mundo



Fonte: Experiência da Máquina Moral

PÚBLICO

em qualquer tipo de factor, como o género ou idade. Pelo contrário, na *Moral Machine*, os tipos de pessoas com mais probabilidade de serem salvos (quando comparados com a probabilidade de um adulto) foram, por esta ordem, os bebés, raparigas, rapazes e mulheres grávidas. É uma lista de preferências em que médicos, atletas e executivos (de ambos os géneros) são privilegiados, onde os mais velhos são remetidos quase para o fim, e na qual os cães aparecem antes dos criminosos.

O estudo detectou diferenças de decisão tanto entre países como entre grupos de países (foram analisados 130, dos quais tinha havido, pelo menos, 100 pessoas a fazer o teste online). A América Latina mostrou uma preferência maior por poupar mulheres e pessoas saudáveis, e uma menor tendência para diferenciar pessoas e animais. Já no Oriente – um grupo onde os investigadores integraram a China, Japão e países islâmicos, como a Indonésia e a Arábia Saudita – a opção de poupar os mais novos é muito menos frequente.

Uma análise país a país revelou, por seu lado, diferenças “altamente correlacionadas com as variações culturais e económicas”. Os países mais pobres e onde as instituições funcionam pior tendem a ser mais complacentes com os peões que atravessam fora das passadeiras. É algo que os investigadores sugerem poder estar relacionado com uma maior to-

lerância face ao incumprimento de regras. Já as sociedades com maior desigualdade económica mostraram uma preferência por diferenciar as potenciais vítimas com base no estatuto social. E a inclinação para poupar mulheres, embora observada em quase todos os países, foi mais forte naqueles em que as mulheres estão mais bem posicionadas em indicadores de saúde e sobrevivência.

Portugal – que neste mês fez testes com carros autónomos em estradas – surge alinhado com a média global em oito dos nove indicadores estudados. A diferença surge na maior preferência por poupar as pessoas cumpridoras da lei. Os dados revelam também uma proximidade ibérica: Espanha é o país com decisões mais semelhantes às dos indivíduos em Portugal. O país mais distante de Portugal é Angola, que se destaca da média por uma muito menor tendência para salvar peões e uma muito maior preferência por poupar a vida de pessoas com estatuto social elevado.

“Mesmo que as preferências éticas do público não devam ser necessariamente o principal decisor de políticas sobre ética, a disposição das pessoas para comprarem veículos autónomos e tolerá-los nas estradas vai depender da aceitação das regras éticas que forem adoptadas”, concluem os investigadores.

jppeira@publico.pt

Governo financia inteligência artificial na saúde, mobilidade e educação

Karla Pequeno

Em Portugal, há 15 novos projectos que põem algoritmos inteligentes a analisar dados da administração pública para encontrar informação escondida – e criar soluções – nas áreas da saúde, educação, mobilidade urbana e ordenamento do território. Fazem parte da missão do Governo para empregar mais inteligência artificial nos serviços públicos portugueses. Ontem, o Instituto Nacional de Estatística foi palco para a apresentação das várias iniciativas que, este ano, contam com um financiamento de se aproxima dos quatro milhões de euros.

A saúde, a mobilidade nas cidades, e a educação foram os três grandes focos. Entre a selecção, há projectos para prever a procura de urgências hospitalares e a probabilidade de alguém se viciar em videojogos (um problema que a OMS passou a classificar como doença mental este ano). Outros ajudam a diagnosticar algumas doenças (particularmente alguns tipos de cancro e doenças neurodegenerativas como a Alzheimer), a compreender os factores por detrás do sucesso académico, ou mesmo a antever avarias nos transportes públicos.

Resultam todos da cooperação entre instituições científicas e entidades da administração pública. Estão a ser desenvolvidos no âmbito do eixo da inovação do INCoDe.2030 (Iniciativa Nacional Competências Digitais), que o Governo estabeleceu em 2017 para aumentar as competências digitais no país.

“Queremos prevenir em vez de remediar. Desde ficar preso numa fila a situações mais graves como a detecção do cancro da pele”, explicou Maria Manuel Leitão, ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, na apresentação dos projectos.

No total, Portugal conta com 19 projectos na área da inteligência artificial e ciência de dados. Foi em 2017, que o Governo arrancou com

a iniciativa com quatro projectos experimentais, um dos quais pretendia detectar de forma precoce o desemprego de longa duração. Até 2020, o objectivo é financiar pelo menos 30 iniciativas com dez milhões de euros. Este ano, os projectos escolhidos contam com um financiamento de 3,8 milhões de euros pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Manipular dados para o bem

Para o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, os projectos assentam todos na ideia de “manipular dados com o objectivo de beneficiar o bem público”.

Uma das iniciativas, por exemplo, tem o objectivo de diminuir a sinistralidade rodoviária em Setúbal – trata-se do distrito português onde se regista um maior número de mortes na estrada. Com base em dados da GNR, algoritmos inteligentes vão tentar determinar factores importantes na ocorrência de diferentes tipos de acidentes.

Já na área da saúde, entre sete projectos aprovados, há um mecanismo de análise de fotografias macroscópicas (possíveis de ver a olho nu) para ajudar no diagnóstico de cancro da pele. Está a ser desenvolvido pelo centro de investigação Fraunhofer Portugal em

parceria com o Ministério da Saúde.

Para Manuel Heitor, o conjunto de projectos representa o primeiro passo na criação de uma estratégia nacional para a inteligência artificial. “Tudo depende das competências digitais”, ressalva o ministro, que, no entanto, vê o investimento em formação na área como uma prioridade.

Para perceber o estado actual das competências digitais dos cidadãos a nível europeu, este mês a rede europeia REIsearch lançou o jogo *iNerd*. Com a pergunta “quão *nerd* é a Europa?”, o objectivo é ajudar os participantes a perceber o conhecimento que têm em áreas como a inteligência artificial. Faz parte da terceira campanha do projecto lançado pelo Atomium – Instituto Europeu para a Ciência, Media e Democracia.

“Já temos a inteligência artificial em quase todo o lado, até no nosso telemóvel”, nota a ministra Maria Manuel Leitão. Tal como Manuel Heitor, considera mais formação na inteligência artificial como fundamental. Erro faz parte do processo. “Quem inova falha sempre”, acrescenta a ministra que diz que o Governo está preparado para alguns projectos falharem. “Quem inova e nunca falha é porque inova muito pouco.”

karla.pequeno@publico.pt



Na área da saúde houve sete projectos aprovados



Tem automóvel? Pague

Luis Villalobos
Visto daqui

As empresas podem não ter tido o orçamento que gostariam, mas o grande alvo da proposta do Governo para 2019 é o automóvel. Começa-se pelo mais evidente, que é o aumento da tributação autónoma de viaturas, que chega a subir 50% no caso dos veículos que custem menos de 25.000 euros (passa de 10% para 15%).

Só aqui, de acordo com os cálculos da Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental (UTAO), o encaixe previsto pelo Estado é de 40 milhões de euros (em sede de IRC e IRS). Depois, prevê-se uma subida do imposto sobre veículos (ISV) nos de maior cilindrada (mais poluentes, portanto). A estes dois aspectos acresce mais um par de medidas, uma por omissão e outra por arrasto estratégico.

A medida por omissão é a manutenção do adicional sobre o ISP aplicado desde 2016, quando o novo governo PS precisava de desencantar receitas para cumprir algumas das promessas eleitorais e Bruxelas, desconfiada, exigia contas de “deve e haver” pouco marteladas. Acontece que a medida foi apresentada como compensação nas finanças públicas pela baixa receita de IVA ligada ao baixo preço do petróleo, com controlo trimestral, e entrou até em vigor antes do Orçamento do Estado onde estava incluída.

Hoje, o preço do petróleo subiu, tal como o encaixe do IVA com os combustíveis, a monitorização trimestral há muito acabou (de fininho) e o adicional mantém-se, resistindo até a uma iniciativa parlamentar do CDS que colheu apoios mas ficou a marinar em sede de especialidade (até porque era impossível acabar desde logo com este imposto por ser receita inscrita no OE aprovado).

A alterar algo no adicional ao ISP é agora, em sede de discussão da proposta orçamental para o ano que vem. Aqui, na verdade, não se devia mudar nada, excepto a atitude do Governo, que mudou as regras depois de ficar agarrado à receita fiscal.

Diz o executivo que este adicional vale 474 milhões de euros, e que a sua ausência teria de ser compensada com menos despesa (ou novas outras receitas). E ficou uma frase pouco feliz do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, de que o fim do adicional não dava “nenhuma garantia que tal se reflecta numa redução do preço”. Além de alguma desconfiança no funcionamento do sector, isso não é válido para outros casos, como a descida do IVA na restauração?

E quando eu digo que a mudar algo no

adicional do ISP é agora, não é porque ache que deva acabar, é porque considero se deve assumir a sua existência com transparência. Quer-se tributar mais quem usa transporte particular, com emissão de gases poluentes? Muito bem. Por mim, subscrevo. Não gosto é de ver o Estado a tirar dinheiro a parte dos seus cidadãos de forma opaca. Clarifique-se e assumo-se o adicional, por exemplo, ligando-o a um objectivo estrutural. É, aliás, precisamente isso que o Governo está a fazer com o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PRAT) que entrará em vigor a partir de Abril do ano que vem.

Com incidência em todo o país, o PRAT representa um esforço financeiro de 113 milhões de euros em 2020 (primeiro ano completo), dos quais dez milhões caberão às autarquias (no ano seguinte a parte do Estado desce um pouco e a dos municípios sobe). Deste valor, pelo menos 60% tem de ser para a vertente tarifária, e o resto pode ser usado para melhoria da oferta, como veículos.

Neste caso, o esforço do Estado vem de outro adicional, mais concretamente de parte do adicionamento sobre as emissões de CO2 estabelecido em 2010, conhecido por



O grande alvo da proposta de Orçamento do Estado para 2019 é o sector do automóvel



“taxa do carbono”, consignado ao Fundo Ambiental.

Depois, há o agravamento do imposto do selo no crédito ao consumo. Mesmo num país com mais literacia financeira do que o nosso, a subida do imposto do selo não tira o incentivo a ninguém que queira adquirir um produto com recurso a empréstimo. Esta estratégia do Governo não é didáctica, excepto, admito, na forma

de se perceber como ir buscar dinheiro sem grandes resistências: tem o respaldo do pendor negativo que fica à volta do consumo e dos excessos cometidos. No fundo, entra no mesmo campo do tabaco e do álcool. E por que é que isto está ligado aos automóveis? Porque uma boa parte do crédito ao consumo é para compra de veículos.

Sublinhe-se que isto não é um exclusivo do OE para 2019, já que esta década tem assistido ao aumento de impostos e taxas ligados a este sector, e que a tendência – nacional e internacional – mostra que não vai ficar por aqui.

Tem carro a combustão? Habitue-se a pagar.



Socialismo!

M. Fátima Bonifácio

O Estado já sangra de mais o contribuinte e já se intromete de mais na vida privada de cada um: faltava este acrescento socialista

Em 1906, João Chagas proclamava, em *As minhas razões*, que precisamente porque era democrata é que não era liberal. Muito antes dele, em 1851, no artigo *A desigualdade e a democracia*, Alexandre Herculano proclamava exactamente o contrário: a desigualdade era “condição absoluta e indestrutível das agregações humanas”, e por isso definia-se como um liberal, e não como um democrata. Um liberal tem ou deve ter a lucidez de saber que há valores humanos e sociais possivelmente tão belos e desejáveis uns como outros, mas que conflituam irremediavelmente entre si. A antinomia entre liberdade e igualdade é um dos exemplos mais gritantes desse conflito de valores. O liberal não retira daqui a ilação de que todos os valores sejam essencialmente relativos, mas sim de que vivemos num mundo moral e político que se nos oferece como um pluralismo de valores que temos de conciliar ou de hierarquizar segundo critérios morais e ideológicos rigorosamente equacionados. O liberal, por conseguinte, vive na muito incómoda condição de permanente incerteza moral. Um problema que não se coloca quando as grandes visões despóticas da sociedade e do mundo – como o comunismo ou o nazismo – impõem dogmaticamente, a bem ou à força, a sua ordem de prioridades, a que toda a existência social e humana se deve subordinar.

A liberdade individual e colectiva é para mim o supremo valor, o que explica a minha aversão ao estatismo. Porém, a vida em sociedade obriga a definir limites dentro dos quais ela se pode exercer. Pagar impostos, por exemplo, é uma forma de o Estado limitar a nossa liberdade. Mas a ninguém em seu pleno juízo ocorreria negar a necessidade de tais impostos, desde que não sejam tão gravosos que configurem um confisco. Portanto, o problema é uma questão de limites, ou seja, de razoabilidade. Em Portugal, a carga fiscal não é razoável, é notoriamente excessiva. Isto condiciona a liberdade pessoal muito para além do aceitável, sobretudo tendo em conta o pouco que se recebe em troca – serviços públicos escassos e maus. Dir-se-á que nos países



nórdicos a carga fiscal é mais elevada do que em Portugal. Sim, mas ali os salários são



Pode o Estado violar os direitos de propriedade privada e assenhorear-se do que é meu, ou decidir que destino devo dar ao que é meu?



mucho mais elevados, e as contrapartidas que o Estado oferece não têm qualquer comparação com o que nós recebemos de um Estado cuja punção fiscal roça o confisco e que em troca não nos assegura uma velhice decente, ao contrário do que acontece na Suécia, Noruega, Finlândia ou Dinamarca. Os cidadãos nórdicos pagam muito, mas ganham muito e recebem muito do Estado. O contrário de nós, portugueses.

Vem isto a propósito das medidas previstas no Orçamento do Estado de 2019 para fomentar a oferta

de habitação. Já sabíamos que os socialistas são muito pródigos com o dinheiro dos outros, mas o que neste OE se perfila é muito mais do que a habitual “prodigalidade”: é um claro abuso de poder, uma intrusão indecente na vida privada de cada um, uma violação dos direitos de propriedade privada. A 20 de Outubro, o *Expresso* titulava: “O IMI dos prédios devolutos é agravado até 12 vezes a taxa em vigor.” Por trás deste arrojado existe um plano para promover soluções habitacionais à custa dos privados, porque ao Estado não chegam as receitas fiscais para acomodar o direito constitucional à habitação. Aliás, um direito estupidamente inserido na Constituição, como muitos dos direitos que por lá pululam e igualmente se não satisfazem, pelo simples motivo de que não podem ser satisfeitos; como o “direito ao trabalho”, por exemplo, que depende da economia e do mercado, e não da vontade dos governantes. E como o direito à habitação (art.º 65): “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, etc.” Como o dinheiro não é elástico, apesar da indecorosa punção fiscal que o Estado exerce, o Governo não hesita e introduz no OE de 2019 medidas draconianas, abusivas

e, já agora, inconstitucionais, para ajudar a resolver o que lhe competiria resolver.

O PÚBLICO de 17 de Outubro interrogava: “Tem prédios sem consumo de água e luz?” E na mesma passada respondia: “O Governo vai forçar o arrendamento.” Como? Mediante um aumento brutal do IMI sobre prédios devolutos. Se mesmo assim os proprietários não se dispuserem a fazer obras e a arrendar o que é deles, o OE de 2019 prevê “uma série de mecanismos legais” que vão desde “posses administrativas” e possíveis “nacionalizações” até obras e arrendamentos coercivos, cujo produto seria arrecadado pelo Estado até à recuperação do investimento que lá teria realizado.

O Estado ultrapassa aqui o limite do legítimo. Estamos perante um conflito entre valores. É desejável, numa sociedade decente, que todos tenham uma habitação. Este é um valor, sem dúvida. Mas então os impostos indecorosos que pagamos não se destinam, precisamente, a garantir a decência da nossa sociedade? E pode o Estado violar os direitos de propriedade privada e assenhorear-se do que é meu, ou decidir que destino devo dar ao que é meu? É intolerável que o Estado se intrometa na vida privadíssima de cada um, para o efeito de cumprir os deveres que lhe estão constitucionalmente cometidos. Isto é socialismo. Uma agradável perspectiva que, a evoluir no mesmo sentido, acabaria, muito coerentemente, por desembocar na determinação, pelo Estado, dos metros quadrados a que tenho direito para habitar; e dos metros quadrados que sou forçada a lançar no mercado de arrendamento. E se não quiser ou não puder vender nem arrendar um prédio devoluto que herdei ou comprei?

Neste confronto entre valores e interesses, prevalece para mim a liberdade de dispor do que é meu. O Estado já sangra de mais o contribuinte e já se intromete de mais na vida privada de cada um: faltava este acrescento socialista, que viola os direitos da liberdade individual e da propriedade privada, lembrando os tristes tempos do gonçalvismo. Depois de os fornecedores de água, gás e electricidade serem obrigados a denunciar casas sem consumos, como está previsto, já só faltam as comissões de moradores para identificar e ocupar os imóveis devolutos. Tenho pena, mas o direito à habitação inscrito no art.º 65 da Constituição deve ser satisfeito pelo Estado com as receitas dos impostos que todos pagam – incluindo os proprietários de prédios devolutos.

(Declaração de interesses: não possuo prédios devolutos)

Historiadora



Portugal

FINANÇAS. PORTUGAL PERTO DO EQUILÍBRIO 46 ANOS DEPOIS

1973, O ANO DO ÚLTIMO EXCEDENTE

Viagem à gestão orçamental no fim da era dourada da economia – e num regime autoritário que consagrou o equilíbrio das contas na Constituição. Por **Bruno Faria Lopes**

Deve aumentar-se todos os funcionários públicos por igual ou concentrar os aumentos nos salários mais baixos? No Conselho de Ministros debatia-se esta escolha. A promessa orçamental fora feita ainda em 1973 e definia um aumento maior para os salários mais baixos.

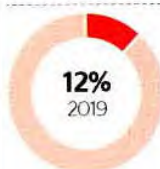
Mas o ministro da Agricultura e do Comércio não estava de acordo. “Não havia qualquer dificuldade em recrutar funcionários nos escalões mais baixos”, recorda esse ministro, João Mota de Campos, 91 anos. “Para evitar fugas dos quadros superiores para o privado não devíamos adoptar aumentos diferentes”, explica à **SÁBADO**.

O Presidente do Conselho, Marcello Caetano, concordou. Mota de Campos seguiu mais tarde para trabalhar com o ministro das Finanças uma nova proposta. “Haveria um aumento geral para todos e seria financiado com mais impostos, como sobre o tabaco”, explica. Com a medida pronta para aprovação final no dia seguinte, voltou a casa às 2h da madrugada – a madrugada de 25 de Abril de 1974. “Estava a ir dormir quando recebi uma chamada do meu secretário”.

Percentagem da despesa total



Saúde



O GOVERNO HESITAVA: AUMENTAR MAIS OS SALÁRIOS BAIXOS NO ESTADO OU TODOS POR IGUAL?

conta. Não haveria Conselho de Ministros no dia seguinte.

O último orçamento cumprido pelo regime do Estado Novo seria mesmo o de 1973. E este seria também o último ano de excedente das contas públicas portuguesas: 5.769 milhões de contos ou 1,7% do PIB. Este registo de 45 anos de défices orçamentais – tantos como os da democracia – pode ser quebrado no próximo ano. O ministro das Finanças, Mário Centeno, inscreve como meta um défice orçamental de 0,2% que, se o cenário económico do orçamento se confirmar, poderá levar ao mesmo desfecho de anos anteriores: um resultado acima do esperado, ou seja, o primeiro equilíbrio ou mesmo excedente orçamental em democracia.

Debater como se devem aumentar os funcionários públicos (na altura confrontados com a subida da inflação decorrente do choque petrolífero) e financiar esses aumentos com impostos indirectos são coincidências com a política orçamental actual – António Costa defende hoje um aumento centrado nos que ganham menos e o seu ministro das Finanças também recorre aos impostos indirectos para



Manuel Cota Dias, o último ministro das Finanças do Estado Novo, é descrito como “prudente e conciliador”

compensar parcialmente as reposições de rendimentos.

Outro ponto em comum está nas regras – se hoje o País tem de respeitar um conjunto de regras europeias de disciplina orçamental, em 1973 ter contas equilibradas era respeitar a Constituição, nota o historiador de economia Luciano Amaral. “O Orçamento deve consignar os recursos indispensáveis para cobrir as receitas totais”, definia o artigo 61º da Constituição de 33. A despesa corrente era para financiar com receita corrente e só as despesas de investimento (a parte pública dos planos de fomento) ou as despesas militares saíam deste colete de forças.

Em 1973, o ministro das Finanças era Manuel Cota Dias, descrito por Mota de Campos como alguém “prudente, conciliador e que procurava entender as dificuldades”. Se por um lado a economia estava



Surpresas

Só as despesas militares fintavam a ortodoxia

Portugal travava uma guerra em três países diferentes e tinha a segunda maior taxa do mundo ocidental de pessoas nas forças militares. **“Estas despesas eram difíceis de prever** e durante o ano eram frequentes os reforços”, relembra o ex-ministro Mota de Campos. Em 1963 foram causa de um dos dois únicos défices orçamentais entre 1947 e 1973.

no último ano da “era dourada” que facilitava as contas públicas (já lá vamos), por outro Portugal travava uma guerra que se arrastava há anos e que na proposta de orçamento para 1973 absorvia mais de 25% da despesa total (a Defesa hoje

vale cerca de 2%). “É bastante impressionante que um País em guerra em três teatros separados por milhares de quilómetros ao mesmo tempo apresentasse excedentes”, aponta Luciano Amaral. O preço imediato a pagar pela ortodoxia sentia-se na despesa – a penúria nos serviços era motivo de “queixas recorrentes” encontradas pelo investigador em textos da época.

Nem Marcello tinha verba

José Mendes Ferrão, 91 anos, lembra-se daquilo que chama “enorme economia de meios”. “Um secretário de Estado tinha um chefe de gabinete, um secretário e mais ninguém”, conta à **SÁBADO**. As restantes pessoas dos gabinetes eram funcionários requisitados ao Estado, incluindo directores-gerais, que nessa altura gozavam de maior prestígio. “Eram eles que conheciam os serviços”, conta o então



Educação



secretário de Estado da Agricultura. Mota de Campos junta outro episódio, mais ilustrativo. Uma vez quis pagar a um economista um estudo que tinha encomendado e percebeu que não havia verba. Fez a Cota Dias um pedido suplementar de despesa – como as centenas de pedidos hoje enviados para o ministério de Centeno e confundidos com cativações – e teve luz verde. No dia seguinte reuniu-se com Marcello Caetano que, quando soube do reforço de verba, não perdeu a oportunidade: “Falou com o Cota Dias? Peça-lhe também um reforço para mim, que aqui tenho o mesmo problema”, conta Mota de Campos. “Era o Presidente do Conselho”, sublinha.

A modéstia na despesa tinha o seu papel, mas no lado dos gastos a principal diferença face à política actual é outra: o peso da despesa nas áreas sociais. As prestações



Portugal

socials, por exemplo, valiam menos de 1% da despesa – no orçamento para 2019, agora a ser debatido no parlamento, pesam 22% (ver gráficos). Quando o Estado Novo caiu, cerca de 80% da população activa estava coberta por Segurança Social, mas não só as prestações eram ainda baixas, como as pessoas estavam sobretudo a descontar e não a receber (os sistemas sectoriais, eram recentes e as pessoas descontavam directamente para a sua reforma no futuro, não para pagar as dos actuais pensionistas, como hoje). Só havia subsídios de desemprego sectoriais. Na Saúde a disparidade também é grande (o Serviço Nacional de Saúde seria criado em 1978). Talvez a surpresa venha da Educação, que pesava 14% na despesa, mais do que hoje. “600 milhares de contos para a educação”, titulava o *Diário de Lisboa* no dia da aprovação do Orçamento para 1973, sobre o reforço de verba. As reformas do ministro da pasta, Veiga Simão, levaram a uma maior aposta no secundário e a mais gastos.

Estas diferenças reflectem a grande distância política entre gerir finanças públicas em 1973 e em 2019. “Era um regime autoritário”, diz Luciano Amaral. Não havia pressão aberta do eleitorado, nem escrutínio público. O orçamento era aprovado em Conselho de Ministros e levado para aprovação do Presidente da República – os deputados tinham escasso poder de alteração do documento. A atenção mediática era outra: o *Diário de Lisboa*, por exemplo, dedicava uma singela meia página ao Orçamento no dia da sua aprovação.

Quantos carros são “luxo”?

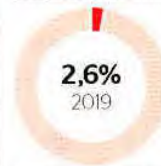
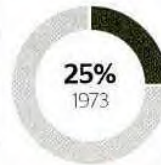
“Não vejo razão aceitável que justifique a não tributação de todos os carros”, disse o deputado Roboredo e Silva no debate sobre o Orçamento de 1973. “Todos desgastam as estradas.” Debatia-se de forma intensa o agravamento dos impostos sobre bens de luxo – e a eventual isenção, como defendia o Governo, dos carros utilitários. “Temos presente que quem tem um automóvel



Prestações sociais



Defesa



Fonte OE 1973, OE 2019 R.S.

CERCA DE 40% DA RECEITA VINHA DE UMA FAMÍLIA DE IMPOSTOS QUASE DESAPARECIDA: OS ADUA-NEIROS



Marcello Caetano no sóbrio fio do seu gabinete os efeitos da dieta dura de verbas

tem também uma televisão e que paga por ela 300 escudos por ano?”, continuou o deputado. Em 1973 o novo imposto sobre automóveis renderia mais de 200 mil contos – nesse ano todos os impostos renderam mais, o que serviu para financiar um dos maiores aumentos de sempre na despesa.

Tal como hoje, as contas públicas tinham a seu favor o vento da boa conjuntura económica – mas ao contrário de hoje, este vento soprava muito forte. “Estávamos a crescer na ordem dos 7%, os países do

Sul estavam a convergir com a Europa”, diz o economista João Salgueiro, 84 anos, que em 1973 liderava a entidade pública de inovação científica e tecnológica. Este é o último ano da chamada “era dourada” de crescimento da economia portuguesa. Entre 1960 e 1973 a economia cresceu em média 6,4% por ano.

Este crescimento era visível na receita dos impostos: só entre 1971 e 1973 a previsão de receita com o imposto profissional (sobre os rendimentos do trabalho dependente)



Falta de água na Amadora, em 1973 - havia excedentes, mas também muitas carências



O primeiro choque

O embargo da OPEP ditou o fim da era dourada

Retaliação

Decisão do cartel

Os países produtores de petróleo declararam embargo às exportações. O preço quadruplica

Inflação

Portugueses sentem

Entre Outubro de 73 e Março de 74 o preço do bacalhau duplica e o da gasolina sobe 66%

Revolução

O segundo choque

A instabilidade após Abril de 74 é um segundo choque para a economia portuguesa



quase duplicou. A maior fonte de receita não era o antepassado do IVA (o imposto sobre transacções) ou do IRS (o imposto profissional e o complementar), que em 2019 valem mais de dois terços do total a arrecadar pelo Estado. Essa fonte, em 1973, era uma família de impostos praticamente desaparecida hoje: os aduaneiros, cobrados nas alfândegas. Na proposta de orçamento de 1973, num País com fronteiras e barreiras às importações, valiam uns impressionantes 40% da receita total. "Esta fonte de receita permitia desagrar outros impostos", explica Sérgio Vasques, fiscalista e professor na Universidade Católica. O imposto sobre transacções, ainda assim, pesava cerca de 25% da receita, mas não tinha nada a ver com o IVA já que era cobrado aos produtores, a montante, e não no retalho, sendo pouco ou nada sentido. Nos impostos sobre o rendimento, uma curiosidade: os funcionários públicos estavam isentos. O entendimento, comum à época noutros países, era de que não fazia sentido para o Estado transferir rendimento e depois tirá-lo (optava-se por transferir logo menos à cabeça). Só mais tarde, por razões de transparência, explica Sérgio Vasques, se optou pela tributação.

O ano do último excedente foi, também, o fim da era dourada de crescimento económico. A principal razão foi a alteração grande na economia mundial, após o choque petrolífero em Outubro — a economia portuguesa era, como ainda é hoje, muito vulnerável à conjuntura externa.

Os tempos agitados a seguir à revolução de Abril de 1974 ampliaram esse efeito económico negativo, das nacionalizações e os aumentos salariais reais de dois dígitos até ao regresso em dois anos de cerca de 700 mil pessoas vindas de África. O desenvolvimento do Estado Social e a retirada de um travão constitucional aos défices levaram a um longo período de desequilíbrio orçamental — até, talvez, 2019. "Se acontecer é bom", diz Mendes Ferrão. ■



1 Adalberto volta à actividade...

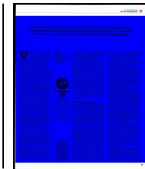
...no Facebook. Enquanto foi ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes suspendeu a sua página naquela rede social, onde tem mais de 700 amigos. Mas logo no dia a seguir a ter deixado o Governo de António Costa reactivou-a. Começou por mudar a sua foto de perfil e a foto de capa, para a qual escolheu um idílico lago, em Genebra, na Suíça. 



**Dinheiro**

EMBALAGENS. FABRICANTES DIZEM QUE O MERCADO DESAPARECEU

AFINAL, QUEM LUCRA COM OS SACOS?



Com um novo aumento da taxa sobre os sacos de plástico, as empresas que os produzem temem o fim do negócio. As grandes superfícies lucram – ao contrário do Governo –, mas quem vence é a luta ao plástico. Por **Juliana Nogueira Santos**

“**V**al querer um saco de plástico?” Foi em 2015 que começámos a ouvir esta pergunta em todas as caixas de supermercado do País. Só que a questão vinha acompanhada de advertência: “Custa 10 cêntimos.” A mudança, que parecia estar directamente ligada à taxa de oito cêntimos que o Governo instituiu nesse ano, afinal era apenas uma forma de os grandes retalhistas fugirem à taxa e lucrarem com a situação. É que, na verdade, quando diz que sim a um saco, os 10 cêntimos que está a pagar vão, na totalidade, para o hipermercado. Porquê? O segredo está na espessura do saco. É que os que têm uma espessura igual ou inferior a 50 microns (a unidade corresponde a um milionésimo de metro) é que são os taxados.

Os grandes retalhistas – como Pingo Doce, Continente ou Jumbo – adaptaram-se de forma a não abdicarem do lucro obtido com estes produtos. Além de diversificarem a oferta, com opções em papel ou em rafia, a maioria já não disponibiliza sacos com espessura inferior a 50 microns, o que quer dizer que o saco que habitualmente pede na caixa está isento de contribuição.

O Governo, que previa encaixar 34 milhões de euros com a implementação da taxa, em 2015, não arrecadou nem 5% do que esperava. Em resposta à **SÁBADO**, o Ministério do Ambiente e da Transição Energética avançou que “a receita fiscal arrecadada no primeiro ano de aplicação do regime de tributação dos sacos de plástico correspondeu a um montante de apenas 4% do encaixe previsto inicialmente”. Nos anos seguintes, as contas não foram mais animadoras. Em 2016, o Fisco encaixou

Os sacos de plástico leves vão ver o seu preço agravado em cinco cêntimos



50 sacos

O objectivo do Governo com a “fiscalidade verde” de 2015 era reduzir a média de sacos por pessoa para pouco mais de um décimo do valor de 2014

EM 2017, O FISCO ENCAIXOU APENAS 19 MIL EUROS COM A TAXAÇÃO NOS SACOS PLÁSTICOS

perto de 40 mil euros com os sacos de plástico leves, enquanto em 2017 o valor é já residual, fixando-se um pouco acima dos 19 mil euros.

No entanto, há resultados claros nos números do consumo – o objectivo principal da implementação desta “fiscalidade verde”. Segundo o Eurobarómetro, cada português consumia, em média, 466 sacos de plástico por ano. Os dados mais recentes mostram que mais de 80% dos portugueses reduziram faseadamente o uso de sacos de plástico, optando por alternativas como os sacos de plástico reutilizáveis, os de papel ou até os de pano. Em 2015, cada português gastou, em média, 9,3 sacos. No ano seguinte, passou para 7,6 sacos.

“O mercado extinguiu-se”

Só que, como em qualquer mercado, uma diminuição na procura implica consequências dolorosas no lado da oferta. Paulo Almeida, director-geral da empresa de produção de plásticos, a Plasgal, afirma que antes da taxa este produto representava 80% da produção, actualmente apenas 15%. É que a produção dos sacos mais espessos não foi suficiente para manter o equilíbrio. “São tipos de produtos diferentes, que necessitam de equipamentos diferentes”, explica o gestor. E dá exemplos concretos. Para produzir os mais espessos é necessário usar quatro vezes mais matéria-prima do que os mais leves (de 15 microns para os de 55). Mas há mais alterações, até nas máquinas. “Por exemplo, é preciso alterar a cadência da produção e a grossura do plástico. Isto faz com que as máquinas sobreaqueçam. Logo, não podem produzir em tanta quantidade.” Agora a empresa aposta em solu-

ções para a indústria, como o filme para cobertura de solos, na agricultura, e outras embalagens para produtos industriais. “Os poucos sacos leves que ainda fazemos são para exportação.”

O mesmo cenário preocupante acontece com a Topack, um dos maiores produtores de sacos de plástico do País, que trabalha com os principais retalhistas a operar em território nacional. Quando a **SÁBADO** visitou as instalações da empresa, no final de 2014, pouco antes de ser aplicada esta nova taxa, já se advinhavam complicações.

Localizada no interior, em Nelas, agora o lema é adaptar. “A medida foi impactante e levou a algumas reestruturações”, conta à **SÁBADO** Tiago Barros, responsável pelo grupo Polivouga, que detém a Topack. “Na Topack realocámos linhas de produção de sacos de lixo, anteriormente localizadas na nossa outra empresa, a Alberplás, de forma a evitar despedir trabalhadores.” A reestruturação não implicou despedimentos, mas a empresa viu cortadas as suas perspectivas “numa fase de expansão importante”.

Mas foi a Plasgal que sofreu golpes bem mais profundos. “Antes da taxa, a nossa facturação era de 13,5 milhões de euros e reduziu para 9 milhões de euros”, adianta Paulo Almeida, da empresa de Leiria, sublinhando que esta queda se explica unicamente com o desaparecimento da procura de sacos de plástico leves. “O mercado extinguiu-se.”

O Orçamento do Estado para 2019 trouxe novidades para o sector, mas com pouco impacto na prática. Nos sacos de plástico com espessura igual ou inferior a 50 microns, a contribuição vai aumentar quatro cêntimos, ▣



sem IVA (quer dizer que aumenta de C0,8 para C0,12). No entanto, e como já não há mercado para este produto, os negócios de empresas como a Polivouga e a Plasgal não vão sentir qualquer diferença.

Afinal, sobem ou não?

Por lei, os supermercados não vão ser obrigados a aumentar o preço dos sacos, visto que já não há sacos de plástico leves (os taxados) à venda. No entanto, não são conhecidas as intenções de todos os grupos de retalho a operar em Portugal.

A Jerónimo Martins, dona do Pingo Doce, garantiu à SÁBADO que o preço dos sacos disponibilizados nas caixas não vai mudar, uma vez que estes são reutilizáveis e não leves. O mesmo se passa como o Lidl. Já o Auchan, El Corte Inglés e a Sonae MC, detentora do Continente, não responderam até ao fecho desta edição.

No Parlamento, o grupo de trabalho dedicado aos sacos de plástico já lançou a proposta de alargar a taxa dos sacos de plástico àqueles com mais microns, mas a medida ainda não passou das salas da Assembleia da República.

As produtoras de plástico mantêm os receios que tinham há quatro anos. "Qualquer nova alteração pode levar a reestruturações no tecido empresarial. Não há grande margem de operação", argumenta Tiago Barros da Polivouga. "Despedimentos ou mesmo fechos de unidade fabris no sector serão quase inevitáveis."

Conhecida também a decisão do Governo de proibir o uso de garrafas, sacos e louça de plástico na



FOTOS: RICARDO PEREIRA

Dinamarca, o pioneiro

Os nórdicos foram os primeiros a taxar os sacos

1993

Ano em que os sacos de plástico de uso único passaram a ser taxados na Dinamarca. Foi o primeiro país da Europa.

0,50

Preço aproximado de um saco de plástico de uso único à venda num estabelecimento dinamarquês.

4

Quantidade média de sacos de plástico de uso único que um dinamarquês consome por ano.

1 Instalações da Topack, uma das maiores empresas portuguesas do sector dos plásticos

2 Os sacos de plástico vendidos pelos supermercados são produzidos a partir de polímero de polietileno

Administração Pública, Susana Fonseca, da associação Zero, reitera uma preocupação igualmente levantada há quatro anos: os dados oficiais são poucos para se saber o real impacto no ambiente. "A Zero é favorável a estas decisões porque considera que este é um bom momento para se saber mais sobre o tema", diz a ambientalista, mas observando que têm sido feitos poucos estudos em Portugal desde a aplicação do novo quadro legislativo e que os dados oficiais têm demorado a sair dos ministérios. Para a Zero, o preço cobrado por cada saco de plástico não é suficiente. "Há famílias que vão às compras e pedem quatro ou cinco sacos porque um acréscimo de 40 ou 50 centimos não é suficientemente dissuasor", aponta Susana Fonseca.

Sensibilizar para a separação

Do ponto de vista dos produtores, a mudança de paradigma não se faz com mais coercividade focada no produto, mas sim nos consumidores. "Temos posto o ónus da responsabilidade no produto, o que é a coisa mais errada que se pode fazer. O grande problema é o comportamento das pessoas. Afinal, o plástico é um produto excelente, que pode ser reutilizado dezenas e centenas de vezes", foca Paulo Almeida da Plasgal.

Também Tiago Barros enfatiza o problema do plástico nos oceanos. "um problema que nos preocupa a todos", mas sublinha: "É preciso ter consciência de que o plástico não vai lá parar sozinho". "É a consequência de um mau comportamento humano. A sensibilização para a separação é fundamental", alerta o administrador. "As medidas deveriam ser mais focadas na óptica do consumidor."

Os produtores consideram ainda que existem outras formas de reutilização dos sacos de plástico que muitas vezes podem ser esquecidas. "Alguma vez usou o saco de supermercado para o lixo? Eu diria que não há cidadão que não o faça. Com esse gesto, estamos já a reutilizar um recurso", conclui Tiago Barros. **■**

A agência

dinamarquesa do Ambiente mostra que o saco com menos impacto ambiental é o saco de plástico reciclado

1 milhão

de sacos leves são utilizados por minuto no mundo, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente

OS SACOS REPRESENTAM 80% DA PRODUÇÃO DA PLASGAL. AGORA REPRESENTAM 15%



O CONVITE

MUDANÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO PERDE PROCURADOR DO TERRORISMO

A PJ esperou por ti

O homem que manda na Judiciária, Luís Neves, convidou para a direcção João Melo, o procurador que decapitou a Polícia Judiciária Militar no caso de Tancos. Por **António José Vilela**

O SIS

O processo do espião do SIS que vendeu segredos aos russos, Carvalhão Gil, foi tutelado pelo procurador. Na instrução do caso, João Melo chegou a chatear-se com o advogado do espião



APJ

Um dos processos emblemáticos que João Melo teve foi o caso do inspector Ricardo Macedo e as ligações ao tráfico de droga. O caso está agora a ser julgado

Os infiltrados

As polémicas operações encobertas da PJ são um dos sectores que melhor conhece. Juntamente com o juiz Carlos Alexandre, o magistrado autorizou dezenas de acções com infiltrados

O convite foi feito há poucos meses, quando Luís Neves foi escolhido pelo Governo para liderar a Polícia Judiciária (PJ) e manteve-se sempre em cima da mesa: agora, o procurador João Melo terá aceiteado finalmente integrar a direcção da Judiciária. Trata-se do magistrado do Ministério Público (MP) responsável pelo sector da criminalidade violenta do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). E também o magistrado que tutela os inquéritos do chamado caso de Tancos que levaram à recente prisão do director da PJ Militar.

Uma fonte do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) – o órgão que terá de autorizar ou não a comissão de serviço de três anos do procurador na PJ – adiantou à SÁBADO que na segunda-feira, dia 22, o pedido da Direcção Nacional da PJ

ainda não entrara no Conselho, mas que “isso poderia ocorrer a breve prazo”. Até porque a direcção da PJ está também a tratar da nomeação dos responsáveis pelas directorias de Coimbra, Porto e Algarve.

Com 57 anos, natural de Ponta Delgada, João Eugénio Serpa Botelho de Melo tem já uma longa carreira no MP e é amigo do director da PJ, Luís Neves. Os dois homens estão ligados à investigação em Portugal de alguns dos mais violentos e mediáticos processos criminais nos últimos 10 anos – Neves na Unidade Nacional de Contra-Terrorismo e João Melo no DCIAP, onde entrou a convite de Cândida Almeida em Março de 2005 vindo do DIAP de Sintra. Mas João Melo também já marcou pontos em processos de criminalidade económica: foi ele que tratou da instrução do caso Face Oculta que levou à condenação de Armando Vara. ▣

O desgosto

O filho do procurador candidatou-se à Polícia Judiciária mas falhou nos testes físicos. O magistrado ficou bastante aborrecido, mas o episódio acabou por evitar que viesse agora a mandar no filho



Opinião

A LAGARTIXA E O JACARÉ

Os ataques a Costa são ineficazes porque são ao lado, são pouco sérios, são um retrato de reviravoltas entre o que defendiam nos anos da troika e o que agora defendem contra ele, ou são minudências que não justificariam aparecer como opinião, ou são exageros e falta de bom senso



O

Professor

José Pacheco Pereira

O

A patética chuva de insultos e de “casos” contra Costa, como se isso fosse fazer oposição ao Governo

É patético ver a sucessão de “casos”, “casinhos”, processos de intenção, *fake news*, coisas anedóticas com que a nossa direita *alt-right* sediada no *Observador* e não só, saudosa dos anos de Passos, tenta usar como oposição ao Governo e a António Costa. E é patética porque mostra um enorme desespero para tentar atingir os seus alvos com borrifos de água, e um retrato de impotência ao ver que eles raras vezes ficam molhados. Então há uma segunda linha de questões destinadas a explicar o fracasso da primeira: de teorias conspirativas sobre protecções mediáticas, duplicidades, manipulações, até ao carácter mefistofélico de Costa, que seriam responsáveis pela ineficácia dos ataques.

Os ataques são ineficazes porque são ao lado, são pouco sérios, são um retrato de reviravoltas entre o que defendiam nos anos da troika e o que agora defendem contra Costa ou são minudências que não justificariam aparecer como opinião, ou são exageros e falta de bom senso. Há uma razão principal para este voltar para o anedótico: é que a política de Costa, de Centeno e da geringonça é no essencial muito parecida com a que fariam se estivessem no governo. E isto cria um vácuo que engole a direita *alt-right* e os saudosos do PAF, que não pode fazer uma genuína oposição ao Governo e, então, volta-se para os “casinhos”.

Seja dito com clareza que este Governo mereceria uma outra oposição, mas esta deveria defrontar as “regras europeias”, as políticas do défice 0%, e depois muitas outras

opções derivadas, como seja o combate à pobreza pela assistência e subsidiarização, e não pelo concerto do elevador social que o governo PAF avariou e tentou destruir. E por aí adiante.

O PSD não o faz porque não rompeu nunca com a política da troika, mas pelo menos poupa-nos à gritaria inconsistente da *alt-right*. Esta abraça, mas é inócua. De facto com esta oposição, Costa pode fazer as asneiras que quiser, e já tem feito muitas, sem ser afectado. ■



SUSANA VILLAR



O que temo em Trump, temo em Bolsonaro

Ou seja: a guerra civil. A guerra civil nos dias de hoje não é o que era. Não temos regimentos a favor de A contra regimentos a favor de B, milícias do Sul contra milícias do Norte. Mas temos quatro frentes de batalha que se não estão já em guerra

vão a caminho: a justiça, os *media*, as redes sociais e a rua. Do ponto de vista institucional das democracias, a politização do sistema judicial, característica comum nos EUA, no Brasil, como é na Polónia, é gravíssima e está a acelerar como se viu com o folhetim Kavanaugh. Depois, não sei se a rua é a mais perigosa, porque nem Trump nem Bolsonaro ganharam na rua, ganharam entre os *media* e as redes sociais, cada vez mais parecidos no abandono de qualquer vontade de verdade, rendidos os *media* às audiências e ao tablóide, e as redes ao tribalismo e às *fake news*. Mas, a prazo, a rua ganhará importância e violência e estará por todo o lado.

Esta rua não é a das manifestações. É a que está nos comensais do mesmo restaurante que insultam os políticos republicanos e nos comícios de Trump em que se apela à violência contra os jornalistas. Uma das palavras de ordem mais absurdas, tendo em conta o que a casa "trumpiana" gasta, é a de vários candidatos republicanos: "*Jobs not mobs*", "empregos em vez de multidões violentas". E está na "normalidade" com que cada vez mais se aceita esta linguagem, esta violência, os insultos de Trump a partir do palanque da Presidência, as ameaças físicas directas, etc. O principal problema desta guerra civil é como é que a retirada do poder dos homens que a alimentam, Trump e Bolsonaro, será feita sem violência. Nenhum sairá a bem, com urnas, tribunais, ou algemas. □

Herman José merece todos os elogios

Herman José foi um genuíno revolucionário do humor português, criando um vasto conjunto de personagens que ainda hoje estão no imaginário comum. Os Gato Fedorento vieram a seguir, num caminho que Herman ajudou a abrir. Não lhes tiro o grande mérito que tiveram, mas a revolução foi Herman, tendo em ambos os casos a inspiração nos Monty Python por trás, mas isso não os diminui, bem pelo contrário. A vida de Herman passados os dias da glória não foi brilhante. Mas, num certo sentido, nunca foi de verdadeira decadência como às vezes acontece aos melhores e nem sequer a memória selectiva e muito injusta que o colocou na sombra, o diminui no seu valor. Até porque ele sabe o que foi e o que é, e sabe também, o mais difícil, o que parece que é. □







Crónica

NOVELA GRÁFICA

A responsabilidade orçamental do Governo do PS e a forma como PCP e BE a apoiaram são uma novidade política que muitos, a começar por este colunista, não previram. Mas convém não ser desonesto e desvalorizar o papel crucial que a conjuntura externa tem nas contas públicas

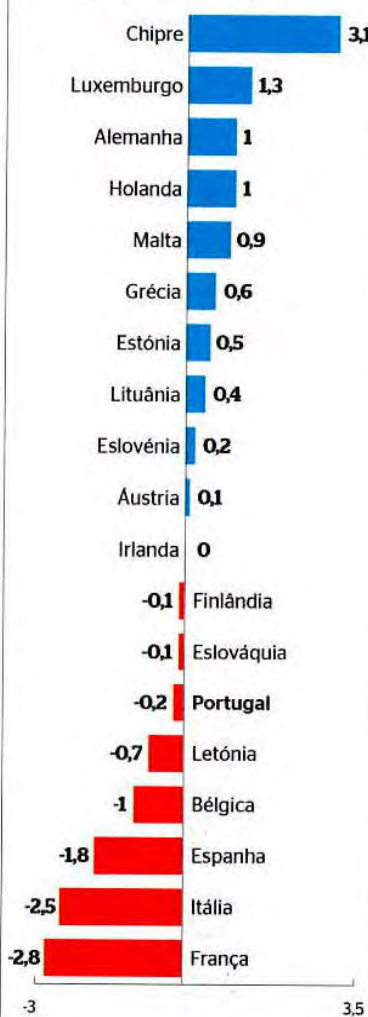
Nem tudo o que brilha aqui brilha ali

HÁ UMA ESPÉCIE DE REGRA empírica nos documentos oficiais sobre finanças públicas: quanto mais conversa, menos disciplina nas contas. Enquanto me entretinha a passar os olhos pelos planos orçamentais dos países do euro – cada um tem a sua ideia sobre o que significa a palavra “divertido”, ok? –, pude constatar que a regra está de boa saúde. Os Governos que enviaram para os técnicos da Comissão Europeia relatórios com mais de 50 páginas são quase invariavelmente os que apresentam défices maiores – França (99 páginas), Bélgica (62), Espanha (62) e, claro, Itália (54). “O silêncio é de ouro e a palavra é de prata” não se aplica quando se tem de conciliar pressões políticas internas e restrições de Bruxelas. A Grécia, onde o Governo que ia partir tudo prevê hoje um excedente orçamental de 0,6% do PIB e uma taxa de desemprego de 17%, enviou um dos relatórios mais curtos: 18 singelas páginas. Em Atenas já não é preciso inventar.

Curiosidades à parte, ler estes relatórios é um exercício interessante porque ajuda a pôr em perspectiva os resultados e o discurso político em Portugal. Na Áustria, por exemplo, o Governo conservador liderado por um primeiro-ministro eleito com 31

Só seis destes países prevêem crescer abaixo de 2% no próximo ano – e pouco abaixo. Com vento a favor quase todos têm aproveitado para equilibrarem as contas públicas sem dor. É neste contexto que deve ser visto o resultado de Portugal

Saldo orçamental (em % do PIB)



Fonte DG ECFIN

R.S.

anos anuncia que “não está a planear a introdução de novos impostos, entre outras razões porque o enquadramento económico é positivo”. Na Holanda, o Governo reconhece que embora a economia esteja *doing well* – os holandeses são os mais informais a escrever – os desenvolvimentos nesta frente são “sempre incertos”. Além da honestidade, o Governo

holandês mostra outra coisa interessante: calcula a posição das finanças públicas no longo prazo para perceber se “as gerações futuras podem desfrutar do mesmo nível de serviços que as actuais”. Esse exercício, na Holanda, diz que o envelhecimento abre um buraco de 3 mil milhões de euros ou 0,4% do PIB.

Em Portugal não ouvimos argumentos nem lemos exercícios deste calibre. Os resultados orçamentais históricos (veja quão históricos na página 58 desta edição) são vendidos como resultado exclusivo da política do Governo, a tal que “virou a página da austeridade” e “provou que afinal havia alternativa”. Percebe-se que o ministro das Finanças, o primeiro-ministro e toda a gente no PS estejam impantes. Afinal, meio mundo, incluindo este colunista penitente, avisou para os riscos da solução governativa no fim de 2015. Mas, ainda assim, um pouco mais de modéstia e de honestidade intelectual não cairiam mal.

Como se percebe pelo gráfico nesta página, o vento a favor da economia é determinante para a consolidação das contas públicas. Dos 19 países do euro, 12 crescem acima de 2% e praticamente todos têm as contas equilibradas – o resultado histórico português brilha face às expectativas baixas com que este Governo partiu, mas não brilha assim tanto no contexto europeu. Corresponde a um novo normal, facilitado pela conjuntura e exigido pela necessidade de reduzir o endividamento herdado da crise.

Isto não significa desvalorizar a responsabilidade orçamental do Governo socialista e a forma como foi ganhando o equilíbrio de forças da geringonça e colando PCP e BE a essa responsabilidade. Significa notar que não é honesto, nem elegante, usar a conjuntura para justificar mentiras políticas: que havia uma alternativa melhor, viável, nos anos duros da troika; e que o que acontece é só fruto daquilo que o Governo decide. Numa pequena economia aberta como a nossa nunca foi e continua a não ser assim, como veremos em breve quando a maré mudar – nessa altura, sem surpresas, lá vai a conjuntura voltar ao centro do discurso. □



Jornalista
Bruno Faria Lopes



OPINIÃO

O período transitório



POR **JOSÉ EDUARDO MARTINS** / Advogado e ex-deputado do PSD

A discussão sobre a possibilidade de antecipar a reforma com 40 anos de descontos, que acaba de passar por nós, é tristemente ilustrativa do ajouçamento em que vivemos.

E é também demonstrativa de quem discute e como se decide a política hoje, neste canto mais ou menos protegido da vida, abrigado no Hemisfério Norte.

Os protagonistas estão confinados, para começar, à geringonça. A união das esquerdas faz tanto barulho para se justificar, que absorve todas as discussões. O tema, como tantos, existe por ser objeto primeiro de folclore e depois de querela entre os parceiros da maioria, a propósito de um OE que foi sendo anunciado com o regabofe de um programa de uma associação de estudantes pelos pequenos partidos da maioria.

Na substância, o crescimento da economia, mesmo se anémico dentro do ciclo europeu de expansão que o empurra, permite escolhas. E a discussão na geringonça está resumida à luta de uns quantos, poucos, mais assisados, no Governo com os partidos mais à esquerda por escolhas que ainda tenham algum pingo de sustentabilidade.

Neste caso, todos anunciaram o fim do fator de sustentabilidade para quem antecipa a reforma por atingir os 40 anos de descontos. Até com picardias, para não variar, entre e Bloco e o PCP a ver quem sacava o gelado maior ao pai. É assim a vida, Bloco e PC não governam, nem pagam dívida. São, como dizia o agora PM, partidos de protesto. Fazem o seu papel, que não é, seguramente, o de avaliar escolhas ou políticas duradouras. Problema mesmo são os ausentes de quem se espera mais...

No fim da coisa, Vieira da Silva, um homem inteligente, competente e, estou convencido, bom servidor da República, veio explicar que, com a mudança, tinha de haver, de resto, de acordo com o que já escrevera, outros limites. Que, então, seria preciso chegar aos 60 anos já com os tais 40 de carreira contributiva.

E assim era a norma que escreveram no fim da conversa. O Bloco e o PC, quando acordaram na polémica, só lá queriam ver outra coisa para que a fragilidade ou

incompetência dos que negociaram não resultasse tão óbvia, mas a norma era cristalina.

O tema, entretanto, ganhou visibilidade de sorte a convocar a famosa habilidade do nosso grande remodelador, que enfiou no saco do costume o bom senso do seu ministro.

E que saiu? O costume: o híbrido mais elástico que estiver à mão. A possibilidade de tudo acomodar: um período transitório que uma bondosa e sábia comissão virá dizer como funciona (a parte do comité de sábios ainda não está mas é só uma questão de tempo, acreditem em mim).

Se o leitor só vê aqui mais uma trapalhada como a do ano passado a propósito da contagem do tempo para os professores, vê bem. Mas provavelmente já nem se lembrava, não é?

São assim os dias hoje, com os jornais cada vez mais reflexo das redes sociais e as redes sociais cada vez mais reflexo da intolerância e da gritaria de uma minoria que berra tanto que acaba por nos condicionar mais do que devia.

Mas esta minoria gaiteira perora sobre tudo porque o silêncio dos moderados começa a ser a triste regra. A discussão, como tantas, passa sem que os partidos de quem se espera razoabilidade, sustentabilidade ou bom senso sequer abram a boca.

A oposição parece ter medo de afirmar o que quer que seja de assisado e perder popularidade. Nin-

guém dos partidos que sabem o que custou o endividamento parece ser capaz de oferecer alternativa.

A escolha é entre quem faz banzé e quem, para aguentar a maioria, precisa de os aturar.

Depois de anos consumidos pelo eterno diálogo entre receita e despesa, acusados de mais nada terem para dar, os partidos de direita precisam mesmo de começar a fazer-nos ver que o seu mundo é diferente desta tolice sem rumo em que o Dr. Costa nos apascenta.

Como escrevia Goethe: quanto mais profunda e seriamente uma pessoa se adensa nos problemas, mais difíceis são os que vão surgindo.

Mas não desistam, o País tem uma enorme maioria de pessoas moderadas e razoáveis à espera do vosso esforço. visao@visao.pt

Esta minoria gaiteira perora sobre tudo porque o silêncio dos moderados começa a ser a triste regra. A discussão, como tantas, passa sem que os partidos de quem se espera razoabilidade, sustentabilidade ou bom senso sequer abram a boca



ORÇAMENTO NO SEU BOLSO MINISTÉRIO A MINISTÉRIO

SISTEMA JUDICIAL

JUSTIÇA

Investimento
nos tribunais cresce
na área das novas
tecnologiasMAIS 51 MILHÕES DE EUROS
PARA REFORÇO DE PESSOAL

PRIORIDADE ◉ Polícia Judiciária mais robusta no combate à corrupção ATRASOS ◉ Equipas para recuperar processos atrasados é uma das medidas previstas para 2019

JOÃO SARAMAGO

O Ministério da Justiça irá contar no próximo ano com um reforço de 165 milhões de euros, de acordo com a proposta do Orçamento do Estado. Deste aumento, uma fatia de 51 milhões de euros é para despesas com pessoal.

Para 2019, com a finalidade de tornar mais robusto o combate contra a corrupção e a criminalidade económico-financeira, a Justiça tem por prioridade o reforço dos recursos humanos e meios tecnológicos na Polícia Judiciária.

A despesa total consolidada

prevista para a Justiça é de 1469 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 12,6%, face aos 1304 milhões inscritos em 2018.

A parcela 'de leão' é referente às despesas com pessoal, na or-

1469 MILHÕES DE EUROS PARA A JUSTIÇA TRADUZ UM AUMENTO DE 12,6%

dem dos 66%, num total de 972 milhões de euros.

Num conjunto de 30 medidas para concretizar no próximo ano, várias têm por objetivo o reforço de meios humanos.

PORMENORES

Redução de efetivos

Em 2004, trabalhavam na Justiça 11 941 profissionais, entre juizes, procuradores e funcionários. Valor que caiu para 10 426 em 2017, revela a Direção-geral da Política da Justiça.

Carência de profissionais

O Sindicato dos Funcionários Judiciais aponta um défice de mil profissionais. Os magistrados do Ministério Público indicam, por sua vez, a falta de 200 profissionais.

Revela a proposta que, nos tribunais, serão criadas equipas de magistrados para a recuperação de processos pendentes. Haverá também um reforço de pessoal junto da Autoridade Tributária e Aduaneira.

DESPESA COM PESSOAL IRÁ ATINGIR OS 972 MILHÕES DE EUROS

No plano de ação 'Justiça + Próxima', que visa dotar o sistema judiciário com tecnologia digital, será criado espaço para novas componentes de recursos humanos.

Lisboa e Setúbal perdem prisões

◉ O Orçamento do Estado prevê o encerramento gradual dos estabelecimentos prisionais de Lisboa e de Setúbal, bem como a reinstalação dos serviços centrais do Ministério da Justiça e dos tribunais de Lisboa. ◉



Tribunais de Lisboa vão ser reinstalados, tal como o ministério

Greves atingem tribunais e cadeias

◉ A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, revelou abertura para negociar com os guardas prisionais que hoje terminam uma greve de 3 dias. Os funcionários judiciais paralisam a 14 de novembro. ◉



Ministra da Justiça Francisca Van Dunem mantém diálogo

Um reforço da capacitação dos recursos humanos será também adotado no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

Os encargos remuneratórios com os funcionários irão crescer em 51 milhões de euros, o que traduz um aumento de 5% por comparação com os 921 milhões inscritos no Orçamento de 2018. Para 2019 há assim um reforço substancial por comparação com o aumento de 7 milhões de euros que foi registado para este ano. ◉

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

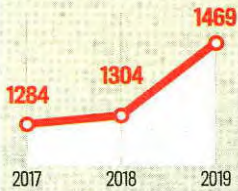
CORREIO



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA A JUSTIÇA

VALORES EM MILHÕES DE EUROS

EVOLUÇÃO DA DESPESA



DESPESA POR SETORES



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS



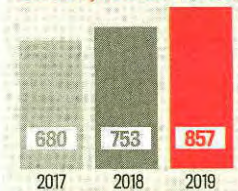
OUTROS



DESPESA POR PROGRAMAS

Engloba mais 347 milhões provenientes de outros setores

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA



SISTEMA JUDICIÁRIO



SISTEMA PRISIONAL E REINserÇÃO SOCIAL E DE MENORES



INVESTIGAÇÃO



Fonte: Orçamento do Estado

Marcelo só tem na cabeça um défice de 0,2%

❑ O Presidente da República disse no Porto que o valor do défice para 2019 que está na sua cabeça é 0,2% e não “0,4%, 0,5%”. “O número que está na minha cabeça é 0,2%”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa. “Ao longo da execução há várias formas de chegar aos 0,2%”, sublinha, frisando que “a discussão é depois saber se os caminhos são caminhos que variam de ano para ano”.



Presidente esteve no Porto

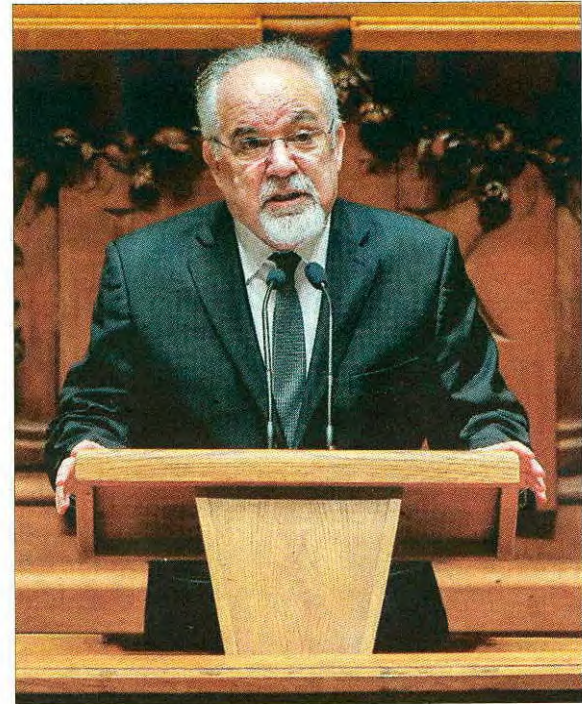
“Não há nenhuma discrepância”

❑ “Não há discrepância orçamental nenhuma”, garantiu o primeiro-ministro em reação às dúvidas levantadas pela UTAO sobre o défice para 2019. “Uma coisa é a meta, o objetivo do défice que temos para 2019, outra coisa é o limite máximo de despesa”, disse António Costa.

Limites às reformas antecipadas no “futuro”

ORÇAMENTO ➔ **Vieira da Silva diz que novas regras serão discutidas em legislação própria mas não revela quando**

❑ O polémico travão no acesso às pensões antecipadas – que surge com a entrada em vigor do novo regime só para quem tiver 40 anos de descontos aos 60 de idade – só será discutido “no futuro”, à margem do Orçamento do Estado para 2019, disse ontem no Parlamento o ministro do Trabalho e da Segurança Social. Vieira da Silva só



Vieira da Silva foi confrontado sobre as alterações à reforma antecipada

MINISTRO VAI TRABALHAR NOVA FÓRMULA PARA OUTROS SEGMENTOS

JOSÉ SOEIRO LAMENTOU ENORME CONFUSÃO LANÇADA PELO GOVERNO

não disse quando e como se aplicarão as novas regras.

Questionado pelo deputado do BE José Soeiro, que lamentou que o Governo tenha lançado “uma enorme confusão” na opinião pública, Vieira da Silva respondeu que o que está previsto no Orçamento é apenas o alívio dos cortes para quem aos 60 anos já tenha 40 de descontos, através da eliminação do fator de sustentabilidade de 14,5%, embora se mantenha o corte de 0,5% por cada mês de

antecipação até à idade legal da reforma. “Não há nenhum passo restritivo. O que está escrito é um novo regime. O que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido noutras iniciativas legislativas.”

O novo regime de flexibilização da idade da reforma, em vigor em janeiro, destina-se a todos os que tenham 63 anos de idade e 40 de descontos.

Em outubro, alarga-se a quem aos 60 de idade tenha 40 de contribuições. A dúvida surge em relação a todos os outros que não encaixam nestes dois parâmetros e que até aqui podiam aposentar-se com cortes. Para já, e segundo Vieira da Silva, os dois regimes vão coexistir. “O que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido noutras quadros.”



Portugueses estão a pagar todos os meses mais imposto sobre os rendimentos do que é suposto. Acertos só são feitos na entrega do IRS

Fisco “engorda” receita com tabelas de IRS, diz ex-secretário de Estado

❑ Tornou-se prática comum a Autoridade Tributária usar as tabelas de retenção de IRS para engordar a receita fiscal. Quem o diz é o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Fernando Rocha Andrade. “Quando eu saí [em 2017], o engordar das tabelas de retenção já ia em 600 milhões de euros”, afirmou o agora deputado socialista

numa conferência sobre o Orçamento para 2019, citado pelo ‘Observador’. Segundo o ex-governante, as tabelas de retenção na fonte não refletem na totalidade o que são as taxas de imposto que estão na lei, faz com que os contribuintes paguem à cabeça mais IRS, tendo de ser reembolsados no período da liquidação do imposto, no ano seguinte.



euromilhões **ESTA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA** **71 milhões** **JOGOS SÁNTICA CASA**

jogosantacasa.pt Proibido jogar a menores de 18 anos

NO NOVO LIVRO **CAVACO ATACA PORTAS E COSTA** P.8 E 9

QUINTA-FEIRA 25/10/2018 | DIÁRIO | €1 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAL EDITORIAL-ADJ.: ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

ARCOS DE VALDEVEZ **DUAS MULHERES MORTAS EM QUEIMADAS** P.13

HOMICÍDIO DE TRIATLETA **VIÚVA ESCONDE LUCRO DE 400 MIL EUROS**
Luís Grilo tinha mais seguros. Se o crime não fosse descoberto, Rosa teria vida folgada P.10 E 11

MEMORANDO ESTÁ NAS MÃOS DOS PROCURADORES

AZEREDO SABIA DA FARSA DE TANCOS

GENERAL GARANTE À JUSTIÇA
ANTIGO CHEFE DE GABINETE DEPÕE NO DCIAP

MARTINS PEREIRA diz que ex-ministro da Defesa foi informado sobre caso relatado por PJ Militar

DOCUMENTO entregue por major Brazão e coronel Luís Vieira, chefes da PJM P.15

VIDAS P.42 A 45 **JOANA ORNELAS SAÍDO SPORTING**
Ex de Bruno de Carvalho rescinde contrato por mútuo acordo

PREVENÇÃO P.12 **Infiltrados da Judiciária em redes terroristas para travar atentados**

ORÇAMENTO P.24 E 25 **Reforço de 51 milhões para pessoal na Justiça**

APOSTE NA NBA!
DEPOSITE E RECEBA 10€ EM BÓNUS APOSTAS DESPORTIVAS
NOSSA APOSTA.PT

LOKOMOTIV 1 | 3 FC PORTO

PORTISTAS LIDERAM GRUPO DA CHAMPIONS P.4 E 5

DRAGÃO SOMA MILHÕES NA RÚSSIA

TREINADOR SOLIDÁRIO COM DEFESA QUE FALHOU EM LANCE DECISIVO P.32 **VITÓRIA ILIBA CONTI DA DERROTA NA HOLANDA**

LIGA EUROPA P.6 E 7 **PESEIRO QUER FICAR À FRENTE DO ARSENAL**
Leões recebem ingleses hoje em Alvalade

alterações à recolha de lixo

LISBOA

consulte anúncio pág. 15



PINGO DOCE EM PAÇO DE ARCOS

AUMENTOS SALARIAIS

Os trabalhadores do Pingo Doce de Paço de Arcos, Oeiras, estiveram em greve por aumentos dos salários e melhores condições de trabalho.



LIVRO DE MEMÓRIAS

CAVAQUISTAS | PRESENTES

O ex-presidente Cavaco Silva contou com alguns antigos governantes sociais-democratas na Fundação Calouste Gulbenkian, como Teresa Patrícia Gouveia e Manuela Ferreira Leite. Eduardo Catroga, Miguel Morgado, Teresa Morais e David Justino também marcaram presença na cerimónia.

'QUINTA-FEIRA E OUTROS DIAS-2'

Cavaco Silva ataca Portas e Costa

DESCRIÇÃO • Obra serve para explicar a atuação presidencial de junho de 2011 a março de 2016

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

É um ajuste de contas com a história, num período de má memória para os portugueses. No seu último livro Cavaco quis identificar quem fez e o quê no xadrez político nacional. Não esconde o paternalismo ideológico para com Passos Coelho, o respeito que sempre lhe inspirou Jerónimo de Sousa e a inexorável armadilha que o obrigou a entregar o poder a uma geringonça e a quebrar uma tradição de 40 anos de democracia: convidar para o Governo o vencedor das eleições legislativas.

As considerações do antigo

presidente sobre os dois chefes do Governo, Passos Coelho e António Costa, são muito diferentes das afirmações sobre José Sócrates contidas no primeiro volume.

Neste livro, Portas ocupa o lugar de Sócrates como o vilão da

ANTÓNIO COSTA É UM "ARTISTA DA ARTE DE NUNCA DIZER NÃO"

História. Desde o primeiro encontro que Cavaco descreve Portas como um triunfalista e a principal ameaça para Passos Coelho. As angústias e os estados de alma do líder do CDS/PP perpassam pelo livro como uma espada

sempre pendente na coesão governamental. Os confrontos com Vítor Gaspar, que levaram ao episódio da "demissão irrevogável" levam Cavaco a qualificar as atitudes de Portas como uma "infantilidade pouco patriótica", que obrigaram o antigo presidente a enviar um SMS lacónico: "está consciente das graves consequências para PORTUGAL?"

Em relação a António Costa, Cavaco opta pela ligeireza. Recorda o episódio da bandeira hasteada ao contrário na câmara municipal, e revela que Costa lhe escreveu no dia seguinte, assumindo as responsabilidades e pedindo desculpas em seu nome e em nome do município

que liderava. Após as eleições de 4 de outubro de 2015, Cavaco retrata um António Costa com uma única preocupação "salvar o PS". Ciente de que a geringonça seria a única solução possível para a formação de um governo estável, Cavaco entrega o poder a um "homem pessoalmente simpático e bem-disposto, de sorriso fácil. Um hábil profissional da política, um artista da arte de nunca dizer não aos pedidos que lhe eram apresentados". Uma certeza ficou ao ex-presidente; o governo António Costa "completaria a legislatura".

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Na cerimónia da bandeira ao contrário, Costa assumiu a responsabilidade

O QUE PENSA CAVACO DOS POLÍTICOS E OUTRAS FIGURAS PÚBLICAS

PAULO PORTAS



EUFORIAS E ANGÚSTIAS INSTÁVEIS

Cavaco aponta Paulo Portas como a origem de todas as incertezas da coligação PSD/CDS. Instável e dado a angústias, Cavaco chega a chamar-lhe infantil.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO



SENTIDO DE ESTADO E CORAGEM

"Grande sentido de responsabilidade", diz Cavaco sobre Seguro, elogiando a forma como o ex-líder do PS enfrentou a CGTP no aumento da instabilidade social.

JOANA MARQUES VIDAL



TÍMIDA SIMPLES E DE ESQUERDA

"Uma mulher com ar simples e tímido" escreve Cavaco sobre a ex-PGR, adiantando que o espanhou "a franqueza" quando ela disse ser "uma pessoa de esquerda".

VÍTOR GASPAR



O BOM ALUNO DESBOCADO

Foi aluno de Cavaco na Católica que o descreve como "um economista de excelente formação analítica", mas diz que a sua semântica foi "um problema".

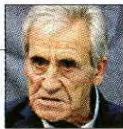
MIGUEL RELVAS



A GRANDE SURPRESA E O CURSO

"O que mais me surpreendeu foi a indicação de Miguel Relvas para Ministro-Adjunto", diz Cavaco, que questionou logo Passos sobre a licenciatura do ministro.

JERÓNIMO DE SOUSA



RESPEITO E CLAREZA DE OPINIÕES

Cavaco admira a contenção, a objetividade e a clareza do secretário-geral do PCP. As perguntas de Cavaco sempre respondeu com a verdade dos factos.

CATARINA MARTINS



LACÓNICA E SEM RODEIOS

Na reunião com Cavaco, Catarina foi direta: a coligação PSD/CDS "era uma perda de tempo" entendendo que "António Costa deve ser indigitado Primeiro-Ministro".

FERNANDO MEDINA



DEFENDER O PS CONTRA O BLOCO

Após as eleições de 2015, Cavaco pede opinião a Medina sobre os resultados. Medina não se compromete e apenas diz "o PS não pode perder votos para o Bloco".

POIARES MADURO



ALHEIO À REALIDADE NACIONAL

Cavaco gostou muito da carreira académica de Poiares Maduro, mas tinha receio do seu "afastamento havia bastante tempo da realidade portuguesa".

AZEREDO LOPES



DIFÍCIL E DE LINGUAGEM AGRESSIVA

"Uma pessoa difícil, desagradável no trato e de linguagem um pouco agressiva", escreve Cavaco sobre o ex-ministro da Defesa do governo de Costa.



LEONOR BELEZA | APRESENTOU O LIVRO

A ex-ministra da Saúde e presidente da Fundação Champalimaud apresentou o livro. "Fornecer-nos dados tão detalhados sobre as reuniões que é-nos transmitida uma noção sobre o contexto privilegiado da atuação do presidente." Leonor Belezza disse também não ser "independente" quando se trata de Cavaco.



FINANÇAS | **MARIA LUÍS**
MARIA LUÍS ALBUQUERQUE,
QUE QUANDO FOI NOMEADA
MINISTRA DAS FINANÇAS
ENFURECEU PAULO PORTAS,
ESTEVE PRESENTE NA
CERIMÓNIA NA GULBENKIAN.

RUI RIO | AUSENTE DA APRESENTAÇÃO

O presidente do PSD alegou impedimentos de agenda para justificar a ausência na apresentação do segundo livro de memórias de Cavaco Silva, 'Quintas-feiras e Outros dias: da Coligação à Geringonça'. Rui Rio esteve ontem em ações no distrito de Santarém, onde também reuniu a comissão política nacional.

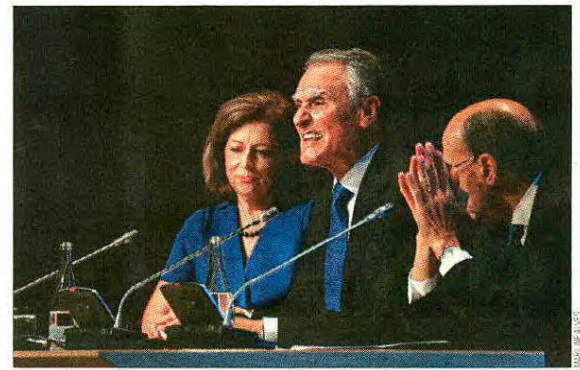


"Conversas com um chefe de Estado são apenas a dois"

❏ O primeiro-ministro disse no Porto que nunca comentará a atuação de um presidente com quem tenha trabalhado por "uma questão de sentido de Estado". E apesar de não ter lido o livro de Cavaco Silva, que o acusa de "empurrar para a frente os problemas de fundo da economia", António Costa frisou que as conversas com um chefe de Estado serão "exclusivamente a dois". ●



António Costa respondeu aos jornalistas na cidade do Porto



Novo livro revela ação de Cavaco também como ministro e primeiro-ministro

Ex-chefe de Estado não receia "exame"

LIVRO ❖ Apresentação decorreu na Gulbenkian

❏ O antigo presidente da República Aníbal Cavaco Silva reafirmou ontem que sempre considerou que a "prestação de contas" é um imperativo de quem exerce cargos públicos, garantindo não recear submeter-se ao exame da consistência "das posições publicamente assumidas".

Para o 'ex' chefe de Estado, "a prestação de contas aos portugueses é um imperativo de quem exerce altos cargos públicos". A afirmação foi feita durante a apresentação do segundo volume das suas memórias políticas, intitulado "Quinta-feira e outros dias", que decorreu na

Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Cavaco Silva, que tem sido criticado por revelar conversas privadas que manteve enquanto presidente, notou que no segundo volume das suas memórias existe um anexo em que enumera "os livros de prestação de contas" da sua ação enquanto ministro das Finanças e do Plano, primeiro-ministro e chefe de Estado.

"São 23 publicações, 23. Nunca receei ser submetido ao exame da consistência intertemporal das posições publicamente assumidas, é algo que muito prezo", sublinhou. ●

CAVACO PRESTOU CONTAS DOS CARGOS POLÍTICOS COM 23 PUBLICAÇÕES

DEFENDER SEMPRE A FUNÇÃO PÚBLICA

❏ No seu livro Cavaco escreve como várias vezes defendeu a Função Pública contra os cortes que o ministro Vítor Gaspar pretendia fazer em 2012 e 2013, chamando a atenção para Passos. ●



Passos Coelho marcou presença

"Estou a escrever sobre os mesmos factos"

❏ Passos Coelho, que Cavaco acusa de ter ignorado alertas, diz que não irá comentar as críticas do ex-chefe de Estado. "Estou a escrever sobre os mesmos factos." ●



euromilhões ESTEA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA **71 milhões** **JOGOS** SANTIACASA

jogosantacasas.pt

Proibido jogar a menores de 18 anos

NO NOVO LIVRO **CAVACO ATACA PORTAS E COSTA**

P.8 E 9

QUINTA-FEIRA 25/10/2018 | DIÁRIO | €1 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTAVIO RIBEIRO
DIR.-GERAL EDITORIAL-ADJ.: ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

ARCOS DE VALDEVEZ **DUAS MULHERES MORTAS EM QUEIMADAS**

P.13

HOMICÍDIO DE TRIATLETA **VIÚVA ESCONDE LUCRO DE 400 MIL EUROS**

Luís Grilo tinha mais seguros. Se o crime não fosse descoberto, Rosa teria vida folgada P.10 E 11

MEMORANDO ESTÁ NAS MÃOS DOS PROCURADORES

AZEREDO SABIA DA FARSA DE TANCOS

GENERAL GARANTE À JUSTIÇA

ANTIGO CHEFE DE GABINETE DEPÕE NO DCIAP

MARTINS PEREIRA diz que ex-ministro da Defesa foi informado sobre caso relatado por PJ Militar

DOCUMENTO entregue por major Brazão e coronel Luís Vieira, chefes da PJM P.15

VIDAS P.42 A 45 **JOANA ORNELAS SAÍDO SPORTING**

Ex de Bruno de Carvalho rescinde contrato por mútuo acordo

PREVENÇÃO P.12 **Infiltrados da Judiciária em redes terroristas para travar atentados**

ORÇAMENTO P.24 E 25 **Reforço de 51 milhões para pessoal na Justiça**

LOKOMOTIV 1 | 3 FC PORTO

PORTISTAS LIDERAM GRUPO DA CHAMPIONS P.4 E 5

DRAGÃO SOMA MILHÕES NA RÚSSIA

TREINADOR SOLIDÁRIO COM DEFESA QUE FALHOU EM LANCE DECISIVO P.32 **VITÓRIA ILIBA CONTI DA DERROTA NA HOLANDA**

LIGA EUROPA P.6 E 7 **PESEIRO QUER FICAR À FRENTE DO ARSENAL**

Leões recebem ingleses hoje em Alvalade

APOSTE NA NBA!

DEPOSITE E RECEBA **10€**

EM BÓNUS APOSTAS DESPORTIVAS

NOSSA APOSTA.PT

alterações à recolha de lixo

LISBOA

consulte anúncio pág. 15

**GREVE CONDICIONA
LIXO EM LISBOA**

Devido à greve, amanhã, dos trabalhadores da Administração Pública, a recolha de lixo poderá ser afetada na noite de hoje e durante o dia de amanhã em Lisboa.



SOBE
CARLOS
OLIVEIRA

LIGA CONTRA O CANCRO



O Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro disponibiliza aos doentes um serviço de apoio médico-pericial.

DESCE
FRANCISCO
VELEZ ROXO

HOSP. AMADORA-SINTRA



O Sindicato dos Médicos denunciou a falta de anestesistas num dos maiores hospitais do País, o que põe em causa os cuidados.



BOSCH

Operários em greve

BRAGA ➤ Adesão no turno da manhã atingiu os 97%
SALÁRIOS ➤ Trabalhadores falam em discriminação

Os trabalhadores do parque de máquinas da Bosch em Braga estiveram ontem em greve, contra as “más condições de trabalho” e “discriminação salarial”. A paralisação mantém-se esta quinta-feira.

Amélia Lopes, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Norte, adiantou que a adesão no turno das 08h00 foi de 97%. Segundo o sindicato, os trabalhadores da fábrica têm vido a manifestar, junto das chefias, “insatisfação pelas condições de trabalho que lhes estão a ser impostas, como a retirada de operadores das máquinas, ritmos excessivos de trabalho com posturas ergonómicas erradas e pressão psicológica”. Os operários da Bosch



Funcionários
3500
A Bosch emprega cerca de 3500 pessoas em Braga, onde em maio abriu um novo centro.

também “não aceitam” que o sistema de avaliação seja utilizado para calcular a atualização do salário-base. “O Estado Português tem investido nesta empresa cerca de 100 milhões de euros, para investimentos que estão a ser feitos, esquecendo-se de investir na qualidade do emprego criado”, critica o sindicato. ●W.L.COM LUSA



Nova Ministra

Após a greve de enfermeiros nos dias 10 e 11 e antes das greves de 16 a 19 de outubro, o ministro da Saúde foi demitido. Ministro este que, no dia 11 e em nome do Governo, assumiu publicamente como justas as reivindicações dos enfermeiros apresentadas pelos sindicatos.

As justas exigências dos enfermeiros não mudaram e portanto mantém-se a adequada qualificação do mesmo Governo.

A nova ministra da Saúde agendou reunião com os sindicatos para 31 de outubro. Entre outros aspetos, estarão em cima da mesa: a exigência de admissão de

CELERIDADE EM CUIDAR DE QUEM CUIDA É EMERGENTE

mais enfermeiros, a justa contagem de pontos a todos os enfermeiros para efeitos de progressão, o pagamento do suplemento remuneratório a umas centenas de enfermeiros especialistas e, obviamente, a apresentação de uma contraproposta de carreira de enfermagem que concretize o compromisso de dignificar e valorizar, assumido pelo Governo no protocolo negocial.

Trata-se de um caderno de encargos acessível, em que justas e sensatas soluções, como diria o primeiro-ministro, são possíveis e desejáveis. Exigindo respeito e dignidade, dirão os enfermeiros que celeridade em cuidar de quem cuida é emergente. ●



Grupo lançou campanha de angariação de fundos e quer juntar 300 mil euros

DIANA TINOCO

Greves. Crowdfunding de enfermeiros já reuniu quase 30% do valor pedido

A luta dos enfermeiros promete subir de tom com uma angariação de fundos inédita, mas há outras classes a usarem de forma persistente o direito à paralisação

BEATRIZ DIAS COELHO
beatriz.coelho@ionline.pt

Os enfermeiros que se juntaram numa campanha de crowdfunding para ajudar os profissionais de enfermagem que aderiram a uma greve nos blocos operatórios, prometida em três hospitais públicos e que se prevê prolongada, já conseguiram angariar 86.310 euros – 28% do montante total que se dispuseram a angariar até dia 5 de novembro, 300 mil euros.

Ao “DN”, uma das enfermeiras do grupo de cinco por detrás do lançamento de angariação de fundos, disse que esta “é uma

ideia inovadora” e que “nunca ninguém fez nada disto na enfermagem”. A campanha, de nome “greve cirúrgica”, destina-se a “todos os blocos” do Centro Hospitalar de São João (Porto), do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e do hospital de Santa Maria (Lisboa) – “os principais hospitais do país”, especificou Catarina Barbosa. “Quanto mais cirurgias adiadas, maior será o impacto”, acredita.

A greve da semana passada, que se prolongou por seis dias, não deu frutos – a classe pede “a negociação da carreira, mais enfermeiros nos serviços, a ida- de da reforma reduzida para os

57 anos, a correta contagem dos pontos e a valorização do risco e penosidade da profissão”, diz a enfermeira. E por isso, estes enfermeiros prometem continuar a lutar. “Quando os enfermeiros fazem greve e não asseguram serviços mínimos, perdem a totalidade do vencimento desse dia. Temos a noção que vai ser uma greve por tempo prolongado, pelo que não podem ficar sem receber. Este fundo é para os ajudar”, disse Catarina Barbosa ao mesmo jornal. E deixou a promessa: “se não conseguirmos as reivindicações até à data de término, haverá um novo pré-aviso para continuar”.

AS GREVES DE OUTRAS CLASSES

As paralisações da classe dos enfermeiros têm sido recorrentes e a sua frequência tem vindo a aumentar. E agora, o grupo de enfermeiros promotor desta angariação promete subir o tom da luta. Mas a verdade é que, no mundo das reivindicações e das greves, outras classes têm ido mais longe.

É o caso dos estivadores, cujo historial de persistência e paralisações já vai longo. Este ano a classe levou a cabo uma greve ao trabalho suplementar que acabou por ser prolongada duas vezes. Inicialmente, estava programada para durar quatro semanas – entre 13 de agosto e 10 de setembro –, mas findo esse período, foi novamente prolongada até oito de outubro. Chegada essa data, a paralisação foi estendida até ao primeiro dia do próximo ano. As razões evocadas mantêm-se: exigem liberdade de filiação sindical e rejeitam “o bloqueio à contratação coletiva e a utilização de sindicatos fictícios”, explicou o presidente do Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística (SEAL), António Mariano, quando a greve ao trabalho suplementar foi prolongada pela segunda vez.

Outro dos setores que mais tem contestado é o da educação,

por causa do descongelamento da carreira, exigindo que seja tido em conta todo o tempo de serviço que viram congelado – nove anos, quatro meses e dois dias – para efeitos de progressão na carreira e respetivo acerto salarial. E este é um braço de ferro que parece não ter fim.

Em junho a plataforma de dez sindicatos dos professores fez uma greve durante um mês às reuniões de avaliação dos alunos, atrasando o final do passado ano letivo. E em setembro, no arranque deste ano letivo, os professores voltaram aos protestos com plenários em todas as escolas do país no primeiro dia de aulas, a 17 de setembro. Já em outubro os docentes fizeram greve durante uma semana e no dia 5 de outubro – quando se assinala o Dia Mundial do Professor – saíram à rua numa manifestação nacional, em Lisboa.

Entretanto, o governo aprovou uma lei que reconhece apenas 30% do total do tempo de serviço congelado dos professores, dois anos, nove meses e 18 dias, e, por isso, a plataforma sindical dos professores decidiu marcar nova greve, até ao final deste ano letivo, ao trabalho suplementar. O protesto arranca dia 29 deste mês.



Falta de anestesistas no Amadora-Sintra

AMADORA "A situação da especialidade de anestesia" nas equipas de urgência do Amadora-Sintra "tem vindo a agravar-se progressivamente", alerta o Sindicato dos Médicos da Zona Sul. Na mesma nota, a estrutura sindical lembra as recentes demissões na especialidade e promete vir a "desencadear as correspondentes medidas judiciais de responsabilização da referida administração hospitalar".



Trabalhadores de vários espaços culturais iniciam hoje greve

Várias queixas dos trabalhadores motivam paralisação. Greve atrasa abertura de portas

Os trabalhadores do Mosteiro dos Jerónimos, da Torre de Belém e do Museu de Arqueologia iniciam hoje uma greve de quatro dias, até domingo. Em causa está a precariedade das condições de trabalho.

A paralisação, que decorre entre 10h e as 11h, promete atrasar a abertura de portas. "Nenhum destes monumentos vai abrir portas à hora prevista. Estamos a falar de assistentes técnicos, trabalhadores das bilheteiras, da validação de bilhetes, de vigilantes de sala", explica à "Lusa" Catarina Simão, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Condições sanitárias insuficientes, falta de limpeza, presença de ratos em espaços de serviços, pagamento atrasado do trabalho suplementar realizado em dias de eventos, impedimento de gozarem dias de descanso e pedidos de alteração ao período de férias são algumas

das motivações denunciadas pelo sindicato.

A essas queixas, junta-se a necessidade de contratação de mais funcionários. "Os trabalhadores estão exaustos. Na Torre de Belém há dois funcionários para dois mil visitantes diários. Nos Jerónimos há seis trabalhadores para um milhão de visitantes por ano", disse a responsável sindical. No topo da hierarquia da equipa, a reação é de desconhecimento. "A diretora

destes dois monumentos disse aos trabalhadores que não tinha noção da situação", afirma Catarina Simão.

A par da paralisação parcial, o descontentamento dos trabalhadores vai ser demonstrado também através da distribuição de folhetos aos visitantes com o objetivo de denunciar as circunstâncias dos trabalhadores.

De resto, do lado dos responsáveis pela cultura, não tem havido espaço para diálogo. Segundo Catarina Simões, foram já diversas as vezes que o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas tentou uma aproximação ao Ministério da Cultura, através do pedido de reuniões com a Direção-Geral de Património (DGPC). Contudo, a única vez que a estrutura sindical chegou à fala com a tutela foi ainda no mandato de João Soares enquanto ministro da Cultura, pasta que assumiu entre novembro de 2015 e abril de 2016.

Desde que Paula Silva, a atual diretora da DGPC, assumiu o cargo em janeiro de 2016, o sindicato não conseguiu ainda ver nenhum dos seus pedidos de reunião accedidos. *Beatriz Dias Coelho*

Greve afeta Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém e Museu de Arqueologia

Falta de limpeza, presença de ratos e pagamentos em atraso são algumas das queixas



Mosteiro dos Jerónimos é um dos monumentos afetados

DR



PIUB

euromilhões **ESTA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA** **71 milhões** **JOGOS SANTACASA**

jogossantacasa.pt

-18 Proibido jogar a menores de 18 anos

inevitável



Socialistas furiosos com livro de Cavaco

“É inaceitável revelar conversas privadas”, Edite Estrela

“Parece que o ex-Presidente quer prolongar o estatuto de membro ativo da oposição (...) Talvez esteja desiludido com a liderança do PSD”, Vitalino Canas

Costa garante que nunca revelará conversas privadas com Presidentes

// PÁGS. 6-7



Brasil. Uma favela na linha de comboio que não vota Bolsonaro

// PÁGS. 20-25

Ratos e pagamentos em atraso provocam greve nos monumentos

// PÁG. 15

Oslo. Bar histórico do Cais do Sodré tem ordem de despejo

// PÁGS. 26-27

Champions. Porto invicto bate Lokomotiv em Moscovo

// PÁGS. 44-45

PÂNICO NA AMÉRICA

Hillary, Obama, George Soros e CNN, entre outros, receberam encomendas com bombas-tubo // PÁGS. 2-5

Helena Roseta ao i:

“Ninguém me avisou” que ia ser expulsa da comissão

// PÁGS. 8-9



Agentes e militares terminam protesto em frente à Assembleia da República

JOSE SERGIO

Forças de segurança saem hoje à rua unidas em manifestação nacional

Esta é a primeira manifestação conjunta de PSP, GNR, SEF, guardas prisionais, Polícia Marítima e ASAE em protesto contra o governo de António Costa. Exigem reforço de investimento no setor e melhores condições de trabalho

ANA PETRONILHO
ana.petronilho@ionline.pt

As forças de segurança estão unidas e saem hoje à rua em protesto, em Lisboa, contra a proposta do Orçamento do Estado para 2019 e para exigir ao governo a valorização das carreiras, o reconhecimento do estatuto de profissão de desgaste e um reforço de agentes, a que se soma a reclamação de mais investimento no setor.

É a primeira vez que o governo de António Costa vê todas as forças de segurança a protestar em uníssono, em manifestação nacional.

O protesto é organizado pela Comissão Coordenadora Permanente (CCP) dos sindicatos e associações dos profissionais das forças e serviços de segurança, onde estão representadas a PSP, a GNR, o SEF, os guardas prisionais, a Polícia Marítima e a ASAE, que dizem em uníssono que as estruturas de segurança estão “envelhecidas e a trabalhar no limite”.

O secretário nacional da CCP, que é também presidente da Associação dos Profissionais da Guarda, César Nogueira, salienta ainda que o protesto “é aberto a todos os polícias”, sendo por isso possível que outras

estruturas que não fazem parte da CCP marquem presença na manifestação.

A marcha vai partir às 17 horas da Praça do Comércio em direção à Assembleia da República. A PSP alerta, por isso, para os condicionamentos à circulação rodoviária nas zonas do Cais do Sodré, Avenida 24 de Julho ou Avenida D. Carlos I, aconselhando o uso de transportes públicos nestas zonas.

AS RAZÕES DO PROTESTO Cada força de segurança tem uma razão de protesto. No caso da GNR, diz César Nogueira, os militares reclamam contra a “falta

e má gestão do efetivo”, considerando ainda que o investimento previsto para o próximo ano é reduzido e apontando para a renovação de viaturas e para os meios informáticos “obsoletos”. Tal como os professores, os militares da GNR também reclamam a contabilização do tempo de serviço que viram congelado – nove anos, quatro meses e dois dias –, assim como a atualização da sua tabela salarial.

As reivindicações são partilhadas pela PSP, que reclama ainda que, durante as férias, os polícias voltem a receber vários subsídios, como é o caso dos suplementos especiais de ser-

viço de patrulha e de turno, que deixaram de ser pagos em 2011. O presidente da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia, Paulo Rodrigues, lembra que o Supremo Tribunal Administrativo já considerou ilegais os cortes realizados a estes subsídios em período de férias.

Os inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras protestam para exigir um reforço de pessoal e de meios, sobretudo de computadores, alertando ainda para a redução, prevista em 2019, das verbas que serão transferidas para este serviço de segurança.

Os guardas prisionais, que estão em greve desde terça-feira – registando uma adesão entre os 75% e 80% – por causa do atraso na revisão do estatuto profissional (que devia ter ficado concluída em setembro), também se juntam à manifestação nacional de hoje. E amanhã, tal como todos os trabalhadores da função pública, os guardas prisionais voltam a estar em greve.

Mas antes de se juntarem às restantes forças de segurança para a manifestação nacional, entre as 11 e as 14 horas de hoje, os guardas prisionais vão estar em vigília em frente da residência oficial do primeiro-ministro, no Palácio de S. Bento.

Forças de segurança têm estruturas “envelhecidas e a trabalhar no limite”

Manifestação nacional está marcada para as 17 horas com partida da Praça do Comércio



Hospital acusado de desprezo pela vida

Equipas de anestesia na Urgência só têm dois especialistas

AMADORA O Sindicato dos Médicos da Zona Sul acusa a Administração do Hospital Amadora-Sintra de “potencial desprezo pelo valor da vida humana” por causa da situação precária relativamente aos médicos anestesistas. A organização adianta que vai desencadear medidas judiciais e exigir a intervenção do Governo.

De acordo com o sindicato, em vez de 24 médicos desta especialidade a fazer urgência em escalas de 24 horas, só existem 13, havendo mais quatro a fazer períodos de 12 horas diurnas. Na Urgência, após reorganizarem-se as equipas, ficaram apenas dois médicos especialistas, quando o recomendado pela Ordem dos Médicos é quatro.

A situação é de “extrema gravidade”, há médicos “a equacionar deixar de trabalhar naquela unidade” e têm enviado “para a Ordem e para o diretor clínico minutas diárias onde declinam responsabilidades por eventuais ocorrências graves para os doentes”, revela o Sindicato em comunicado.

DILIGÊNCIAS EM CURSO

Fonte oficial do hospital revelou que “a Administração tem feito “várias diligências junto da tutela para a contratação de mais médicos anestesistas”. O JN sabe que estas diligências estão em curso desde janeiro – tanto para a contratação de anestesistas como para médicos de obstetrícia – mas que têm esbarrado não no ministério da Saúde, mas no ministério das Finanças.

O assunto sobe agora de tom e o bastonário, Miguel Guimarães, diz que “isto é geral” e que “a Saúde só contará em 2019 com mais 200 milhões de euros do que no ano anterior, o que não chega para sanar as enorme carencias que assistem o Serviço Nacional de Saúde”. ●

LEONOR PAIVA WATSON



Operários da Bosch contra desigualdades

Trabalhadores do parque das máquinas em greve



Funcionários à porta da empresa

BRAGA A “discriminação salarial entre trabalhadores, com diferenças nos subsídios de turno, horas noturnas e nos pagamentos de salários base” e a “retirada de operadores por linha e pressões constantes” conduziram os trabalhadores do parque das máquinas da Bosch, em Braga, a uma greve que vai durar até amanhã. Ontem, no primeiro dia, reuniram-se à porta da empresa em protesto.

Segundo José Azevedo, um dos manifestantes, o subsídio de turno está a ser pago a 25% aos operários mais antigos e a 10% aos mais recentes, assim como o complemento das horas noturnas tem uma diferença de 25% entre ambos. “Para os mais novos só contam a partir das 22 horas e, para outros, contam desde as 20 horas”, acrescentou o operário, frisando que as desigualdades começaram a sentir-se a partir de 2013.

Já Maria das Dores, outra funcionária, queixa-se de “perseguição”. “Há dois anos apareceu-me uma epicondilita (inflamação dos tendões do cotovelo devido a movimentos repetitivos). Depois da baixa, vim trabalhar e pedi para mudar para um serviço sem pesos. Mas não me mudam e, ultimamente, a chefia anda sempre atrás de mim a ver o que estou a fazer”, relatou ao JN. A mulher denunciou o caso ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, que esteve representado no protesto.

A empresa não quis prestar declarações. ● SANDRA FREITAS



Governo prepara recuperação de tempo de serviço só para a GNR

PSP, guarda prisional, GNR, Polícia Marítima. Todos estão convocados para a manifestação de hoje. Reivindicam a recuperação de sete anos de serviço em que as carreiras estiveram congeladas

Forças de segurança Ana Sá Lopes e Mariana Oliveira

O Ministério da Administração Interna (MAI) está a trabalhar numa proposta de recuperação do tempo de serviço nas carreiras da GNR. A fórmula final ainda está a ser discutida com o Ministério das Finanças, mas o resultado será provavelmente o que aconteceu com os professores: nem todo o tempo de serviço perdido durante o congelamento das carreiras será contado pelo Governo para efeitos de progressão na carreira. Quando acabar o processo de negociações com as Finanças, o ministro da Administração Interna apresentará a proposta às associações sindicais da GNR.

A recuperação de, pelo menos, os quase sete anos de serviço em que as carreiras estiveram congeladas entre 2011 e 2017 é uma das principais reivindicações dos maiores sindicatos da PSP, da GNR, da guarda prisional e da Polícia Marítima que se manifestam hoje, a partir das 17h, entre a Praça do Comércio e a Assembleia da República, em Lisboa. A "manifestação nacional de protesto", que os sindicatos acreditam que vai mobilizar milhares de profissionais, contará igualmente com a participação de investigadores do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e de funcionários Autoridade de Segurança Alimentar e Económica que, como os colegas, exigem um reforço de recursos humanos e materiais para as respectivas instituições.

O presidente da Associação dos Profissionais da Guarda, César Nogueira, garante que não aceitaria que os militares recuperassem apenas dois anos e nove meses do tempo congelado, como aconteceu com os professores. Insiste que contrariamente a esta classe (que reclamava mais de nove anos), os profissionais da GNR admitem deixar para trás o congelamento de carreiras ocorrido entre 2005 e 2007. "Não aceitaríamos a solução dos professores. Exigimos que sejam contabilizados os quase sete anos que estivemos estagnados", afirma César Nogueira, que

se queixa do silêncio do ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita. "Tivemos uma única reunião em Julho e era suposto voltarmos a reunir passado poucas semanas. Estamos quase em Novembro e nada." E acrescenta: "Além disso o orçamento para o próximo ano não contempla nada disto." César Nogueira nota que como não está regulamentada a avaliação de desempenho dos militares da GNR, o descongelamento das carreiras que ocorreu este ano não teve efeitos praticamente nenhuns na instituição, contrariamente ao que aconteceu na PSP, onde cerca de 15 mil agentes progrediram um nível remuneratório.

Também o presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional, Jorge Alves, se queixa do mesmo. "Na prática não mudou nada

e há uma grande confusão sobre o que pode acontecer", afirma. E lamenta que o Ministério da Justiça tenha estado até Agosto a discutir uma revisão do estatuto, com implicações nos horários e nas tabelas remuneratórias, e depois se remeta ao silêncio. "Havia o compromisso de resolver isto até Setembro para que pudesse ser integrado no próximo orçamento."

O presidente da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP) da PSP, Paulo Rodrigues, até admite aceitar que a recuperação de tempo de serviço seja apenas parcial. O que não admite é ser tratado de forma diferente das outras polícias ou das outras carreiras especiais da função pública. "Admito que a recuperação do tempo de serviço congelado seja parcial desde que aconteça da mesma forma para todas as carreiras

especiais da função pública." O dirigente da ASPP diz que não se pode confundir o descongelamento das carreiras com a recuperação do que está para trás. Rodrigues acredita, no entanto, que o que vai levar mais profissionais da PSP à rua será outro motivo: a revolta pelo facto do ministério ainda não ter reposto o pagamento dos suplementos durante o período de férias, um corte decidido em 2011, mas que, em Março passado, o Supremo Tribunal Administrativo considerou ilegal. "São entre 350 euros e 400 euros por ano. Parece pouco. Para nós não é."

Contactado pelo PÚBLICO, o MAI garante que "estará sempre disponível" para avaliar situações pendentes em matéria laboral, nomeadamente da recuperação do tempo congelado e o pagamento dos suplementos

nas férias "desde que acautelada a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis".

Para o presidente do Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, Acácio Pereira, a preocupação é outra. Fala da escassez de profissionais e dos equipamentos tecnológicos obsoletos, alguns com quase 20 anos. "Estamos a prestar um mau serviço à população", lamenta, referindo-se aos tempos de espera nos aeroportos e ao atraso nas marcações. "Não percebo como se pode falar em reforço de recursos humanos e depois reduzir em quase 1,4 milhões de euros as despesas de pessoal para o próximo ano." **com M.D.C.**

ana.sa.lopes@publico.pt
meoliveira@publico.pt

PATRICIA MARTINS



Associação dos Profissionais da Guarda recusa solução semelhante à que foi encontrada para os professores



“ Não aceitaríamos a solução dos professores. Exigimos que sejam contabilizados quase sete anos que estivemos estagnados

César Nogueira

Presidente da Associação dos Profissionais da Guarda

Reivindicações e ganhos

Principais reivindicações

- Os profissionais da PSP, da GNR, da Polícia Marítima e da Guarda Prisional reivindicam a recuperação de, pelo menos, os quase sete anos de serviço em que as carreiras estiveram congeladas entre 2011 e 2017, ainda que admitam que o pagamento dessas progressões possa ser feito de forma faseada.

- Todos estes profissionais, os colegas da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras exigem um reforço de recursos.

- A maior associação sindical da PSP, a ASPP, quer que todos os agentes voltem a receber no período de férias os suplementos remuneratórios.

- A GNR exige a revisão da tabela remuneratória, o que aconteceu com a PSP. E que os guardas da categoria mais baixa, que recebem de salário-base 789 euros, sejam aumentados em pelo menos 50 euros.

O que o Governo deu

- As carreiras da PSP, da GNR e SEF estão descongeladas desde 1 de Janeiro de 2018, logo, começou novamente a contar o tempo de serviço para efeitos das progressões. Mas sem que fossem recuperados os anos em que as carreiras estiveram congeladas.

- O descongelamento das carreiras permitirá, segundo o MAI, que 37 mil profissionais da PSP, da GNR e SEF progridam até 2020. Destes, 20 mil, a maioria da PSP, estará em condições de subir de posição remuneratória já este ano.

- Foi reconhecido aos militares da GNR o direito a mais três dias de férias por ano nos casos de bom desempenho.

- Ao fim de quase 18 anos foram actualizados no SEF os valores dos suplementos de piquete e prevenção. **M.O.**

Criminosos não merecem respeito? Bastonário diz que sindicato foi populista

Margarida David Cardoso

Bastonário da Ordem dos Advogados reage às declarações de Associação Sócio-Profissional Independente da Guarda

A reacção da comunidade ao crime “deve ser grave”, mas “isso não quer dizer que quem o comete deixe de existir ou de ter direitos”, defende o bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo, que considera “irreflectidas” e enquadra num contexto de “populismo” as declarações de uma associação da GNR que considerou que os criminosos “não são merecedores do mesmo respeito e consideração atribuídos ao cidadão comum”.

A posição da Associação Sócio-Profissional Independente da Guarda (ASPIG) foi tomada em comunicado a propósito da divulgação – nas redes sociais e em alguns órgãos de comunicação social – das fotografias da detenção dos suspeitos que tinham fugido do Tribunal de Instrução Criminal do Porto, na semana passada. Uma divulgação que suscitou enorme polémica, foi condenada pelo Governo e por várias organizações e está a ser investigada pela Inspeção-Geral da Administração Interna, a pedido do ministro Eduardo Cabrita.

Dizendo-se “solidária com os profissionais da PSP” envolvidos na captura dos três detidos acusados de furtos violentos a idosos, a ASPIG “não fica indignada com as fotografias, expostas publicamente, pois considera que os criminosos – nelas identificados como tal – não são merecedores do mesmo respeito e consideração, por parte do Estado e da comunidade, atribuídos ao cidadão comum”.

Escritas dessa forma, as declarações da ASPIG “não fazem sentido nenhum”, diz o bastonário dos advogados, que, quando contactado pelo PÚBLICO, ainda não tinha tido



MP está a investigar todos os factos relacionados com a fuga e a detenção dos suspeitos de assaltos

acesso ao comunicado completo. Figueiredo lê-as como uma resposta a um “contexto emocional” e uma “forma populista de pensar, pouco ajustada a estas matérias”. “Muitas vezes, numa reacção emotiva, as pessoas dizem que quem é preso ou fez maldades não tem direito à imagem, por exemplo”, refere. Mas uma coisa é o direito à imagem, outra é a sanção que lhe é aplicada mediante o crime que cometeu, que nunca contempla qualquer perda de “consideração enquanto cidadão”. Uma pena pode privar um condenado de direitos, como o de liberdade. Mas não o faz perder os direitos de cidadania, insiste.

MP está a investigar

Uma posição mais aprofundada sobre a publicação das fotografias dos três homens, algemados e sentados no chão, será tomada pela Comissão

dos Direitos Humanos da Ordem, na reunião do próximo dia 8. O vice-presidente da comissão, João Barroso Neto, já manifestou a “total repulsa por qualquer demonstração e/ou imagem que ponha em causa a dignidade da pessoa humana”.

Também o ministro da Administração Interna disse no sábado que a “polícia portuguesa é uma polícia do Estado de direito e das liberdades”, pelo que “as imagens” dos detidos “como as que circularam não são admissíveis”. Ontem, o Ministério Público (MP) informou que está a investigar as circunstâncias que rodearam a fuga dos três detidos e a sua posterior captura. Em resposta ao PÚBLICO, a Procuradoria-Geral da República especifica que “o MP não deixará de investigar todas as factuais susceptíveis de integrarem infracção de natureza pública” relacionadas com o caso.

Já o que repulsa a ASPIG é o “facto de parecer que se vive numa sociedade em que, sistematicamente, o defensor dos cidadãos é visado em processos que lhe são desfavoráveis, enquanto os prevaricadores parecem usufruir de todos os direitos de defesa”. Para a associação, “um Estado de direito democrático só o é de facto quando a autoridade do Estado não é beliscada pela gritaria de certas instituições”. E acrescenta: “Só o é de facto quando quem tutela as forças de segurança deixe de [sic] ter intervenções que todos parecem anúncios de que o crime compensa quando se indigna com certas imagens de criminosos e, em consequência, determina que se levantem processos de averiguações, processos disciplinares ou medidas cautelares, onde são visados os agentes de autoridade.”

margarida.cardoso@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXIX • n.º 10.414 • 1,20€ • Quinta-feira, 25 de Outubro de 2018 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Público

Futebol
FC Porto a todo o vapor na Liga dos Campeões

Desporto, 46



Terrorismo
Bombas enviadas a Barack Obama e Hillary Clinton assustam América

Destaque, 2/3

Arte
Mirós em Serralves por 25 anos, nova exposição possível em 2019

Cultura, 32/33

Ex-chefe de gabinete diz que informou Azeredo da encenação

Tancos Martins Pereira, agora testemunha do processo, afirmou à justiça que comunicou ao então ministro da Defesa o conteúdo do memorando que recebeu da Polícia Judiciária Militar **Sociedade, 16**



ADRIANO MACHADO/REUTERS

Brasil
Os miúdos que se fartaram de Dilma e semearam a nova direita
Reportagem do nosso enviado João Ruela Ribeiro
p24 a 26

Assunção Cristas
"Entre Bolsonaro e Haddad, escolhia não votar"
p4/5

Casas Preços
arrefecem no centro histórico de Lisboa

Depois de subidas galopantes, o custo da habitação no centro da capital está a travar **p20/21**

GNR vai recuperar algum tempo de serviço

MAI está a discutir com o Ministério das Finanças a revisão das carreiras congeladas **p14/15**

Substituto de Roseta com interesses no alojamento local

O novo coordenador do PS no grupo de trabalho sobre habitação está ligado ao sector **p8**

PUBLICIDADE



euromilhões
jogosantacasa.pt
18 Proibido jogar a menores de 18 anos

ESTA SEXTA-FEIRA NÃO DESÇA À TERRA

71 milhões




ISSN-0872-1548



Travão nas reformas antecipadas sem data para avançar

Pensões

Raquel Martins

Acesso à reforma antecipada vai continuar a fazer-se de acordo com as regras em vigor, disse o ministro do Trabalho

A reforma antecipada continuará a ser permitida aos trabalhadores com 61, 62 ou 63 anos de idade e 40 de descontos e eventuais mudanças nas regras de acesso serão discutidas “no futuro”, no quadro de outras iniciativas legislativas fora do Orçamento do Estado para 2019 (OE 2019). A garantia foi deixada ontem pelo ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, depois de, na semana passada, ter anunciado que estava a ser pensado um novo regime de reformas antecipadas mais restritivo, para entrar em vigor no próximo ano, em linha com o alívio dos cortes para um grupo específico de trabalhadores.

O objectivo da audição parlamentar de Vieira da Silva era discutir o orçamento da Segurança Social para 2019, mas a reunião depressa se transformou num debate sobre reformas antecipadas e sobre quais as intenções do Governo para esta matéria. O PSD começou por acusar o Governo “de vender gato por lebre” ao anunciar o fim do factor de sustentabilidade para as reformas antecipadas e, ao mesmo tempo, restringir o acesso. O CDS considerou “injusto” que só um grupo de pessoas possa ficar livre do factor de sustentabilidade. E o PCP avisou que não contassem com ele para viabilizar restrições às reformas antecipadas.

O Bloco de Esquerda também não poupou o executivo, que acusou de lançar uma “enorme confusão na opinião pública”, ao confundir um novo regime de acesso à reforma antecipada – que, garantiu o deputado José Soeiro, não está previsto no OE – com a eliminação do factor de sustentabilidade nas reformas antecipadas pedidas pelos trabalhadores que completam 40 anos de descontos aos 60 de idade.

“O que foi acordado foi a despenalização de quem começou a descontar antes dos 20 anos. O que não vem no Orçamento é o passo atrás [que impede o acesso à reforma anteci-



NUNO FERREIRA SANTOS

Ministro Vieira da Silva foi ontem ao Parlamento debater o OE 2019



O que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido noutros quadros

Vieira da Silva

Ministro do Trabalho

pada] para todas as pessoas que não couberem neste critério”, constatou o deputado José Soeiro.

Na resposta, Vieira da Silva assumiu que, de facto, “é esse passo que está previsto no orçamento, não há nenhum passo restritivo que esteja escrito no orçamento”. “O que acontecerá no futuro a outros segmentos será discutido noutros quadros, com outras iniciativas legislativas”, acrescentou, sem revelar quando iria abrir o debate sobre o tema.

Ao longo do debate, e perante a insistência dos deputados, o ministro reforçou que “o que está em causa no OE é a criação de um regime de flexibilização da idade da reforma para as pessoas que têm determinadas condições e que tem como contrapartida uma menor penalização”. “Obviamente que esta norma não inclui nenhuma outra alteração aos regimes que hoje existem que, até serem alterados e se forem alterados, continuarão a funcionar com

toda a regularidade”, assegurou.

Perante estas respostas, José Soeiro concluiu que os trabalhadores com 61, 62 ou 63 anos de idade e 40 de descontos poderão continuar a reformar-se antecipadamente com os cortes agora previstos: o factor de sustentabilidade (que tira 14,5% ao valor da pensão) e a redução por antecipação (que reduz a pensão em 0,5% por cada mês de antecipação face à idade legal). Vieira da Silva não contestou.

Na primeira intervenção que fez sobre o tema, o ministro falou na existência de um período transitório que, esclareceu depois, mais não será do que a coexistência deste novo regime com os que existem, em particular a reforma antecipada por desemprego de longa duração, a reforma antecipada para muito longas carreiras contributivas e o regime normal de pensão antecipada para quem tem pelos menos 60 anos de idade e 40 de descontos. “Tudo se manterá em vigor”, garantiu, lembrando que mais de 90% das reformas antecipadas foram pedidas ao abrigo dos regimes dos desempregados de longa duração e das muito longas carreiras contributivas e só 10% recorrem ao regime de antecipação normal.

Na prática, as regras que estão em vigor vão conviver com o novo regime criado no OE e que elimina o corte do factor de sustentabilidade nas novas pensões antecipadas pedidas pelos trabalhadores que completam 40 anos de carreira contributiva na data em que fazem 60 anos.



Funcionários dos Jerónimos, Torre de Belém e Arqueologia queixam-se de ratos nos serviços e atrasos nos pagamentos

Património

Lucinda Canelas

Até domingo, uma greve afectará as visitas entre as 10h e as 11h. Director do MNA refuta parte do diagnóstico do sindicato

Os funcionários dos serviços de bilheteira, recepção e vigilância do Mosteiro dos Jerónimos, da Torre de Belém e do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), em Lisboa, vão estar em greve de hoje até domingo, protestando contra a “falta de consideração e de respeito dos dirigentes (...) em relação ao direito ao descanso, gozo de férias, pagamento de trabalho suplementar, e a falta de condições de trabalho”, anunciou o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Os funcionários queixam-se de que “há ratos a circular dentro dos serviços” e “falta de salubridade” no espaço reservado para as refeições, onde “têm calça a cair-lhes no prato”. Esta situação, escreve o sindicato, foi “denunciada” diversas vezes a Paula Silva, a directora-geral do Património Cultural, “que ainda não dispôs de tempo nem de verbas para fazer as obras necessárias”.

Os trabalhadores exercerão o seu direito à greve das 10h às 11h, o que significa que os dois monumentos que funcionam como um conjunto, o mais visitado sob tutela do Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), bem como o museu, abrirão ao público uma hora mais tarde do que o normal. Amanhã, dia de greve nacional convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, ligada à CGTP, o horário dos três equipamentos pode vir a sofrer outras alterações.

A estrutura sindical garante ainda que o trabalho suplementar que os funcionários são chamados a fazer em dias de concertos, jantares e recepções oficiais não é pago a horas, estando em dívida valores relativos a eventos realizados em Maio, Junho, Julho e Agosto. Outra garantia fundamental que está a ser posta em causa, reclama, é o direito ao descanso. A “gravíssima falta de pessoal” destes três equipamentos faz com que os trabalhadores sejam impedidos de



DANIEL ROCHA

Os Jerónimos receberam mais de um milhão de visitantes em 2017

gozar os dias de descanso que lhes cabem ou que se vejam privados de dias de férias que tinham sido autorizados pelas chefias porque um colega não pode apresentar-se ao serviço, sendo por vezes informados na véspera de que não poderão ausentar-se como previsto.

“Os trabalhadores estão exaustos” e “exigem” “contratação de pessoal, cumprimento das normas legais em matéria de horários e férias, pagamento das dívidas existentes por trabalho suplementar e cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho”. E perguntam como pode não haver dinheiro para contratar pessoal, fazer obras e pagar o trabalho suplementar, quando estão em causa dois monumentos e um museu que não só são muito visitados – Mosteiro dos Jerónimos (quase 1,2 milhões de visitantes em 2017), Torre de Belém (576 mil) e MNA (168 mil) –, como também são muito procurados para a realização de eventos (em 2016, só o aluguer de espaços e equipamentos terá rendido mais de 400 mil euros).

Um caso à parte

O PÚBLICO tentou obter reacções a esta greve junto da directora-geral do Património Cultural e dos directores dos Jerónimos/Torre de Belém, Isabel Cruz de Almeida, e do MNA, António Carvalho. Só este se mostrou disponível para responder.

Sublinhando que os três equipamentos fazem parte do mesmo “complexo” – o MNA encontra-se instalado nos Jerónimos, que por sua vez tem afectada a Torre de Belém –, mas “têm dinâmicas totalmente diferentes”, o director garante que a maioria das situações levantadas pelo sindicato “não se aplica ao museu”.

“Não há qualquer desrespeito pelos dias de férias ou de descanso dos trabalhadores”, diz, acrescentando que no MNA tanto o trabalho suplementar como o aluguer de espaços são práticas “absolutamente residuais”. “As escalas de trabalho são visadas por mim e não há qualquer desrespeito pelo trabalho dos funcionários. Quando há horas suplementares remuneradas – há umas que não o são, porque os funcionários preferem que sejam compensadas com tempo –, são por regra pagas no mês seguinte.”

Carvalho dá como exemplo o passado mês de Setembro – no museu, que tem 32 funcionários no quadro, fizeram-se apenas 14 horas extraordinárias e o seu pagamento já está processado. “Que eu saiba, só o trabalho suplementar do Belém Art Fest [Festival dos Museus à Noite, que envolve vários espaços], que aconteceu em Julho, não está ainda pago, porque não depende só de nós.”

Quanto à saúde e higiene no trabalho, está tudo em ordem no MNA, acrescenta: a última desratização foi

no dia 1 e a próxima desinfestação geral está marcada para Novembro.

Há outros aspectos do comunicado que o sindicato fez chegar às redacções, no entanto, que são comuns ao museu – a falta de pessoal e a necessidade de obras. “Este museu precisa de obras estruturais – para, por exemplo, instalar condignamente uma exposição permanente. É talvez o único dos museus nacionais que não tem um programa de obras significativo desde os anos 80.”

Quanto ao quadro de pessoal, Carvalho está preocupado com a redução que tem vindo a sofrer – “O número ideal de funcionários seria próximo do dobro para que o museu pudesse ter outras valências” – e com o seu envelhecimento. Dos 32 trabalhadores, precisa, 13 têm 60 ou mais anos e apenas cinco têm menos de 40. Com quase metade dos funcionários a aproximar-se da idade da reforma e com as dificuldades conhecidas para preencher os lugares que vão ficando vazios, “não há como não ficar inquieto”, admite.

Para já o director do MNA não sabe quantos trabalhadores irão aderir à paralisação. A greve nacional convocada pela Frente Comum para amanhã é uma tentativa de pressionar o Governo a garantir aumentos salariais e a valorizar as carreiras na função pública em 2019.



Concurso para alargamento de Leixões lançado até ao fim do ano

Ministra do Mar garante que a obra avançará sem atrasos por causa dos trabalhos arqueológicos, que decorrerão simultaneamente, e que a empreitada estará concluída em cerca de seis anos

Portos André Vieira

Em Agosto deste ano, a Associação Comercial do Porto (ACP) disse temer que o cumprimento do prazo para a conclusão das obras de alargamento do Porto de Leixões pudesse estar em causa. Acusava nesta altura a Administração do Porto do Douro e Leixões (APDL) de não ter condições para cumprir as metas estabelecidas para o prolongamento do molhe sul da infra-estrutura portuária de Matosinhos, e de aprofundamento da bacia de rotação de navios, para um novo terminal de contentores.

Em causa estariam os trabalhos arqueológicos exigidos para que a obra avance e possa estar pronta antes de 2024, data inicialmente estipulada para o término da obra. A APDL disse ao PÚBLICO no mesmo mês que teria sido encontrada uma solução para que não houvesse atrasos. Os trabalhos de arqueologia seriam realizados em simultâneo com o avanço da obra.

Ontem, em visita às instalações do porto, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, garantiu que é assim que vai acontecer e que não haverá qualquer condicionamento relativamente a esta questão, nem à do avanço da obra em simultâneo com os trabalhos arqueológicos. Reafirma o que já foi dito anteriormente pela presidente da APDL, Guilhermina Rego, e diz que a obra, no valor de 140 milhões de euros, estará concluída antes do prazo estabelecido.

Cerca de seis anos é o tempo que vai demorar até ser inaugurada esta nova fase da vida do maior porto do Norte do país. O concurso público ainda não foi lançado para ser encetada a primeira parte da obra – a construção do molhe. A ministra afirma ser seguro adiantar que até ao final do ano será publicado. “Penso que antes de 2024 estará a obra concluída”, arrisca.

Contrariando o que considera ser tempo a mais para a realização da obra, em Agosto, a ACP afirmou que três anos chegariam para terminar a empreitada. Ana Paula Vitorino admite ser esse o tempo efectivo da



Obra passa pelo prolongamento do molhe sul e aprofundamento da bacia de rotação de navios para um novo terminal de contentores

obra. Porém, diz que os procedimentos necessários para lá chegar não o permitem.

“Julgo que a ACP não costuma fazer obras, mas a APDL sim. Todos os administradores têm experiência relativamente à concretização de grandes obras”, diz. Parte do processo para que sejam concretizadas são os “estudos prévios, projecto de execução, estudo de impacto ambiental, aprovação desse estudo e finalmente à execução da obra”. Durante todo este processo afirma estar dependente do código de contratação pública, que obriga que sejam lançados concursos públicos, neste caso internacionais, o que diz justificar todo o tempo ne-

cessário adiantado para a conclusão da obra.

A ministra sublinha que este projecto “já não precisa de ser aprovado” por existir “uma resolução do Conselho de Ministros com a estratégia de competitividade dos portos do continente aprovadas pelo Governo”, referindo-se ao Plano Estratégico para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente, que afirma ter sido publicado no *Diário da República* em Novembro de 2017.

Mal-estar dos sindicatos

Após visita às instalações da APDL, Ana Paula Vitorino tinha marcado na agenda uma passagem pelos ter-

minais do Porto de Leixões (TCL, TCGL e GALP) e uma reunião com a administração da tutela que contaria com “entidades convidadas”. A Comunidade Portuária de Leixões (CPL) fazia parte dessa lista, mas durante o dia de ontem enviou uma carta à APDL a dar conta de que não iria participar na mesma.

Face ao mal-estar que se vive nos portos nacionais, que já deram origem a greves, a entidade presidida por Vieira dos Santos considera que a visita da ministra pode ser entendida como “uma exaltação do SEAL – Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística”, numa altura em que “vigora a instabilidade no sector”.

A ministra do Mar não entende a situação da mesma maneira. “Não pode ser considerada exaltação do SEAL porque vai estar lá o Sindicato de Leixões”, afirma, considerando as afirmações do presidente da CPL “alarmistas”, especialmente no caso de Leixões, e potencialmente prejudiciais, podendo afastar “novos tráfegos”.

“Esta não é a posição desta comunidade portuária, mas sim do presidente que escreve uma carta em nome da organização em que ninguém assina. É um comportamento sistemático de Vieira dos Santos, que está a tentar fazer um achincalhamento político”, finaliza a governante.